

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

RAFAEL GONÇALVES DOS SANTOS

**DAR VISIBILIDADE AOS/ÀS INVISÍVEIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
PARA A GARANTIA DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE
PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL**

**FRANCA/SP
2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

RAFAEL GONÇALVES DOS SANTOS

**DAR VISIBILIDADE AOS/ÀS INVISÍVEIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
PARA A GARANTIA DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE
PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social apresentado ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista– UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca-SP.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Piana

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Sociais.

**FRANCA/SP
2023**

S237d

Santos, Rafael Gonçalves dos

Dar Visibilidade aos/às Invisíveis : desafios contemporâneos para a garantia da permanência estudantil no contexto de pandemia da Covid-19 no Brasil / Rafael Gonçalves dos Santos. -- Franca, 2023
151 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Maria Cristina Piana

1. Educação Superior Pública. 2. Permanência Estudantil. 3.
Covid-19. 4. Políticas Públicas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

RAFAEL GONÇALVES DOS SANTOS

**DAR VISIBILIDADE AOS/ÀS INVISÍVEIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
PARA A GARANTIA DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE
PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social apresentado ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista– UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca-SP.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Piana

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Sociais.

Orientadora: _____
Profa. Dra. Maria Cristina Piana

Examinador (a): _____
Profa. Dra. Eliana Bolorino Canteiro Martins

Examinador (a): _____
Profa. Dra. Lúcia Aparecida Parreira

**FRANCA/SP
2023**

DEDICATÓRIA

Ao meu querido e eterno avô, Alberto Severo dos Santos,
À minha inesquecível e inspiradora tia, Taninha Rodrigues,
À minha doce e memorável tia, Marisa Silva,
À minha querida turma XLI Serviço Social - UNESP Franca/SP de 2021,
À todo o meu Time Hunting - Magalu Marketplace, formado por pessoas que possuem histórias de vida admiráveis e que lutam para conquistar os seus sonhos,
A todos, todas e todes que lutam diariamente para conseguir acessar e permanecer nos diversos espaços da Educação Superior pública!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, à minha querida Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca/SP, lugar em que sempre considerei como a minha segunda casa e que tive a oportunidade e o orgulho de ingressar para realizar a minha graduação e pós-graduação dos sonhos.

Agradeço às pessoas mais importantes da minha vida: à minha mãe, Marli Aparecida Gonçalves, às minhas avós, Antonina Moreno e Magali dos Santos; aos meus avôs, José Ribeiro e Alberto Severo dos Santos; às minhas tias, Altina Alves e Tania Rodrigues, aos meus/minhas primos/as Jaine Alves, Igor Roberto, Jessica Alves, Riquelme Alves, Wendel Roberto e Donizete Junior; e à minha querida irmã, Isabelly Gonçalves dos Santos, que sempre me apoiaram e estiveram sempre ao meu lado nos momentos de alegria e de tristeza, me fortalecendo para que eu conseguisse alcançar todos os meus sonhos e objetivos.

À minha melhor amiga e irmã, Thayna Karolyna, e aos seus familiares, Luciana, Nielsen, Emmanuel e Brayan. Registro o meu agradecimento por sempre me acolherem e me fazerem sentir parte da família. Vocês moram no meu coração e nunca me esquecerei do apoio e incentivo para a realização dos meus sonhos!

À minha maior inspiração e querida amiga, Amanda Lorena Leite e aos seus familiares, que sempre estiveram ao meu lado fornecendo todo apoio e incentivo para que eu jamais desistisse de enfrentar os obstáculos da vida cotidiana para a realização dos meus sonhos. Eu sempre carregarei vocês no meu coração!

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Maria Cristina Piana, que sempre esteve ao meu lado, confiando e acreditando nos meus esforços, além de contribuir significativamente para que eu tivesse uma formação profissional crítica, propositiva e de qualidade. Agradeço profundamente por receber as suas orientações e por ter me ajudado a realizar o meu sonho em participar de um Congresso Internacional de Direitos Humanos. Você sempre será a minha maior fonte de inspiração!

Agradeço à Profa. Dra. Eliana Bolorino Canteiro Martins e à Profa. Dra. Lúcia Aparecida Parreira pelas excelentes contribuições e indicações bibliográficas durante a realização do meu exame de qualificação. Certamente, todas as considerações e, principalmente, o amor pelo estudo sobre a educação brasileira, foram essenciais para a construção e análise crítica tecidas na presente Dissertação de Mestrado.

Agradeço ao apoio e incentivo que recebi por profissionais do meu trabalho que acreditaram e me apoiaram a realizar o sonho de realizar uma pós-graduação na minha área de

formação. Dedico todo o meu esforço às minhas grandes inspirações: Cindy Bonifacio, Diego Ferreira e Mariana Castriota.

Agradeço à minha querida companheira acadêmica, Yukari Yamauchi Moraes, uma pessoa que nunca desistiu dos seus sonhos e propósitos, que sempre me incentivou e me acompanhou na maior jornada da minha vida repleta de aventuras do outro lado do oceano. Foi um prazer trilhar toda esta trajetória maravilhosa ao seu lado. Você é inspiradora!

Agradeço profundamente ao meu Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e a todas as pessoas que me ajudaram a realizar o meu grande sonho de levar a minha pesquisa para fora do país, tendo a oportunidade de apresentar esta temática durante o XVII Congresso Internacional de Direitos Humanos (CIDH), na Universidade de Coimbra - Portugal, realizado em outubro de 2022.

E também não poderia deixar de agradecer ao meu querido e eterno Time Hunting - Magalu Marketplace, que dentre a sua composição, faz-se necessário destacar algumas pessoas que tiveram um papel fundamental em toda minha trajetória acadêmica: Naiane Rangel, Douglas Fernandes, Eduardo Wenceslau e sua companheira Isabella Avilar, Kamila Jenaro, Karin Palermo, Larissa Catta, Juliane Ferreira, Joyce Ellen, Carla Regina, Luana Izaias, Laura Dias e dentre outras pessoas queridas e lideranças com quem tive a oportunidade de crescer e evoluir cada vez mais enquanto pessoa e profissional.

Ao meu querido Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência (GEPPIA), agradeço pelos momentos de construção de conhecimentos, pelos aprendizados e estudos desenvolvidos ao longo do mestrado, e que contribuíram significativamente para a fundamentação teórica do presente projeto de pesquisa.

A partir do debate sobre o acesso e permanência na universidade, este trabalho também é inspirado na luta e na resistência de jovens negros/as, mulheres mães, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, da população LGBTQIAPN+, estudantes de escolas públicas, que vivem nas grandes periferias urbanas, e que enfrentam diariamente um conjunto de desigualdades que ameaçam os seus direitos sociais e desafiam as suas condições objetivas e subjetivas de permanência nos espaços das universidades públicas.

Ademais, seguimos lutando contra a ofensiva neoliberal e às ameaças de sua ideologia perversa acentuada pela pandemia da Covid-19 sempre de mãos dadas, em defesa pela construção de uma universidade pública, socialmente referenciada, crítica, laica, inclusiva e diversificada sócio-etnico-culturalmente.

“Que o futuro nos traga dias melhores e a capacidade de construir a universidade que está em nossos corações, nas nossas mentes e nas nossas necessidades”. Florestan Fernandes (1996, p.11).

RESUMO: A presente pesquisa, por meio de uma abordagem qualitativa, busca compreender as condições de permanência do/a jovem das classes populares urbanas na Educação Superior pública, com o objetivo de identificar as políticas educacionais, por meio da articulação intersetorial com as políticas públicas e com os movimentos sociais. A partir da pesquisa bibliográfica, foram realizadas análises com o aporte teórico de intelectuais que possuem um referencial crítico e crítico-dialético em suas fundamentações teóricas, dentre eles/as, (Chauí, 2001), (Behring, 2020), (Lima, 2020), (Saviani, 2020), além de outros/as intelectuais que fomentam o debate sobre a Educação Superior pública, de modo a refletir os impactos da crise econômica, política, social, ambiental e sanitária, acentuadas pelo novo coronavírus (Covid-19) sob as condições de vida dos/as jovens e de seus familiares das classes populares urbanas, haja vista os desafios impostos pela pandemia no acesso e na permanência à Educação Superior pública. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa de campo dividida em duas partes. A primeira parte consistiu na elaboração de questionários semiestruturados *online* para um total de dez discentes do terceiro e quarto ano do curso de Serviço Social, dos períodos diurno e noturno, pois foram as turmas que vivenciaram o período de isolamento social provocado pela crise sanitária da Covid-19. O espaço para a realização da pesquisa com os/as discentes ocorreu na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca- SP. Na segunda parte, foi organizado um roteiro para a realização de entrevista com quatorze perguntas objetivas para uma discente que estuda em outra instituição de Ensino Superior pública do Estado de São Paulo no município de Franca/SP, do curso de Gestão de Recursos Humanos. A aplicação dos questionários e a realização da entrevista tiveram como objetivo conhecer melhor as realidades vivenciadas pelos/as discentes, as suas expectativas e os principais desafios enfrentados para permanecer na Educação Superior Pública, compreendendo a sua relação com o tripé da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão) e com o processo de formação da identidade estudantil, haja vista as determinações contraditórias do mundo do trabalho e os ataques frontais intensificados no Brasil entre os anos de 2019 e 2022 sob a gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e de sua agenda de governo negacionista e neoliberal. Ademais, os estudos propostos atuam pela defesa e implantação de políticas educacionais de permanência estudantil enquanto dever do Estado na garantia de maiores oportunidades de conclusão da educação formal e para a construção de universidades públicas mais inclusivas e diversificadas socio-etnico-culturalmente.

Palavras-chave: Educação Superior Pública; Permanência Estudantil; Covid-19; Políticas Públicas.

ABSTRACT: The present research, through a qualitative approach, seeks to understand the conditions of permanence of young people from the urban popular classes in public Higher Education, with the objective of identifying educational policies, through intersectoral articulation with public policies and with the social movements. From the bibliographical research, analyzes were carried out with the theoretical contribution of intellectuals who have a critical and critical-dialectical framework in their theoretical foundations, among them, (Chauí, 2001), (Behring, 2020), (Lima, 2020), (Saviani, 2020), in addition to other intellectuals who foster the debate on public Higher Education, in order to reflect the impacts of the economic, political, social, environmental and health crisis, accentuated by the new coronavirus (Covid-19) under the living conditions of young people and their families from the urban popular classes, given the challenges imposed by the pandemic on access to and permanence in public Higher Education. In this sense, a field research divided into two parts was carried out. The first part consisted of preparing semi-structured online questionnaires for a total of ten students in the third and fourth year of the Social Work course, day and night, as they were the classes that experienced the period of social isolation caused by the Covid health crisis. -19. The space for carrying out the research with the students took place at the Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca-SP. In the second part, a script was organized for conducting an interview with fourteen objective questions for a student studying at another public Higher Education institution in the State of São Paulo in the city of Franca/SP, in the Human Resources Management course. The application of the questionnaires and the conduct of the interview aimed to better understand the realities experienced by the students, their expectations and the main challenges faced to remain in Public Higher Education, understanding its relationship with the university tripod (Teaching, Research and Extension) and with the process of student identity formation, given the contradictory determinations of the world of work and the frontal attacks intensified in Brazil between the years 2019 and 2022 under the management of former president Jair Messias Bolsonaro and his agenda of denialist and neoliberal government. In addition, the proposed studies act for the defense and implementation of educational policies for student permanence as a duty of the State in guaranteeing greater opportunities for completing formal education and for the construction of more inclusive and socio-ethnic-culturally diversified public universities.

KEYWORDS: Public Higher Education; Student Stay; Covid-19; Public policy.

LISTA DE ABREVIACÕES

APH	Aparelhos Privados de Hegemonia
ANDES	Assembléia Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPG	Associação Nacional de Pós-graduandos
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPPETEC	Fundo Patrimonial da Unicamp e o Fundo Patrimonial da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos
CMN	Conselho Monetário Nacional
DPL	Docentes pela Liberdade
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EaD	Educação à Distância
EAG	Education at a Glance
EJA	Educação para Jovens e Adultos
ENCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
FUA	Federação Universitária Argentina
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNE	Fórum Nacional de Educação
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
GERES	Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
GEPIIA	Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INDEP	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa

IES	Instituições de Educação Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBMP	Instituto de Biologia Molecular do Paraná
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MTC	Ministério da Ciência e Tecnologia
NRF	Novo Regime Fiscal
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OBL	Observatório do Legislativo Brasileiro
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PL	Projeto de Lei
PIB	Produto Interno Bruto
PNR	Projeto de Reconstrução Nacional
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PNAS	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNA	Política Nacional de Alfabetização
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PROIES	Programa Estadual de Implantação de Serviço
PECIM	Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RD	Reuni Digital
SUS	Sistema Único de Saúde
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão
TECPAR	Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto de Tecnologia do Paraná

TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I - Forma de Ingresso na Universidade durante a realização do Vestibular.....	103
Gráfico II - Relação de Discentes que Precisaram Mudar de Cidade para realizar a Graduação na UNESP Campus de Franca/SP.....	104
Gráfico III - Relação de Discentes que Trabalham.....	105
Gráfico IV - Nível de Participação Discente nas Atividades Complementares.....	108
Gráfico V - Questão: Durante a pandemia, você possuía espaço e condições adequadas em sua residência para estudar e participar das aulas <i>online</i> ?.....	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SIGNIFICADO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	23
2.1 A Ameaça Privatista e os descaminhos da Educação Superior Brasileira sob a Égide do Regime Empresarial- Militar.....	26
2.2 Tendências Teórico-Políticas do Padrão de Dominação Externa no Processo de Gênese da Educação Superior Pública no Brasil.....	38
2.3 Influências Políticas, Econômicas, Sociais e Culturais da Gestão Neoliberal na garantia do acesso e da permanência estudantil de jovens das periferias urbanas nas universidades públicas.....	47
3. A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL DO GOVERNO BOLSONARO SOBRE AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19.....	56
3.1 Panorama das Principais Medidas Adotadas pela Gestão do Governo Bolsonaro no Âmbito das Universidades Públicas no Contexto Pandêmico da Covid-19 no Brasil.....	61
3.2 Neoliberalismo, Educação Superior e a Construção de Pesquisas no Contexto da Pandemia da Covid-19.....	73
3.3 A Universidade da Tristeza: desafios contemporâneos para a efetivação de políticas públicas estudantis no contexto neoliberal ultraradical do século XXI.....	79
4. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ESTUDANTIL NOS ESPAÇOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS.....	93
4.1 Percurso Metodológico do Desenvolvimento da Pesquisa.....	96
4.2 Análise do Perfil Predominante dos/as Jovens que permaneceram nas Universidades Públicas no contexto pandêmico.....	100
4.3 Dar Visibilidade aos/às Invisíveis: direções sociais e estratégicas para tornar as universidades públicas mais inclusivas e diversificadas sócio-étnico-culturalmente.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	132
APÊNDICES.....	142
ANEXOS.....	149

INTRODUÇÃO

O amor pelo estudo sobre políticas públicas na área da educação faz parte de toda a minha trajetória escolar e acadêmica, principalmente por possuir um potencial transformador que mudou a minha vida! A universidade pública me permitiu desconstruir e construir novos pensamentos, conhecimentos e relações sociais. E por essa razão, lutar pela defesa do direito de acesso, permanência e conclusão qualificada nas universidades públicas consiste num movimento ético-político de resistência que precisa ser construído e reconstruído diariamente. Dessa forma, todas as provocações apresentadas por essa pesquisa possuem potencial crítico e propositivo para que milhares de pessoas também tenham o direito de acesso à educação emancipadora.

Pensar a Política Educação atualmente é reconhecê-la como um dos maiores desafios a serem enfrentados no Brasil para a garantia de um acesso universal e de qualidade. Surge desse modo, a necessidade de analisar os modelos pedagógicos vigentes, tais como a escola tradicional, a escola nova e a escola técnica, que predominaram a esfera educacional do país e, assim, buscar entender o passado, para que se possa compreender a atual conjuntura educacional e a dimensão das políticas públicas, a fim de propor mudanças estruturais que apresentam avanços para o futuro.

Ao percorrer a trajetória histórica da Educação no Brasil, especialmente durante o período colonial, é possível observar que a educação era vista como um obstáculo ao processo de exploração de recursos naturais, sendo amplamente desencorajada. A escola tradicional é desenvolvida no século XIX, fundada na relação ensino e aprendizagem, cujo/a educador/a encontra-se distante da realidade e meio social dos/as estudantes. Logo, apresenta um saber pronto, restando apenas ao/a estudante ser passivo em relação às informações para armazenar conhecimento, sem levar em consideração se o/a mesmo/a está adquirindo conhecimento de qualidade, além de não possuir permissão para questionar as autoridades. No século XX, a Educação passou a ser considerada um direito garantido pelo Estado para todos os cidadãos.

No entanto, a falta de intervenção estatal e investimentos na área resultaram em um descaso generalizado em relação à educação brasileira, que persiste até os dias atuais. Muitas vezes, a educação é vista como um instrumento ideológico utilizado para moldar e adaptar os indivíduos à sociedade, com o propósito de combater a marginalidade percebida como uma ameaça à estabilidade do sistema capitalista. Sendo assim, apesar do acesso à educação ser um direito social previsto na Constituição de 1988, o ingresso na Educação Superior

atualmente dispõe de vagas e programas insuficientes para atender a demanda estudantil nas universidades públicas, elevando as taxas de instabilidade, evasão e exclusão social.

Em 2005, o Governo Federal implementou o processo de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) visando reformar a Educação Superior no Brasil. No entanto, algumas mudanças ocorridas, como o aumento de cursos profissionalizantes, a flexibilização dos currículos e a adoção de seleção de estudantes baseada na meritocracia nos vestibulares, resultaram em uma diminuição da qualidade do ensino e das atividades de pesquisa acadêmica oferecidas, o que levou ao aumento dos índices de evasão escolar.

Paralelamente, a atual gestão também implementou uma política estratégica para a expansão do Ensino à Distância (EaD) denominada Reuni Digital (RD). Essa política tem como objetivo adaptar a Educação Superior à nova realidade contemporânea, porém, sua estratégia central consiste em promover a expansão com contenção de recursos, mantendo o caráter fragmentado, multifacetado e privatizado da Educação Superior. Esse cenário é influenciado por instrumentos de controle estatal e mercantil que buscam assegurar a reprodução global do sistema capitalista.

O governo de Michel Temer aprovou a Reforma do Ensino Médio, por meio da Lei nº13. 415 de 2017 alterando a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Este novo modelo de ensino prevê mudanças na carga horária e na grade curricular dos/as estudantes, visando estimular a formação profissional técnica, que gera benefícios ao setor privado com o desenvolvimento de uma mão de obra barata. Em contrapartida, o ensino tecnificado cria alunos/as/es¹ técnicos que aplicam o que aprendem sem exercitar o pensamento, o engajamento analítico e crítico em seu cotidiano.

Entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, observa-se a emergência do processo de intensificação e agravamento das expressões da questão social gerando graves consequências para o campo das políticas sociais. Nos últimos anos, um conjunto de contrarreformas tem ganhado força no cenário político, econômico e social do Brasil, como por exemplo, a reforma da previdência, que tem como justificativa um desfalque no orçamento público, a reforma trabalhista, que gerou rebatimentos no mundo do trabalho, provocando maior instabilidade e insegurança aos trabalhadores/as, além das diversas medidas negacionistas que intensificaram a crise econômica e sanitária da pandemia da Covid-19.

¹ Foi utilizado em todo o desenvolvimento da pesquisa a linguagem neutra “todes” e “alunes” com o intuito de promover a inclusão de pessoas com base em sua identidade de gênero, sexualidade e dentre outros aspectos que envolvem a sua identidade.

O Sistema da Educação Superior no Brasil é dinâmico, em contínuo processo de transformação e de expansão, sendo-lhe atribuídas classificações e divisões. A Educação Superior é reduzida à simples distinção entre instituição pública e privada, ou seja, são reconhecidas como iguais no que se refere à sua missão e natureza, inseridas numa realidade diversa. De acordo com o Ministério da Educação, as instituições de Educação Superior no Brasil são classificadas da seguinte forma: instituições públicas (no âmbito federal, estadual e municipal) e instituições privadas (particulares, filantrópicas, confessionais e comunitárias).

Diante dos crescentes desafios presentes para a construção das bases de sustentação da Educação Superior brasileira sob uma perspectiva democrática e popular, observa-se que as suas bases sociais se fortalecem, sobretudo, por meio do diálogo entre demandas sociais e conquistas políticas, haja vista o reconhecimento da representatividade dos partidos políticos de suas categoriais sociais em oposição a um modelo de intervenção limitado e autoritário no atendimento às suas principais reivindicações.

Visando abordar a problemática sobre as condições de permanência estudantil na Educação Superior pública, esta pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou como metodologia o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, utilizando como principais fontes de estudo autores/as que apresentam o referencial crítico e crítico-dialético em suas análises, dentre eles/as, (Chauí, 2001), (Behring, 2020), (Lima, 2020), (Saviani, 2020), além de outros/as intelectuais que fomentam o debate sobre a Educação Superior pública. A pesquisa bibliográfica coloca o/a pesquisador/a em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, desta forma possibilitou uma análise aprofundada de pesquisas ou manipulação de informações sobre a Educação Superior no Brasil, inclusive desconstruir e construir novos conceitos direcionados ao papel e o significado social da educação na sociedade brasileira. Já a pesquisa de campo é uma etapa da metodologia científica de pesquisa que permite realizar interpretações, análises e observações de fenômenos que ocorrem em determinados cenários e ambientes.

A presente pesquisa também estudou de maneira aprofundada os principais dilemas enfrentados pela Educação Superior Público a partir das medidas e projetos obscurantistas e reacionários apresentados pela gestão do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Intensificado pelo cenário de crise econômica, política, social, ambiental e sanitária da pandemia da Covid-19, observa-se que milhares de estudantes das classes populares urbanas passaram a enfrentar os maiores desafios para permanecer nas universidades públicas do Brasil.

Com a difusão e fortalecimento do ideário neoliberal ultraradical, as condições de acesso e permanência na Educação Superior ainda se encontram longe de serem alcançadas, permanecendo restritas a uma minoria dominante que exclui a grande maioria marginalizada que a ela teria direito. Além disso, as reivindicações em defesa da universalização dos serviços educacionais, da qualidade da oferta de ensino a partir de políticas sociais redistributivas, têm sofrido com o enxugamento e a desvinculação dos recursos financeiros para o seu financiamento, podendo ser exemplificadas a partir da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que impõe um congelamento dos gastos primários do governo por vinte anos, e da Emenda Constitucional nº 93 de 2016, que estabelece a desvinculação de trinta por cento dos recursos destinados constitucionalmente às políticas de seguridade social (saúde, assistência e previdência social) e outras políticas sociais, observa-se um impacto significativo na forma como os recursos são direcionados e utilizados nessas áreas.

A pandemia da Covid-19, somada às contrarreformas implantadas pelo ideário neoliberal em todas as Etapas e Níveis da educação brasileira, apenas tornou evidente o movimento reacionário de expulsão das camadas populares urbanas do direito à educação de qualidade, popular, laica e socialmente referenciada. Nos espaços das universidades públicas é possível identificar o perfil estudantil predominante de que conseguiu prosseguir com os estudos sem nenhum prejuízo durante a pandemia, e qual foi o perfil estudantil que precisou trancar o curso para retornar à cidade de origem devido dificuldades encontradas, como: financeiras, falta de espaços adequados em suas residências, com acesso à *internet* e demais equipamentos para realizarem as atividades remotamente e retorno ao mundo do trabalho, arriscando a própria vida para trabalhar sob condições precárias, a fim de obter alguma fonte de subsistência.

Ancorado ao aporte teórico do referencial crítico e crítico-dialético, foi possível compreender que as políticas educacionais de assistência e permanência estudantil devem ser defendidas enquanto responsabilidade do Estado na garantia de oportunidades de acesso, permanência e conclusão qualificada nas instituições de ensino superior público, com vistas à construção de um sistema educacional amplo e efetivo.

O processo de elaboração e organização de todas as etapas da pesquisa foi dividido em três momentos reflexivos: a defesa da universidade pública socialmente referenciada, a construção da identidade estudantil e a necessária articulação intersetorial entre as políticas públicas e os movimentos estudantis.

As etapas do desenvolvimento e aprofundamento teórico da presente pesquisa foram organizadas em três seções principais para atender os objetivos desta investigação, que

consiste em analisar as condições de permanência do/a jovem na universidade pública no contexto da pandemia da Covid-19, tendo em vista os impactos e consequências provocadas pelas políticas neoliberais sobre as suas condições de vida.

Na primeira seção, serão tecidas algumas reflexões teóricas acerca da construção histórica do significado social das universidades públicas brasileiras, haja vista que a sua gênese fora marcada pela Educação Superior privada no período da ditadura civil-militar após os anos de 1964 e 1968, representado pelo surgimento de importantes grupos educacionais no processo de oligopolização da Educação Superior no Brasil. Nesse sentido, analisamos as principais tendências teórico-políticas do processo de dominação externa do sistema capitalista no país, elucidando as particularidades da revolução burguesa e da sua relação direta com as universidades públicas brasileiras. Tendo em vista os crescentes descaminhos e a reconfiguração do papel da educação ao assumir o valor de mercadoria a ser consumida, foi apresentado um panorama com as principais influências políticas, econômicas, sociais e culturais do ideário neoliberal e das suas medidas de desvalorização da pesquisa e ataque ao conhecimento crítico e científico.

A segunda seção apresenta estudos mais atualizados em relação aos ataques frontais intensificados pela influência do regime de governo neoliberal do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) sobre as universidades públicas e a construção de pesquisas no contexto da pandemia da Covid-19. Trata-se, em outras palavras, do processo de difusão da guerra cultural e ideológica de esvaziamento do papel social e político da Educação Superior pública e da sua influência direta no movimento de expansão da agora denominada universidade da tristeza. Tendo em vista as influências da hegemonia neoliberal, inaugura-se um processo de individualização da vida social que passa a ser compreendida como um problema isolado, acompanhada pela segmentação, despolitização e refilantropização da questão social, além da implantação de políticas sociais setoriais incapazes de construir um projeto de Educação Superior pautado em valores universais, democráticos e emancipatórios.

Desse modo, os eixos temáticos abordados nesta seção tornam evidente que o regime neoliberal teme sobre os avanços democráticos do presente e dos projetos futuros e, por essa razão, direcionam as suas intervenções contraditórias no âmbito da Educação Superior pública com o objetivo de retroceder historicamente ao passado, sustentado agora na realidade contemporânea sob novas bases, ao distribuir as suas atividades entre o Estado, a Igreja Católica e o empresariado.

Na última seção, buscamos analisar o processo de construção da identidade estudantil nas universidades públicas, haja vista os diversos desafios e determinações

contraditórias para que os espaços das universidades se tornem mais inclusivos e diversificados sócio-étnico-culturalmente. Não somente a identidade estudantil passou a ser moldada para padronizar o perfil predominante de quem frequenta esses espaços, mas também a própria imagem construída sobre as universidades públicas se tornou alvo dos ataques e discursos falaciosos responsáveis por produzir e reproduzir informações desconexas da realidade contemporânea.

Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa de campo dividida em duas partes. A primeira parte consistiu na elaboração de questionários semiestruturados *online* para um total de dez discentes do terceiro e quarto ano do curso de Serviço Social, dos períodos diurno e noturno, pois foram as turmas que vivenciaram o período de isolamento social provocado pela crise sanitária da Covid-19. O cenário para a realização da pesquisa com os/as discentes ocorreu na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca- SP.

Na segunda parte da pesquisa de campo, foi organizado um roteiro para a realização de entrevista com uma discente que estuda em outra instituição de Ensino Superior pública do Estado de São Paulo no município de Franca/SP, do curso de Gestão de Recursos Humanos. Durante esta etapa, não foram adotados nenhum critério específico para a seleção da instituição de ensino superior, da discente ou curso em que a entrevista seria realizada. A participante entrevistada identificou-se com o tema de estudo abordado e desejou participar da pesquisa de campo com o intuito de compartilhar as suas vivências e principais dilemas para permanecer na graduação. Foi adotado como instrumento de registro das respostas um dispositivo de gravação de áudio para melhor apreensão de todas as informações e depoimentos compartilhados. No total, foram realizadas quatorze perguntas objetivas, com o intuito de analisar os principais desafios enfrentados pela discente para permanecer na Educação Superior no contexto da pandemia da Covid-19, tendo em vista os impactos das políticas neoliberais sobre as suas condições de vida.

A aplicação dos questionários e a realização da entrevista tiveram como objetivo conhecer as realidades vivenciadas pelos/as discentes, as suas expectativas e os principais desafios enfrentados para permanecer na Educação Superior Pública, compreendendo a sua relação com o tripé da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão) e com o processo de formação da identidade estudantil, haja vista as determinações contraditórias do mundo do trabalho e os ataques frontais intensificados no Brasil entre os anos de 2019 e 2022 sob a gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e de sua agenda de governo negacionista e neoliberal.

A partir das análises e resultados obtidos com a pesquisa de campo, é possível compreender que ainda existem vários impasses a serem enfrentados para a análise e planejamento de políticas públicas destinadas à promoção do direito à Educação Superior pública, universal, de qualidade, laica, que respeite a diversidade e que seja capaz de construir espaços de maior representatividade para reafirmação da identidade estudantil.

Cabe aqui ressaltar que sem a efetivação do direito de acesso às políticas de assistência estudantil, tudo o que é público tende a tornar-se privado e, para que esse cenário seja revertido, é importante que o protagonismo dos movimentos estudantis e das organizações coletivas estejam articulados em defesa de uma universidade que caminhe contra o movimento de expulsão dos/as discentes das classes populares urbanas e rurais que ainda está em curso nas instituições do país. É a luta da organização coletiva estudantil, dos/as profissionais que atuam na educação e da classe trabalhadora que será capaz de fornecer insumos para o enfrentamento das ameaças de sucateamento, desmonte e mercantilização sem precedentes da Educação Superior pública no país.

2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SIGNIFICADO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

As raízes do processo de expansão da Educação Superior brasileiro têm apresentado novos fundamentos que permitem apreender as suas determinações contraditórias. Trata-se da expansão da Educação Superior privada, que pode ser analisada a partir de dois aspectos centrais. Por um lado, pela regulação massiva da acumulação privada de capitais no âmbito da Educação Superior brasileira, marcada principalmente pela constante disputa da apropriação do fundo público e, por outro lado, a partir da concentração de capitais no âmbito da educação nacional.

No que concerne à égide da Educação Superior privada, observa-se que esta começa a se desenvolver no contexto brasileiro no período da ditadura civil-militar após os anos de 1964 e 1968, representado pelo surgimento de importantes grupos educacionais no processo de oligopolização da Educação Superior no Brasil.

Desde o século XX, a Educação Superior privada foi privilegiada no que diz respeito às isenções tributárias, e de abertura no controle e na coerção por empresários e militares que implantaram no período ditatorial regimes contrários a qualquer manifestação e/ou reprodução de pensamentos e conhecimentos com fundamentação crítica, e até mesmo das aproximações ao bloco de países soviéticos. Além disso, nesse período é possível observar que a educação nacional foi fortemente influenciada pelos interesses das frações burguesas que se alinhavam às determinações dos países centrais do capitalismo.

Na década de 1960, mediado pela relação entre autoritarismo e consenso, o regime empresarial-militar procurou assegurar condições necessárias para a adesão dependente e associada do Brasil no mercado mundial no contexto do pós-guerra, assim como também ocorria em outros países da América Latina. Consequentemente, a Educação Superior sofreu reconfigurações que envolviam a implantação desigual de políticas nas instituições de Educação Superior públicas em relação à Educação Superior privada, sempre direcionado para os interesses das classes dominantes, ajustadas ao modelo de acumulação internacional (Minto, 2014). Logo, é preciso compreender que tais interesses sempre estiveram relacionados à busca incessante pela acumulação de capitais e pelo desenvolvimento de produtos, serviços e técnicas.

O ensino não sofreu com as intervenções de privatizações sem que existissem interesses envolvidos, principalmente porque a educação constitui parte indispensável para o desenvolvimento da força de trabalho. Nesse sentido, as medidas implantadas pelo regime empresarial- militar passam a atuar em conformidade com as funções econômicas do Estado, uma vez que o fundo público brasileiro é apropriado, ainda que indiretamente, retirando o papel do Estado, da União, e de todos os entes federados do poder de instituir tributações. Nessa perspectiva, Minto (2014) diz que as pequenas escolas, colégios e cursinhos foram transformados em universidades, e estas, em grandes oligopólios, sobretudo, a partir da articulação dos interesses do Estado.

A apropriação do fundo público representa a principal razão para a reconfiguração da Educação Superior brasileira. Além disso, também é possível identificar transferências que foram realizadas durante a revisão do Plano de Educação de 1965 para o financiamento da denominada educação de exceção e das bolsas de estudos.

Em outras palavras, as grandes redes de Educação Básica e os cursos preparatórios para vestibulares não se tornaram universidades por meio de uma direção natural em busca pela expansão dos níveis de ensino, mas devido às construções históricas existentes no interior do Estado brasileiro.

No que concerne ao cenário do Estado ditatorial (1964- 1985), um dos principais subsídios que corroboram com as políticas de privatização da Educação Superior consiste no rompimento da vinculação orçamentária das constituições federais de 1934 e 1946, que determinava aos municípios, aos estados, ao distrito federal e à União a destinação obrigatória de parcelas do fundo público para o financiamento da educação. Essa desvinculação orçamentária também possibilitou a abertura de espaços para a incorporação do ensino particular no âmbito das escolas e dos colégios privados, além de implantar reformas em torno da organização do ensino no Brasil e na formação/capacitação de professores/as.

Esse período também é marcado pela Reforma Universitária de 1968, implantada pela Lei nº 5.540, e regulamentada pelo Decreto nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, responsável por determinar a Educação Superior enquanto parte intrínseca à pesquisa, tanto em instituições públicas quanto privadas, assim como os que são ministrados em universidades e em instituições isoladas. Não obstante, essas instituições possuíam autonomia didática, científica, administrativa e financeira.

Nesse sentido, é notório que a política de educação atuou em favor da privatização de todos os níveis de ensino, desenvolvendo espaços privados para a transformação de escolas,

colégios e cursos pré-vestibulares em instituições de Educação Superior que contrariam a função social da educação e de sua condição pública.

Em 1918 foi fundada a Federação Universitária Argentina (FUA), que realizou o seu primeiro congresso em Córdoba no mesmo ano. Este evento foi muito importante, pois representou um marco na aprovação da Carta Magna da Reforma Universitária (Carta de Córdoba), que ficou reconhecida historicamente no âmbito das universidades latino-americanas. Segundo Luiz Antônio da Cunha (1989, p. 210), a Carta de Córdoba apresentava princípios gerais “contra um regime administrativo, contra um método docente, contra um conceito de autoridade vigente na universidade oligárquica e clerical”. A presente carta também se posicionou contra a influência do imperialismo nos países do subcontinente, propondo um modelo de gestão compartilhada entre os diversos setores da comunidade universitária, em prol da liberdade de cátedra, pelo reconhecimento da autonomia universitária, pela defesa de seus princípios, e da busca de garantia do acesso universal à Educação Superior.

Assim, a partir de 1929, a categoria estudantil brasileira passou a tomar conhecimento dessa carta e de seus princípios. Com o crescimento do protagonismo do movimento estudantil, a agenda para realizar a reforma da Educação Superior no Brasil ganhou força, seguindo a direção da busca por democratização desse sistema. No final da república populista, período em que a reforma universitária constituía parte da proposta das reformas de base de João Goulart, observa-se que muitos docentes contribuíram para a expansão desse movimento. De acordo com Luiz Antônio Cunha (1989, p. 207), o movimento pela reforma universitária passou a ser incorporado pelo Estado, mas após 1964, esse movimento foi interrompido com o golpe civil-militar.

Outro fator histórico que possibilitou a expansão do ensino privado corresponde aos acordos firmados entre MEC-USAID, fortemente influenciados pela era tecnicista da educação e do investimento no capital humano em prol da acumulação capitalista, ou seja, da compreensão do valor que a educação possui em prol do desenvolvimento econômico e de sua eficácia no âmbito do mercado financeiro.

Nesse sentido, chegamos ao ponto primordial para o desenvolvimento das análises e reflexões propostas. Este contexto histórico, somadas às cobranças de mensalidades para o ingresso às instituições superiores privadas, apresenta, como consequência de seus efeitos, a fragmentação do conjunto das classes trabalhadoras que possuem condições para acessar e permanecer nas instituições de Educação Superior públicas. De maneira geral, o que ocorre é a fragilização e o enfraquecimento destas instituições para a promoção da democratização das

condições objetivas de acesso e de permanência à educação pública pelas frações das classes trabalhadoras inseridas no mundo do trabalho cada vez mais precarizado e desigual.

2.1 A Ameaça Privatista e os descaminhos da Educação Superior Brasileira sob a Égide do Regime Empresarial- Militar

As universidades sempre foram enxergadas pelo regime empresarial-militar como espaços privilegiados de formação e organização do pensamento da esquerda. Enquanto estratégia para a sua contenção, o sistema autoritário deste regime sempre buscava atuar a partir de mecanismos de coerção jurídico- policial e paramilitar. As ações organizadas pelo regime visavam desestabilizar os sindicatos e as entidades estudantis tanto pela repressão, tortura, sequestros e assassinatos quanto pela criação de associações profissionais e estudantis que atuassem em defesa dos interesses do seu regime e das correntes ideológicas do capital que o sustentavam. Trata-se, conforme apresentado por Leher (2008, p. 183), de um modelo de “reforma” empreendido pelos agentes civis, militares e governamentais. Essas reformas implantadas provocaram profundas transformações estruturais no padrão de financiamento das pesquisas acadêmicas.

No que concerne às influências do associativismo burguês no âmbito da Educação Superior brasileira, os denominados Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) buscam constituir os seus interesses burgueses no interior das relações capitalistas e na justaposição da classe trabalhadora e das suas organizações representativas. Essas influências são caracterizadas por Vale (2011, p. 01) como grupos privados de ensino, responsáveis por criar condições políticas e econômicas para a efetivação de seus interesses privados. Somadas a essas contradições, também é possível identificar constantes ataques ao regime jurídico e à autonomia constitucional das universidades e das instituições de Educação Superior e desfinanciamento das políticas sociais, substituída por regimes de financiamento privados, pela precarização da formação docente e das elevadas taxas e mensalidades que eram cobradas para a manutenção das instituições de Educação Superior privadas. Não obstante, o cenário inaugurado impele à adesão de lutas e organizações coletivas de resistência que sejam capazes de enfrentar os descaminhos da educação no atual cenário de financeirização da Educação Superior pública e da Educação Superior brasileira.

O financiamento estatal também tem sido reflexo de disputas entre capitais de ensino em torno do fundo público brasileiro, além de abrir espaço para as desonerações tributárias. O principal objetivo desse modelo de financiamento consiste na construção de redes ampliadas de aparelhos privados de hegemonia e das suas intervenções na disputa pelo fundo público.

Segundo Fontes (2010, p.247), o capital, influenciado pela força de empresariado engajado, tende a agravar ainda mais as lutas sociais, mesmo cobertas pelo manto ideológico do consenso, da parceria, da cooptação e incorporação passiva das oposições. As instituições de ensino privadas também tendem a exigir regulamentações com o intuito de restringir as ações do governo no que diz respeito aos investimentos nas instituições públicas.

Como características históricas que sucederam o regime empresarial-militar de 1964, as políticas regressivas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Programa Estadual de Implantação de Serviços (PROIES) podem ser analisadas como expressões diretas dos interesses privados dos referidos capitais de ensino. O Programa Especial de Crédito de 1975, por exemplo, não foi implantado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas sim pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), cuja operação foi realizada pelo Banco Central, conforme disposto pela resolução nº 356, de 12 de janeiro de 1976, que buscava instituir, por meio da coordenação da Caixa Econômica Federal, o Programa Especial de Crédito, com a finalidade de fornecer empréstimos para estudantes pagarem as mensalidades dos seus cursos, além de contribuir para a sua manutenção nas instituições de Educação Superior por meio das prioridades estabelecidas pelo MEC.

Os bancos se atraíam pelos encargos que iriam ser gerados e que iriam representar, segundo Carvalho (2006, p. 99), o momento de recuperação do processo de expansão da Educação Superior privada, de modo a contribuir para que parte significativa de estudantes conseguissem suprir suas necessidades financeiras para permanecer na Educação Superior por meio das concessões do Programa de Crédito Educativo.

Em 1968, foi implantado por meio da Lei nº 5.537, o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP) que, posteriormente, ficou conhecido como Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), conforme o decreto-lei nº 872 de 1969, e regulamentado em 1975. Fortemente influenciado pelas medidas implantadas pelo ditador Ernesto Geisel (1974- 1979), o fundo buscava captar recursos financeiros para financiar projetos culturais e educacionais no âmbito do ensino, da pesquisa, do planejamento curricular, das alimentações, dos materiais didáticos e das bolsas de estudos. Em contrapartida, as instituições de Educação Superior recebiam o apoio do Estado para a

expansão da participação privada no financiamento estudantil, segundo o qual os bancos, as seguradoras e as instituições de Educação Superior seriam beneficiadas.

Mais tarde no ano de 1999 foi criado o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior, atualmente conhecido como o FIES, que consiste em um programa responsável por financiar a graduação de estudantes matriculados em instituições superiores presenciais, particulares e bem avaliadas pelo MEC. O programa pode ser caracterizado como um fundo de natureza contábil ao contribuir para a manutenção da perspectiva privatista em relação aos cofres públicos (Queiroz, 2015, p.46).

Desse modo, medidas de rentabilização financeira passaram a constituir parte central dos objetivos do programa, possibilitando a emissão de dívidas estatais a partir de um programa de financiamento estudantil, fator este que levou parcela significativa da dívida pública a ser operada pelas instituições de Educação Superior privadas. De maneira geral, o fundo público passa a ser apropriado e apreendido enquanto um fundo de acumulação de capitais da Educação Superior. Por outro lado, também ocorreu uma articulação do FIES com outros programas do Governo Federal, como por exemplo, o PROUNI. A Portaria Normativa do FIES nº 2 de 2008 permitiu com que discentes com bolsas de até cinquenta por cento (50%) oferecidas pelo PROUNI pudessem custear a diferença com a verba do FIES. Para Queiroz (2015, p.46), essa articulação foi uma das principais demandas apresentadas pelo setor empresarial privado.

O PROUNI atua enquanto modalidade de isenção tributária destinado às instituições de Educação Superior que oferecessem bolsas de cinquenta por cento (50%) para discentes do programa federal. Ao mesmo tempo, os títulos representantes das dívidas deveriam assegurar o pagamento de tributos agora isentados. As instituições de Educação Superior particulares também pretendiam com que os contratos de financiamento fossem garantidos pelo Estado, o que foi atendido pela gestão do governo Lula (2003- 2011). Logo, os fundos passaram a ser implantados com o intuito de realizar o pagamento às instituições privadas e às suas mantenedoras, sendo cobertos pelas transferências de recursos do Tesouro Nacional.

Influenciado pela ideologia burguesa, uma das suas expressões mais perversas consistiu na divulgação da propaganda de atendimento de uma demanda concreta: a oportunidade de que estudantes fossem os/as primeiros/as de suas famílias a ingressar na Educação Superior. No ano de 2010, foi implantada a Medida Provisória nº 501, que realizou a abertura de critérios do FIES para novas camadas de estudantes com renda mais baixa, e que historicamente foram excluídos/as do direito de acesso e permanência na Educação Superior brasileira. No mesmo ano, foi desenvolvido pelo MEC o Sistema de Seleção Unificada

(SISU), com objetivo de utilizar a nota do Enem para selecionar os candidatos que irão compor as vagas em cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. O/a estudante que utiliza esse programa para acessar a Educação Superior pública pode escolher até duas opções de curso por ordem de preferência, bem como a instituição, turno e modalidade de concorrência.

Entretanto, de acordo com Leher (2010, p.49), todos esses programas contrariam as bases para a efetivação de um sistema educacional democrático, uma vez que o seu processo formativo passa a ser visto como uma prestação de serviços que constitui uma importante fonte de comercialização lucrativa. Assim, esses programas também contribuem para a massificação da Educação Superior, uma vez que as universidades públicas sofrem impactos a partir das renúncias fiscais dos programas, estagnação financeira, e do seu consequente sucateamento planejado e sistêmico.

A relação entre Estado e o sistema capitalista de ensino é sustentada pelas intervenções de interesse privado da hegemonia neoliberal para a expansão das relações de mercadorização e privatização da Educação Superior brasileira. Durante a gestão do governo FHC (1995-2002), de caráter neoliberal, ocorreu a abertura do fundo público brasileiro ao capital financeiro, em articulação com os diversos programas mencionados, a fim de contribuir para a mercantilização da Educação Superior e para a financeirização de suas instituições, que mais tarde assumiram novas configurações durante os governos Lula (2003-2010), Dilma (2011-2016), Temer (2017-2018) e Bolsonaro (2019-2022).

Todos esses programas de financiamento apenas mascaram as estratégias de apropriação pelas instituições privadas de Educação Superior do orçamento público brasileiro. Ou seja, trata-se da transformação da Educação Superior em entidades mercantis empresariais com vistas ao desmonte dos projetos que concretizam o verdadeiro significado do papel das universidades públicas. Esses impactos também não excluem a sua consequente inserção à divisão internacional do trabalho, assim como da sua liberalização e financeirização sem precedentes.

As medidas adotadas pelo setor empresarial privado para as universidades brasileiras estão voltadas para o alcance de um propósito fundamental: a construção de ambientes de negócios formados por organizações financiadas por recursos públicos e gerenciadas pelas relações de interesses entre os capitais de ensino e pesquisa.

Por essa razão, torna-se imprescindível o estudo sobre as metamorfoses que ocorreram e ainda ocorrem no âmbito dos processos, das relações, das estruturas de dominação externa e da consequente subordinação e dependência interna. Os processos de desenvolvimento

capitalista dos países dependentes materializam-se em formações sociais restritas em relação às conquistas sociais historicamente possíveis nos países capitalistas centrais.

Historicamente, o desenvolvimento da Educação Superior brasileira foi atravessado por conflitos entre os setores burgueses e pequeno-burgueses hegemônicos, pró-imperialistas, e os setores burgueses nacionalistas vinculados à classe trabalhadora e às camadas da pequena burguesia. Nesse sentido, a universidade passou a ser interpretada enquanto instituição essencial para a reprodução da cultura hegemônica das classes dominantes e para a ocupação de postos altos da divisão social do trabalho sob as intervenções de mecanismos coercitivos, segundo o qual o Estado possui papel central nesse processo de dominação.

Em concordância com Teixeira (2005, p.186), não seria possível construir uma cultura necessária para o desenvolvimento da nação se a universidade não tivesse sido apreendida enquanto “centro de descoberta e de reformulação do conhecimento e como órgão nacional elaborador de cada cultura nacional”. Em meio às contradições da realidade brasileira, observa-se que a Educação Superior passou a assumir uma condição cultural brasileira determinante: importada, antinacional e subordinada aos interesses hegemônicos.

Se por um lado as transformações no âmbito da economia, da organização social, das estruturas e da vida de modo geral criavam bases objetivas e subjetivas para a expansão da Educação Superior, por outro lado a sua manutenção sofria limitações a partir de traços elitistas, isto é, garantir o ensino da elite para a elite em instituições de ensino privadas, privilegiando profissões liberais. Ou seja, trata-se da formação de uma elite cultural predominante por meio da transmissão dogmática de conhecimentos de caráter moral, autoritário e tecnicista.

Entretanto, é possível compreender que os fundamentos históricos e teórico-políticos da Educação Superior pública brasileira ainda constituem bases para a reprodução de um modelo de ensino desigual, classista, racista, machista, LGBTfóbico e seletivo no cenário contemporâneo. Dito isto, pode-se afirmar que a burguesia brasileira continua intervindo em busca da legitimação da ordem burguesa dependente.

No contexto da mundialização do capital, os imperativos do ideário neoliberal apresentam traços característicos que revelam os seus interesses no que diz respeito à Educação Superior: são anti universidade pública, anti-humanidade e impõem um conjunto de princípios organizacionais para o fortalecimento da cultura empresarial no âmbito da formação e da capacitação superior. A relação entre as instituições de Educação Superior e o setor produtivo também perpassa um profundo processo de reestruturação, principalmente no âmbito da organização acadêmica.

Nos anos do período do desenvolvimentismo, o aparato científico e tecnológico tornavam-se precários para os novos padrões em construção. A manutenção da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, enquanto princípio educativo, perdeu nesse período histórico o seu verdadeiro significado, uma vez que a política neoliberal ameaça os pilares do processo qualificado e crítico de construção do conhecimento científico e tecnológico em âmbito nacional (Neves; Fernandes, 2002, p.26). Contraditoriamente, a política neoliberal atua em busca pela efetivação da lógica da competitividade e produtividade de uma força de trabalho qualificada que atue sob as exigências da cultura empresarial neoliberal, inviabilizando, assim, a construção de uma universidade pública, crítica, popular, socialmente referenciada e emancipatória.

A reestruturação em nível mundial provocada pelas crises de 1960 e 1970 configuraram novas tendências do sistema capitalista mundial sobre a economia nacional. Observa-se que, nesse período, a Educação Superior foi fortemente privatizada. O país deparou-se com a sua política econômica submetida às determinações dos credores internacionais com o objetivo de reciclar as dívidas externas. De acordo com Oliveira (1999a, p.71), o país ainda sofre intensos processos de internacionalização, e que cujas ações ainda estão voltadas para a frequente apropriação dos fundos públicos. Logo, as estratégias de reciclagem da dívida externa fizeram com que a transferência de recursos reais ao exterior se tornasse o principal campo de intervenção do Estado na economia.

As reformas realizadas no âmbito da Educação Superior estão situadas no modo de produção capitalista, cujas expressões mais elementares revelam os problemas sociais presentes na realidade brasileira. Esse processo consiste, segundo Netto e Braz (2012, p.150), na refuncionalização das contradições sociais indiretas à lógica da acumulação desenfreada do sistema capitalista. No decorrer da década de 1970, os movimentos de greve organizados pela categoria docente representaram uma das maiores forças de lutas e de resistência em defesa das universidades públicas. A primeira, nos anos de 1980, alcançou abrangência nacional, precedendo a fundação da Assembleia Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

É importante salientar que, no final dos anos 1970, a Educação Superior no Brasil assumiu um caráter heterogêneo, e que cujo desenvolvimento seguia as determinações da provável inserção do país no modo de produção capitalista. A universidade que resultou da implantação das reformas de 1968 e da repressão ideológica, política e cultural do regime empresarial-militar, continuava submissa aos interesses heterogêneos que a desenvolveram nos anos subsequentes.

Mais tarde, em 1985, durante o governo Sarney (1985-1990), foi organizada a formação da Comissão de Alto Nível, com o objetivo de propor bases para a implantação de reformas na Educação Superior brasileira. O Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES), grupo interno do MEC, Portaria nº 100 de 6 de fevereiro de 1986, e instalado pela Portaria nº 170, de 3 de março de 1986, previa que no Brasil não seria necessário implantar um novo modelo universitário sob uma perspectiva ampla que contasse com a mobilização coletiva. Ademais, é notório que a organização do movimento anti universidade não buscava atuar para destruir as universidades, mas para limitar a construção de um determinado tipo de instituição e dos fins em que esta é capaz de cumprir. Já nos anos 1990, as ações que contribuíram para o crescimento do número de universidades foram predominantemente financiadas pelo setor privado, de modo a privilegiar o desenvolvimento da sua autonomia no âmbito dos negócios.

O fim da ditadura civil-militar, a crise de hegemonia e o contexto de desigualdade econômica, política e social apenas agravaram as condições precárias de vida da maioria da população no país, principalmente em relação aos grupos historicamente marginalizados. A efervescência da eventual vitória da esquerda nas eleições presidenciais de 1989 e as lutas em defesa da democracia passaram a configurar a emergência de uma nova hegemonia classista, burguesa e autocrática.

Como resultado das lutas e das forças de resistência dos estratos sociais organizados pela sociedade em defesa da educação pública e, diante das conquistas asseguradas a partir da Constituição Federal de 1988, as universidades do país apresentaram novas direções estratégicas que contestavam o processo histórico e o desenvolvimento capitalista brasileiro, contestando o próprio regime autocrático-burguês.

Lalo Minto (2011) relata que a Educação Superior brasileira passou por três dimensões centrais de reformas:

A primeira dimensão é a da Educação Superior como sistema, abrangendo o plano mais geral das políticas educacionais, da relação entre os níveis de ensino e das relações Estado-sociedade; a segunda refere-se ao processo de reorganização das instituições, guardadas as suas especificidades, com o reforço da hierarquização destas entre si, bem como da preponderância de algumas áreas de conhecimento sobre outras no interior das IES; a terceira, mais específica, porém não menos importante, diz respeito aos impactos diretos das reformas no cotidiano das instituições, em particular do trabalho docente e da pesquisa. (MINTO, 2011, p.232-233).

Dentre as reformas supracitadas, a dimensão sistêmica revela a centralização, por parte da política neoliberal, das suas ações no mercado e da eficácia do valor econômico da

educação e de suas teorias educacionais de caráter tecnicista. Logo, a educação torna-se uma mercadoria, materializando-se na condição de prestação de serviços. A reestruturação das bases da acumulação capitalista também contribuiu para que as universidades fossem vistas como desnecessárias para os estratos das classes dominantes.

Também é possível identificar que a relação estabelecida entre Estado e sociedade se concretizou na adoção de medidas econômicas, políticas e sociais voltadas para a realização de ajustes fiscais, com o objetivo de controlar os orçamentos públicos, contendo os seus gastos para garantir maior produtividade e provocando graves ataques aos direitos sociais, políticos e trabalhistas, principalmente pela presença dos grandes monopólios nos setores da economia.

Nesse contexto, pode-se destacar algumas ações do curto governo de Collor (1990-1992) que, no âmbito da Educação Superior, apenas contribuíram para a intensificação dos ideais neoliberais privatistas e corporativos, podendo ser identificado nos documentos relacionados pelo ANDES-SN (2003):

Em 1991, como parte do Projeto de Reconstrução Nacional - PRN do governo Collor, foi apresentada a proposta de “Uma nova Política para o Ensino Superior”. Em 1992, ainda no governo Collor, foi anunciado o “Modelo de Financiamento para as [Instituições Federais de Ensino Superior] IFES”, propondo que a distribuição de recursos a estas instituições se realizasse mediante a utilização de critérios e indicadores de desempenho e produtividade copiados dos esquemas de gestão desenvolvidos nas empresas privadas. (ANDES-SN, p.28).

Desse modo, torna-se imprescindível a compreensão de que as influências da lógica mercantil no interior da acumulação capitalista sempre ameaçavam, e ainda ameaçam, a articulação das Instituições de Educação Superior com as intervenções críticas, e de seus projetos de autonomia e soberania ante aos países capitalistas centrais. A Política de Educação Superior sempre esteve atrelada a um movimento entre autonomia e avaliação. Por um lado, esta política foi fortemente atacada pela consequente desresponsabilização do papel do poder público para o financiamento das suas atividades, o que reafirmou a sua flexibilização e o enfraquecimento do tripé da universidade, formado pelo Ensino, Pesquisa e Extensão.

A era inaugurada no cenário contemporâneo no âmbito do desenvolvimento das pesquisas científicas passou a investir apenas em pesquisas consideradas úteis para o mercado, que apresentassem finalidades lucrativas e resultados imediatos. Ao mesmo tempo, há um movimento do mercado que é operado com o processo de mercantilização do ensino e das políticas que o conformam no âmbito da reforma estatal. Enquanto um bem público, a educação não depende diretamente do ente que a organiza, mas do alcance de seus objetivos.

Contraditoriamente, observa-se que a educação brasileira em todos os seus níveis de ensino é comercializada em âmbito internacional, sem contar com as intervenções do papel Estado.

Somado a esse contexto de mercantilização e precarização da Educação Superior, os recursos financiados pelos grandes oligopólios privados da educação no Brasil também asseguraram a captação e a concentração dos investimentos públicos nas etapas básicas do ensino fundamental e da redução dos investimentos no âmbito da Educação Superior pública, favorecendo os interesses dos principais organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

As transformações institucionais da Educação Superior pública configuraram novas tendências para a relação estabelecida entre o tripé da universidade, contemplando as demais áreas do conhecimento. Entretanto, os investimentos realizados com recursos públicos no âmbito das universidades atenderam somente áreas de conhecimento consideradas mais próximas à economia de mercado, isto é, de profissões imperialistas - principalmente áreas do Direito, Engenharia e Medicina.

Destarte, o modelo de gestão implantado na organização da Educação Superior também incorporou princípios gerenciais que redefiniram as relações trabalhistas da categoria docente, privilegiando o seu desempenho individual e o conjunto de concessões administrativas que contribuem para o aumento da flexibilização e diversificação das modalidades de ensino ante o cenário de mundialização do capital.

O Ensino Superior no Brasil também foi marcado por relações assimétricas que podem ser identificadas por meio da adoção de um conjunto de medidas que beneficiam as elites dominantes da época. Em mais de três séculos observa-se que as instituições escolares e superiores estavam restritas a pequenos grupos. A partir da expulsão dos jesuítas e com a consequente estagnação do ensino escolar no período que antecedeu a República, a maioria da população brasileira apresentava uma taxa de analfabetismo muito alta, alcançando o percentual de sessenta e cinco por cento. Foi somente na década de 1930 que o número de matrículas cresceu em todos os níveis de ensino (desde a educação primária até o nível superior), revelando o seu ideário inovador (Saviani, 2008).

Esse processo também influenciou a expansão do ensino superior no Brasil, o que contribuiu para o aumento da procura por universidades no Brasil, e que revelou, desde a sua gênese, a influência de critérios com alto grau de rigidez. Contraditoriamente, ao invés de ser implantada enquanto um espaço de construção de um saber universal, as universidades

apresentaram um caráter seletivo, com instituições isoladas, profissionalizantes e destinadas a egressos qualificados do ensino médio.

Dessa forma, refletir sobre a história da educação brasileira demanda realizar o exercício de construção e desconstrução da sua memória. Analisar o período histórico mencionado acima também permite compreender e analisar os descaminhos da universidade no que diz respeito às suas primeiras propostas apresentadas. (Alves, 2008 *apud* Saviani, 2008).

Na década de 1930, e durante o governo provisório de Getúlio Vargas, foi publicada pelo primeiro-ministro da educação a Reforma Francisco de Campos, responsável pelo estabelecimento das características de uma universidade no seu processo de criação. Dentre as atribuições estabelecidas, ficou determinado que o ensino superior fosse ministrado em uma universidade, e que ainda fosse criado um sistema universitário oficial (mantido pelo governo), livre (cuja manutenção seria realizada pela iniciativa privada) e um instituto isolado. (Campos, 1931 *apud* Fávero, 2006, p. 04).

A partir das análises realizadas acerca da implantação desta reforma, é possível indicar que esta não possibilitou com que a universidade idealizada nos anos de 1920 fosse alcançada, ocorrendo apenas a criação de três principais projetos universitários que teriam continuidade. Trata-se do projeto Universidade de São Paulo, Universidade do Brasil e Universidade do Distrito Federal. Esse período foi marcado por vários acordos políticos firmados entre o governo Vargas e a Igreja Católica, sendo esta última instituição encarregada de controlar e supervisionar a Universidade do Brasil. Teoricamente, a Universidade do Distrito Federal deveria ser regida enquanto um centro de estudos laico e autônomo, apreendida como um espaço de construção do conhecimento e de caráter investigativo. Entretanto, isso não ocorreu.

Em virtude de um período fortemente marcado por princípios autoritários, a Universidade do Distrito Federal acabou sendo fechada, fazendo com que em 1939 seus cursos passassem a ser oferecidos pela Universidade do Brasil, conforme estabelecido pelo Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro, por meio do ato do Ministro Capanema. Segundo Fávero (2006, p.26), ao invés de apresentar um caráter livre e laico, esta instituição passou a ser regida por princípios conservadores de ordem, controle e disciplina.

O Plano de Reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública criou em 1935 a Universidade do Brasil, cujo projeto foi implantado posteriormente por meio da Lei nº 452/37. Ao elencar os serviços federais de educação, o referido projeto também enumera os serviços da Universidade, segundo a qual deveria apresentar um caráter nacional, sendo

qualquer manifestação de viés político-partidário e crítico reprimida, inclusive a de utilização de emblemas ou vestimentas de partidos políticos durante suas atividades. Foi somente no final do Estado Novo e, a partir da promulgação de uma nova Carta Constitucional em 1946, que a sociedade passou a ser influenciada pelo ideário liberal que previa a defesa das liberdades e garantias individuais.

No que concerne ao projeto da Universidade de São Paulo, esta teve sede no Rio de Janeiro e foi criada a partir das diversas expressões de resistência da elite paulista em relação ao governo federal. Foi somente em 1934, após a reconciliação entre governo federal e as elites paulistas, que foi constituída a primeira universidade pública paulista, conforme disposto na Lei Francisco de Campos mencionada anteriormente, prevista pelo Decreto nº 6.283/1934. Inicialmente, a Universidade de São Paulo foi influenciada pelos interesses das elites dirigentes, a fim de legitimar o seu projeto político. Em outras palavras, consiste em dizer que essas primeiras instituições não foram implantadas como um direito social e de acesso universal pelas minorias formadas pelas classes populares urbanas e periféricas.

Foi somente com a deposição do presidente Vargas em 1945 e com o fim do Estado Novo que o Brasil começou a apresentar novas bases para voltar a caminhar em direção à democracia, podendo ser exemplificada pela promulgação da Constituição de 1946, uma vez que direitos e garantias individuais passaram a ser preservado, embora o contexto político, econômico e social ainda apresentasse um contexto autoritário.

Em 1938, o II Congresso Nacional de Estudantes ocorreu no Rio de Janeiro, e neste evento foi formulado e aprovado um plano contendo cinco sugestões principais para a realização da reforma educacional brasileira. Dentre essas sugestões, foram elaboradas:

(I) para a solução do problema educacional; (II) para a solução do problema econômico do estudante; (III) para a reforma dos objetivos gerais do sistema educacional no sentido da unidade e da continuidade; (IV) para a reforma universitária; (V) para organizações extraescolares. Este item sugeria a criação da UNE e foi aprovado pelos congressistas (Cunha, 1989, p.208).

Com base no desenvolvimento desse plano, nota-se que a sugestão IV apresentou duas principais reivindicações ao propor a realização da reforma universitária. A primeira reivindicação aborda a modernização do ensino, destacando que os métodos de ensino vigentes no país são considerados prejudiciais, arcaicos e rotineiros, apesar das tentativas do poder público de melhorar sua qualidade. A segunda reivindicação refere-se à liberdade de pensamento, expressão e imprensa, conforme as necessidades sociais. Essas mobilizações

possibilitam avaliar os critérios de seleção dos estudantes com base em suas capacidades cientificamente comprovadas, em vez de se basearem apenas em critérios econômicos.

A União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1938, teve sua origem a partir de um projeto elaborado pelo movimento estudantil em defesa da reforma universitária. Consequentemente, o Estado precisou levar em conta o fortalecimento do movimento estudantil nas universidades do país. No entanto, diante da dificuldade em manter o controle político, o Estado passou a apoiar a intervenção dos aparelhos repressivos e das forças armadas.

Os sistemas burocráticos estatais, as empresas de grande porte e os setores médios trouxeram para o país um novo mercado de trabalho e a necessidade de se adquirir um diploma de nível superior. Nesse contexto de transformações, algumas mudanças nas estruturas universitárias também começaram a serem realizadas, como a extinção da cátedra, a organização da carreira aberta determinada pela carreira acadêmica, formada por jovens pesquisadores titulados nos centros de pesquisa de âmbito nacional e internacional.

Esse momento também contribuiu para a articulação do movimento estudantil para a implantação da Reforma Universitária de 1968, caracterizada pelas reivindicações contrárias às determinações reacionárias, arcaicas e elitistas das instituições universitárias e das repressões do regime civil-militar no período da ditadura. Tal reforma começou a ganhar força a partir da criação da Universidade de Brasília (UnB). Todo esse movimento de resistência também buscava estimular o debate e a defesa das universidades públicas, a flexibilização na organização dos currículos, a ampliação de vagas para acessar as escolas públicas, dentre outras pautas centrais. Contudo, esse período foi marcado por um forte movimento de repressão e intolerância, sendo qualquer tipo de manifestação política, religiosa, cultural, étnico-racial silenciada e reprimida, o que acabou tornando a universidade um espaço de vigilância e controle.

Ainda no contexto ditatorial, o governo civil- militar reconheceu, em contrapartida, a necessidade de se realizar reformas no âmbito do ensino superior, a fim de revisar e modernizar o sistema de ensino no país. Dentre as alterações implementadas, é notório que algumas seguem em vigor até os dias atuais, como o processo de expansão do acesso a cursos tradicionais, o estímulo à produção de pesquisas, a qualificação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a adoção do regime de tempo integral aos/às docentes, dentre outras medidas.

Os Sistemas de Ensino público e privado foram beneficiados com as medidas das políticas econômicas do governo civil-militar, responsável por implementar o Ensino Superior nos dois sistemas. No decorrer da década de 1970, o Brasil viveu o período do milagre econômico, responsável por influenciar diretamente a demanda pelo ensino superior em decorrência do aumento do orçamento e dos recursos federais investidos na educação. Nesse sentido, houve um crescimento expressivo no número de matrículas em instituições de ensino superior, uma vez que o desenvolvimento das atividades laborais em setores estratégicos que movimentavam a economia apresentou um aumento significativo de procura, principalmente nos setores da tecnoburocracia estatal.

Esse movimento acabou desencadeando relações divergentes entre o setor público e privado. O setor privado foi beneficiado ao oferecer cursos mais baratos de curta duração e com diplomação com baixas exigências acadêmicas. Logo, a busca pela formação acelerada para ingressar no mercado de trabalho acabou sobrepondo o verdadeiro significado ontológico da educação em construir conhecimentos críticos e de qualidade.

2.2 Tendências Teórico-Políticas do Padrão de Dominação Externa no Processo de Gênese da Educação Superior Pública no Brasil

Em uma sociedade dividida em classes, as políticas educacionais sofreram no cenário contemporâneo um conjunto de transformações sociais que apresentam como elemento histórico e cultural a marca da exclusão social. Esse fenômeno expandiu-se juntamente com outras tendências teórico-políticas e econômicas que fortaleceram os padrões de dominação externa da política neoliberal, contribuindo para o crescimento dos índices de marginalidade das camadas urbanas da população brasileira.

Ao analisar as particularidades da formação social brasileira, é notório que a persistência e o poder de uma classe dominante sempre esteve presente em todos os processos deliberativos, inviabilizando e silenciando a participação das camadas urbanas e periféricas nas decisões políticas e em outros espaços da vida social. Essas expressões de dominação se estendem até os dias atuais pelas organizações dos movimentos de direita, que utilizam principalmente os meios de comunicação convencionais para alcançar as massas populares com as suas ideologias e discursos de ódio, de modo a alimentar e fortalecer o metabolismo antissocial do sistema capitalista contemporâneo.

A formação social brasileira também pode ser apreendida a partir do rompimento do seu lastro de dependência colonial, mas que até os dias atuais assegura a manutenção dos padrões de dominação, concentração de poder, e de um conjunto de prestígios e privilégios herdados dos senhores rurais-latifundiários e escravistas, segundo a qual contribuíram ainda mais para o agravamento das desigualdades estruturais e para a segregação das classes sociais.

Conforme já exposto anteriormente, o caráter global manifestado pelo sistema capitalista em seu atual contexto de crise estrutural apenas acentuou o processo de mercantilização da educação brasileira e passou a ser conduzida por mecanismos doutrinários, excludentes e restritos a uma minoria dominante. No decorrer das décadas, as classes sociais começaram a apresentar novas configurações determinantes no interior da gênese das primeiras universidades públicas constitutivas da organização e inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Logo no contexto da ditadura civil-militar-empresarial já mencionada, é possível identificar o surgimento do fenômeno denominado “neocapitalismo”, tornando-se mais expressivo no período pós redemocratização. Segundo Fernandes (2005), esse fenômeno pode ser apreendido a partir do movimento de integração do mercado interno e externo no período maduro vivenciado pelo capitalismo, de modo a reordenar as instituições de ensino superior por meio de conciliações firmadas entre os interesses da burguesia local e internacional.

No tópico anterior foi possível compreender que a educação brasileira passou a ser conduzida por tendências privatistas no decorrer da década de 1960, e que a Reforma da Universidade de 1968 respondia apenas aos interesses privados da burguesia dominante, responsável pelas sucessivas reconfigurações curriculares dos cursos superiores e dos regimes de trabalho dos/as docentes e de suas unidades técnicas. No que tange às universidades públicas, é possível inferir que os setores estudantis eram fortemente controlados pelos interesses da burguesia nacional, principalmente porque sempre temiam em perder o controle sobre as intervenções do Estado, dos diversos movimentos sociais que realizavam greves em defesa da educação, e que cuja transição democrática apenas ocorreria a partir de 1985 de forma lenta e gradativa em virtude das contrarrevoluções burguesas em curso.

Essas contrarrevoluções apresentam alguns elementos imprescindíveis que influenciaram diretamente a configuração das universidades públicas no cenário contemporâneo. Dentre eles, pode-se indicar a formação de um pacto de dominação por parcelas da burguesia, a constituição de redes de aliança com a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora, das ações de contenção e silenciamento das lutas e resistências populares em oposição à intervenção constitucional e parlamentar para estabelecer uma

política de conciliação de classes. Nesse sentido, a educação e as universidades brasileiras passaram a serem conduzidas por um projeto burguês e pelo padrão de dominação externo inspirado em modelos de educação europeias e estadunidenses que marcaram, de acordo com Fernandes (1979), a importação de valores dos países hegemônicos a partir do movimento de modernização conservadora.

As sociedades capitalistas também passaram a estabelecer uma concepção hegemônica de democracia, isto é, de uma democracia liberal que buscava controlar os conflitos existentes entre a democracia e o sistema capitalista. Em consonância com Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2002, p. 51-55), esse controle ocorreria por meio de dois movimentos. O primeiro seria em priorizar o processo de acumulação privada de capital ao invés de realizar a sua distribuição social, enquanto o segundo movimento implicaria na redução da participação cidadã, seja individual ou coletiva, com o intuito de não sobrecarregar o regime democrático com reivindicações sociais que ameaçassem o movimento de acumulação privada em relação a sua redistribuição.

Nesse sentido, urge a necessidade de se apresentar brevemente algumas considerações acerca do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, elucidando as particularidades dos padrões de dominação externa e da revolução burguesa e da sua relação direta com as universidades públicas brasileiras. Florestan Fernandes (2009, 2020b) deixou importantes contribuições teórico-políticas que permitem analisar a inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial, além de examinar o início da transição democrática e suas influências no cenário contemporâneo, assim como as transformações ocorridas na Educação Superior. O autor identificou quatro modelos de dominação experimentados ao longo da formação e transformação da sociedade brasileira, relacionados ao processo de dominação externa.

Na primeira forma de dominação externa, observou-se o antigo sistema colonial, que tinha um fundamento duplo, com aspectos legais e políticos. Nessa fase, a educação ocorria através da catequização dos povos originários realizada pelos jesuítas, sem a intenção de construir um sistema educacional nacional, reforçando, assim, seu caráter dependente.

O segundo momento foi caracterizado pela dominação indireta das antigas colônias por meio da monopolização do mercado interno. Fernandes (2009) identificou esse período como neocolonialismo, marcado pelo papel das oligarquias agrárias locais, senhores rurais e comerciantes parceiros locais, que dominavam o período neocolonial, expresso pelos regimes escravagista e semi-escravagista para a exportação.

Conforme as contribuições de Minto (2011 p.103-104), esta fase também denota o surgimento das escolas profissionalizantes de Medicina e Engenharia, voltadas para a formação e preparação dos filhos das elites brasileiras para as novas fases de desenvolvimento do capitalismo no país, evidenciando o seu caráter utilitário.

Já o terceiro período de dominação é reflexo da revolução industrial iniciada na Europa e organizada sob novas formas articuladas entre economias periféricas e economias centrais. A relação exportação-importação transformou as economias dependentes em mercadorias, garantindo a proteção dos interesses internos e a expansão da educação bancária. Para que a modernização da sociedade ocorresse, era preciso que o traço colonial antigo (pré e extra capitalista) fosse mantido para a modernização e industrialização do setor. Nessa perspectiva, as novas configurações das classes foram determinantes para o surgimento das primeiras universidades enquanto constituintes da organização do Brasil e da sua inserção na divisão internacional do trabalho.

O último estágio de dominação externa é caracterizado pelo neocapitalismo, que teve início durante o período da ditadura civil-militar-empresarial e continuou até a pós-redemocratização. Nesse contexto, nota-se que as universidades brasileiras têm uma trajetória histórica distinta em comparação com as instituições de outros países latino-americanos. Sua origem decorre das demandas do mercado por profissionais qualificados nas áreas de Medicina, Direito e Engenharia, o que evidencia seu caráter elitista com foco na orientação profissional. No âmbito das políticas educacionais implantadas no país, e principalmente nas instituições de ensino superior, é notório que esses movimentos influenciaram diretamente a construção e a defesa de redes de participação estudantis, inclusive das que contassem com o apoio da sociedade civil, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento da relação entre democracia direta e representativa no processo de construção e implementação de regras internas ou reformas com a participação dos/as próprios estudantes.

As particularidades históricas dos padrões de dominação do capitalismo dependente no Brasil podem ser apreendidas enquanto campo de produção e reprodução do poder ideológico de prestígio nos espaços das universidades públicas, principalmente no que concerne às relações de poder e concentração de renda, a dominação dos meios de produção e reprodução espiritual e as mediações de disputas entre projetos de classes antagônicos. Conforme classificado por Priscila Sakurada (2020, p.152-158.) a ideologia burguesa no processo de conformação das universidades públicas no Brasil é sustentada por um tripé dividido entre poder, concentração de renda e prestígio.

A composição desse tripé expressa no contexto do capitalismo dependente, a condição permanente de influência do colonialismo. O poder representa a imagem do senhor rural que reproduz a violência e a repressão, principalmente contra as populações negras e os povos originários. A concentração de renda é fortemente influenciada pelos latifúndios agrários, mandonismo, populismo e pela moral cristã. Em relação ao prestígio, esta busca reconhecer a importância de uma determinada pessoa e/ou de sua capacidade individual, não rompendo com os padrões de dominação e dependência internacional e da consequente segregação das classes sociais. No que concerne à formação dos/as discentes, a reprodução do poder ideológico do prestígio pode ser identificada pela conquista no acesso a uma universidade pública em relação aos/as demais que também disputam por uma vaga.

Inclusive, a própria escolha do curso superior também é influenciada pela dominação burguesa do prestígio, poder e renda que a carreira profissional poderá oferecer, sendo na maioria das vezes de caráter elitista e formado por discentes das frações da classe média e alta. Logo, esse tripé precisa ser analisado enquanto um poder ideológico que possui características e peculiaridades diversas, mas que são mediados pela organização da divisão internacional do trabalho entre os países imperialistas e dependentes que privilegiam a certificação em massa e a mercantilização da Educação Superior.

O movimento de produção e reprodução da ideologia burguesa nas universidades públicas também são acompanhadas pela reorganização do sistema capitalista em decorrência das orientações dos diversos organismos internacionais, principalmente diante do quadro de reestruturação produtiva influenciada pela acumulação flexível financeirizada e pela contrarreforma do Estado (Behring, 2008; Harvey, 2012, 2014; Sakurada, 2018).

O atual cenário histórico também tem se deparado com diversas reações burguesas implantadas de maneira combinada e representada pelos processos de reestruturação produtiva, pelo enfraquecimento e coerção dos movimentos da classe trabalhadora e pelas influências da mundialização do capital. De acordo com Katz (2008), as estratégias adotadas pela reação burguesa no contexto de crise podem ser analisadas pelo que a autora denominou como “fantasia da regulação”. Essa definição contribui para a compreensão de que a atual crise estrutural não é fruto de um problema ou ineficiência de regulação, mas que precisa ser apreendida enquanto parte constitutiva do próprio movimento contraditório do capital.

Em outras palavras, seria necessário interpretar a gênese e a natureza da crise como uma crise de capitais de superacumulação, uma vez que grandes volumes de capitais não conseguem encontrar formas efetivas para a sua valorização. Todas as reflexões realizadas sobre esta crise também indicam que as saídas adotadas pelo sistema capitalista apresentam

somente ações repressivas, autoritárias e que são responsáveis pela concentração de riquezas de uma elite dominante e da socialização da pobreza da maioria da classe trabalhadora, identificadas pelos sucessivos ataques sem precedentes às suas condições de subsistência e aos seus direitos sociais historicamente conquistados.

Ao analisar as particularidades sócio-históricas das universidades no contexto do capitalismo dependente, observa-se que o processo de privatização apenas contribuiu para a intensificação do colonialismo educacional e do papel autocrático do Estado, responsáveis por acentuar o padrão dependente do ensino superior no Brasil e de sua heteronomia cultural. Não obstante, também é possível identificar em curso um movimento histórico-social tardio no país que revelou uma dupla disputa entre projetos antagônicos. Por um lado, a busca pela burguesia em submeter as universidades ao processo de expansão do capitalismo, e por outro, das lutas da escola superior em defesa de uma universidade que contrariasse os projetos das universidades conservadoras. Logo, esse projeto de construção de uma nova universidade seria organizado de maneira integrada e sob o viés crítico, autônomo, multifuncional e vinculado às reivindicações dos movimentos sociais.

No que diz respeito aos impactos provocados pelos fundos patrimoniais sobre a Educação Superior, observa-se que esses fundos apresentaram novas bases para a manutenção do processo de privatização intensificado e do colonialismo educacional. Segundo Viviane Queiroz (2020, p.192), os fundos patrimoniais ou filantrópicos constituem parte das estruturas financeiras de instituições de diversas naturezas, formadas pela soma de recursos provenientes de heranças e doações, uma vez que o valor principal passa a ser aplicado no mercado financeiro por meio de fundos de investimentos geradores de rendimentos. Dessa forma, esses valores são destinados para as iniciativas definidas pelo próprio doador responsável em longo prazo.

Nesse sentido, as instituições de ensino do país, assim como as entidades mercantis e filantrópicas, passaram a representar os principais fundos patrimoniais responsáveis pelo movimento de expansão e aquecimento do mercado financeiro em nível mundial. Somado a criação dos fundos patrimoniais, o processo de contrarreforma do Estado e do ensino superior nos países latino-americanos também pode ser identificado pela formação de parcerias entre os setores público-privado, pela descentralização dos gastos públicos, pela diversificação de cursos superiores e a cobrança de mensalidades.

Os constantes movimentos de disputas do fundo público também visam difundir a criação dos fundos patrimoniais com vista a assegurar maior lucratividade do sistema capitalista rentista. A mercantilização do ensino superior acaba por ganhar mais força

principalmente a partir da adoção de políticas sociais de gestão privada, além do financiamento privado do ensino superior enquanto alternativa de contenção dos cortes do orçamento público. Em outras palavras, reduz-se verbas públicas que deveriam ser destinadas para o financiamento de universidades públicas.

No atual cenário contemporâneo, observa-se que após a promulgação da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, implantada durante a gestão do governo Bolsonaro, foram criados cinco fundos patrimoniais associados às universidades públicas brasileiras no ano de 2019: o Fundo Patrimonial da Unesp; o Fundo Patrimonial da Fiocruz e do Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), vinculado à Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar); o Fundo Patrimonial da Unicamp e o Fundo Patrimonial da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC).

Dessa forma, é possível identificar o crescimento da dependência externa do Brasil em relação aos países hegemônicos do capitalismo, de modo a reafirmar o projeto conservador da dominação burguesa que busca transformar as universidades públicas em grandes instituições empresariais à favor do mercado financeiro.

Não obstante, esse projeto conservador de transformação das universidades públicas já estava no centro das grandes negociações realizadas pela burguesia, uma vez que o surgimento de um novo padrão de acumulação capitalista potencializou as ações de mercantilização e comercialização das universidades com o intuito de redefinir a gestão das políticas educacionais por meio da terceirização das ações do serviço público, de modo a acentuar as bases da heteronomia educacional, principalmente pela adoção de medidas de repressão contra lutas populares e expressões de conhecimentos críticos de oposição à ordem vigente.

Contudo, refletir sobre os impasses presentes no interior da construção do projeto educacional a partir da categoria do capitalismo dependente também exige considerar um aspecto fundamental em relação ao contexto da revolução burguesa, isto é, a sua inconclusão. De acordo com Lucília Carvalho da Silva (2020, p. 229), esse fator pode ser analisado devido a impossibilidade do capital em implantar um modelo de sociabilidade civilizatória diante da conjuntura da América Latina. Ao mesmo tempo, o marco do capitalismo dependente possui fortes traços da exploração colonial e do período de escravidão vivenciado por mais de três séculos.

Além disso, o crescimento do pauperismo desencadeado pela incapacidade da classe trabalhadora empregada e pela superpopulação relativa em adquirir recursos para garantir condições mínimas de subsistência e assegurar a manutenção do pleno consumo contribuiu

para que a educação assumisse um papel funcional na imposição de um determinado modo de organização da vida do sistema capitalista, encontrando nas economias dependentes o espaço fundamental para o fortalecimento da sua hegemonia.

A educação oferecida para a classe trabalhadora correspondia à educação do ensino regular, com o objetivo de formar uma mão de obra barata particular para compor a cadeia produtiva, a fim de desempenhar funções inferiores. Em conformidade com Fernandes (1989, p. 10), a ausência da oferta da educação é tão prejudicial quanto a miséria, uma vez que os estratos sociais mais vulneráveis se deparam com um tipo de privação que impossibilita desenvolver uma percepção consciente de sua condição enquanto classe social. Desse modo, a oferta da educação diante de tais determinações contraditórias está muito aquém da efetivação de uma proposta educacional auto emancipadora capaz de estimular a perspectiva crítica dos oprimidos e a conquista de poder pela classe trabalhadora.

Esse contexto histórico apenas contribuiu para a reafirmação do padrão de dominação burguesa e da consequente heteronomia econômica e cultural desse processo enquanto justificativa para acentuar as relações de exploração capitalista e garantir a manutenção das desigualdades sociais, educacionais, políticas e culturais.

Conforme apontado por Lima (2012), o desenvolvimento e a formação da Educação Superior no Brasil seguiram um padrão dependente de educação, caracterizado pela adoção de conhecimentos e tecnologias dos países centrais. Essa expansão inicial da Educação Superior foi marcada por um privilégio social, restrito às camadas dominantes e estendendo-se por toda a América Latina.

No contexto latino-americano, a implantação do sistema educacional estava vinculada a práticas centralizadas, que buscavam construir a identidade nacional e manter os padrões nacionais. A América Latina desempenha um papel central na formação de cidadãos e cidadãs engajados/as no compromisso coletivo de lutar contra as desigualdades sociais e construir identidades culturais. Cabe aqui destacar que as classes e as relações de classes não dispõem de condições estruturais suficientes capazes de contribuir para a promoção da integração, manutenção e transformações equilibradas da ordem social vigente.

Nos últimos anos, os países latino-americanos também têm enfrentado uma série de desafios no que diz respeito à expansão da oferta do ensino, da aprendizagem e de conhecimentos no campo da ciência que contribuam para o desenvolvimento das suas economias, com o intuito de oferecer maiores oportunidades de trabalho. Fernandes (1975, p.59) analisa a revolução burguesa no contexto latino-americano enquanto um processo influenciado por condições estruturais e históricas que revelam o seu traço característico de

associação dependente que rearticulam as economias nacionais aos avanços externos do movimento do capital.

Frente as análises quantitativas apresentadas pelo Relatório *Education at a Glance*, em 2018, os níveis de empregabilidade da população brasileira da faixa etária de 25 a 64 anos de idade correspondeu a sessenta e oito por cento (68%) no país, sendo inferior em relação à média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que representaram setenta e sete por cento (77%) em relação às taxas de empregabilidade.

No âmbito da educação, esses desafios tornaram-se ainda mais evidentes quando se é discutido a igualdade das condições de acesso e permanência a uma educação gratuita, laica, universal e de qualidade, capaz de formar sujeitos de direitos e garantir o acesso a postos de trabalho qualificados para a geração de renda e melhoria das condições de vida. Logo, a educação passa a ser constituída pelas influências da heteronomia cultural na reprodução de desigualdades internas e externas em relação aos países hegemônicos.

Por outro lado, torna-se perceptível que as universidades das nações subdesenvolvidas também se inserem nessas relações de dependência, uma vez que buscam preservar as formas de subordinação cultural já existentes e sendo influenciados pelo dinamismo dividido entre os traços elitistas da burguesia global e do movimento da classe trabalhadora historicamente oprimida e com a reduzida participação nos processos deliberativos. Nesse sentido, a Educação Superior no contexto latino-americano é fortemente marcada por relações de desigualdades socio-étnico-culturais, opressões e pela dominação da autocracia burguesa a partir da consequente adequação do seu modelo às exigências dos padrões do capitalismo monopolista.

Em outras palavras, trata-se de adequar os pensamentos e os processos educativos às imposições da ordem burguesa, onde as universidades passam a ser tuteladas por meio das influências imperialistas e pelos interesses contraditórios da própria burguesia brasileira. O padrão de dependência externa imposto em todos as Etapas e Níveis da educação no país revela os reais interesses de exploração lucrativa para os setores privados brasileiros e internacionais, a fim de assegurar tão somente a transmissão de conhecimentos produzidos nos países centrais para a formação em massa de trabalhadores e para a composição de quadros dirigentes, quando destinadas para as elites burguesas. Não obstante, o atraso educacional e o ensino precário acompanham o quadro de subdesenvolvimento econômico, da dependência cultural e do conservadorismo responsável pela alienação no processo de formação das consciências e dos pensamentos críticos.

A transformação da educação dependerá diretamente da própria transformação da sociedade em nível global e profundo para o alcance da democracia. A educação e a democratização da sociedade constituem movimentos reais e interdependentes capazes de combater a dependência externa, as ameaças imperialistas e a descolonização prolongada.

Ademais, o movimento de autoemancipação pedagógica precisa ser fortalecido, de modo a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional com maior autonomia e resistência à incorporação dos modelos educacionais historicamente implantados na sociedade brasileira.

De acordo com as análises realizadas por Lima (2005, p.326), as intervenções políticas da burguesia demonstram que o cenário político ultraconservador e elitista inviabiliza qualquer possibilidade de ruptura com os padrões de dependência da Educação Superior. Portanto, o projeto de educação precisa que todas as suas Etapas e Níveis sejam oferecidos enquanto um direito universal e as lutas em defesa de seu modelo precisam ser pensadas no sentido de estimular a oferta de processos educativos emancipatórios enquanto mecanismo indispensável para o enfrentamento e a resistência das diversas expressões de superexploração e super expropriação capitalista no cenário contemporâneo.

2.3 Influências Políticas, Econômicas, Sociais e Culturais da Gestão Neoliberal na garantia do acesso e da permanência estudantil de jovens das periferias urbanas nas universidades públicas

As Instituições de Ensino Superior passaram a apresentar um novo significado: estas foram transformadas em organizações com a finalidade última de se tornarem negócios lucrativos para os grandes oligopólios privados do ensino superior. A educação, de maneira geral, assumiu o papel de mercadoria, enquanto o corpo estudantil deixou de ser sujeito de direito e passou a ser comprador e consumidor direto desse serviço. Dessa forma, o empresariado que investe na educação apenas contribui para a desvalorização da pesquisa e a destruição do conhecimento científico e do ensino de qualidade, a fim de fomentar o aumento de uma clientela que esteja sempre à serviço das exigências estabelecidas pelo movimento do mercado.

Os anos 1980 apresentaram condições assimétricas, marcado pelo contexto de crise econômica, pela transição política e a promulgação da Constituição Federal de 1988. As

estagnações que afetaram o ensino superior também provocaram graves consequências para o setor público e privado. Esse fenômeno acabou desencadeando a ampliação da oferta de cursos noturnos para que estudantes inseridos no mercado conseguissem cursar o ensino superior. Conforme apontado por Santos e Cerqueira (2009, p.06), 76,5% das matrículas realizadas no ensino superior eram em instituições privadas, enquanto o setor público ainda resistia para implantar cursos noturnos, o que contribuiu para que entre 1985 e 1990 o número as instituições privadas se tornassem ainda mais atrativas, crescendo 145%.

A partir da aprovação da LDB de 1996, houve um conjunto de medidas implantadas que apresentaram inovações, como a política institucional para a implantação do Ensino à Distância (EaD), a realização de avaliações, a renovação periódica dos cursos ofertados e do Exame Nacional de Cursos. A criação da referida Lei representou um importante marco legal no que concerne às reformulações no âmbito da Educação Superior no país. Na perspectiva social, a expansão do ensino superior alcançou estudantes da periferia que sempre eram excluídos/as desses espaços, privilegiando a formação na esfera profissional e tecnológica.

Na década de 1990, marcada pelo governo FHC, as medidas implantadas nas instituições de ensino superior foram influenciadas pela política neoliberal, com foco na modernização institucional, na autonomia universitária, na flexibilização do currículo e no processo de privatização da Educação Superior. As universidades públicas eram e ainda continuam sendo alvo de críticas pela agenda neoliberal, uma vez que são consideradas ineficientes e inadequadas aos padrões do mercado. Segundo as medidas previstas no Artigo 80 da Lei nº 9.394/96, os cursos de curta duração e à distância passaram a ser priorizados, o que acabou contrariando o antigo modelo que regia a relação entre ensino e pesquisa.

Durante os dois mandatos do governo FHC (1995-2002), é possível analisar que as políticas do ensino superior também estavam inseridas num processo de subordinação do país ao movimento da economia global e da agenda neoliberal dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Conforme explicado anteriormente, a universidade foi fortemente influenciada pelos princípios produtivistas, mercantilistas e autoritários, sendo o sistema privado considerado o mais eficiente para acelerar as ofertas de vagas no âmbito do ensino superior (SGUISSARDI, 2006, p.1040). Consequentemente, a universidade começa a perder o seu significado social, formada pelo tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, fazendo com que os cursos e as instituições privadas aplicassem metodologias de ensino com padrões de qualidade reduzidos.

Assim, é possível indicar que o Estado incentivou um movimento de correção/ajustamento social por meio do diálogo direto entre mercado, sociedade civil e o governo. Logo, os problemas sociais somente seriam atendidos por meio de ações empreendedoras dos indivíduos a partir de padrões meritocráticos, responsável por defender a concepção de que indivíduos que vivenciam a pobreza só estariam nessa condição por não terem desenvolvido habilidades necessárias para alcançar a ascensão social. De maneira geral, trata-se de fortalecer e garantir a ordem interna e assegurar a segurança externa a partir do aparato coercitivo do aparelho estatal.

Esses aspectos tornam evidente o fato de que a diferença entre o sistema público de ensino e o sistema privado não deve ser apreendido somente a partir da oferta de vagas, mas também por um conjunto de determinantes que contribuem diretamente para o crescimento dos índices de evasão, como a falta/carência de recursos financeiros necessários para arcar com as mensalidades dos cursos oferecidos, a ausência de investimentos na moradia estudantil, no acesso à alimentação, transporte, assistência médica e psicológica, bolsas de estudos e pesquisas, dentre outros determinantes (Moehlecke; Catani, 2006 *apud* Barros, 2015, p.368).

Observa-se que no âmbito das universidades públicas federais, também foram implantadas reformas que buscavam transformar o caráter jurídico das universidades públicas em organizações sociais, sociedades civis sem fins lucrativos, fundações de direito privado e até mesmo em entidades públicas não estatais. Essas reformas não chegaram a ser efetivadas, mas permaneceram sob a gestão de medidas legais particulares.

Posteriormente, o período de gestão do governo Lula apresentou em seus discursos políticos princípios da agenda democrática que atendessem as necessidades das populações mais pobres, porém na prática o que ocorreu foi uma forte dependência da gestão à agenda econômica. Com a crise fiscal do Estado, as instituições de ensino superior privadas passaram a ser priorizadas em relação às instituições públicas. Nesse sentido, em 2003 foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com a finalidade de avaliar as instituições de ensino superior do país e desenvolver um plano de ação para ser implementado nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e que apresentou em suas análises a promoção de ações de caráter emergencial para atender a situação das universidades federais. Nesse sentido, a gestão do governo Lula fora marcada por relações assimétricas que revelam o caráter contraditório entre o contexto histórico vivenciado pela sociedade e a adoção pelo governo das medidas implantadas pelas organizações governamentais.

Carregando o objetivo de reverter o cenário de expansão do ensino superior privado, a gestão do governo Lula buscou sustentar financeiramente as instituições de Educação Superior existentes por meio dos programas PROUNI e FIES, enquanto no âmbito das universidades federais o REUNI buscava assegurar melhores condições de acesso e permanência nos seus espaços. Com a finalidade de conter o aumento do número de exclusão, o governo também implantou a política de cotas e aumentou a oferta dos cursos superiores na modalidade à distância.

A partir do ano de 2003, o governo Lula criou diversos programas que foram implementados com vistas à democratização do sistema de ensino superior do país. Apoiado pela sociedade civil e previsto pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, o PROUNI representou o momento de aproximação do governo Lula ao ideário neoliberal e às exigências do Banco Mundial, uma vez que o número de vagas nas instituições privadas apresentou um crescimento exponencial devido transferências de recursos públicos, cobertos pelo manto ideológico de sua democratização e justiça social.

Conforme analisado por Catani e Gilioli (2005), embora o PROUNI representasse uma política pública de acesso à Educação Superior, este não contribuiu para a garantia da permanência e conclusão dos cursos ofertados. Logo, buscando atender as necessidades de estudantes que não dispunham de condições suficientes para arcar com as mensalidades das instituições privadas, no ano de 1999 criou-se o FIES, mas para acessar os benefícios oferecidos, foram implementados alguns pré-requisitos que deveriam ser atendidos: os/as estudantes devem estar regularmente matriculados/as/es em instituições de ensino superior não gratuitos que estivessem cadastrados no referido programa, sendo bem avaliados pelo MEC.

Já durante os anos de 2003 a 2007, ocorreu a primeira fase de expansão de vagas na Rede Federal, conhecida como Expansão I, segundo a qual foram criadas oito universidades federais em diversos estados do país. Após o período de 2007 e a partir da implantação do REUNI pelo Decreto nº 6.096, foram criadas outras seis universidades, totalizando quatorze universidades durante o período de 2003-2010 (Barros, 2015, p. 374). O REUNI integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o intuito de garantir o crescimento dos números de acesso e permanência no ensino superior no nível de graduação.

No período de 2003, observa-se que houve um aumento da oferta dos cursos na modalidade à distância, principalmente no âmbito do sistema privado de ensino. Nessa perspectiva, em 2006 é lançado o Decreto nº 5.800, com o objetivo de ampliar as condições de acesso à Educação Superior na modalidade EaD pelas camadas populares urbanas que

possuíam dificuldades de ingressar nesses espaços (Brasil, 2006 *apud* Barros, 2015). Nesse sentido, o acesso a esse sistema seria possível por meio do Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica e pela oferta oferecida à demanda social existente.

Outra política importante que contribuiu para a reparação histórica das desigualdades socio-étnico-culturais nos espaços da Educação Superior foi a criação da política de cotas, cuja implantação fora influenciada pelas lutas do movimento negro, e que também foi considerado o primeiro agente político a apresentar propostas que ampliassem a democratização do ensino superior no país. Nessa perspectiva, Barros (2015) analisa a década de 1990 indicando que as cotas raciais eram alvos de críticas e debates, principalmente em relação à sua fundamentação legal. As políticas de cotas contribuem com o desvelamento das diversas manifestações do racismo no interior das desigualdades econômicas e culturais. (Guimarães, 1999 *apud* Barros, 2015, p. 377).

A Lei de Cotas está prevista na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, estabelecendo uma única política de ação afirmativa, isto é, a reserva de cinquenta por cento (50%) do total de vagas para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Contudo, esse número de vagas seria subdividido: metade seria destinada a estudantes que apresentassem renda familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita, enquanto a outra metade seria destinada a estudantes com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. As vagas seriam ofertadas a partir da autodeclaração dos/as estudantes, a fim de ampliar o acesso de pretos, pardos, indígenas e estudantes de escolas públicas.

Diante do cenário de avanço no desenvolvimento de novos recursos tecnológicos de informação e comunicação, o acesso ao ensino superior tornou-se possível para uma parcela da população que apresentava dificuldades de frequentar os cursos presencialmente devido às suas condições econômicas, socioculturais e geográficas. A Educação à Distância (EaD), prevista no Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), fora instituída enquanto política pública para o magistério oficial. Aos poucos, a modalidade da EaD acabou expandindo-se e tornando parte da realidade da maioria dos/as estudantes que precisavam trabalhar ou que não conseguiriam cursar o ensino superior presencialmente. Ofertados pela iniciativa privada, os programas desenvolvidos preveem reuniões regulares, sistemáticas, em modelo semipresencial, realizados virtualmente por chamadas de vídeo ou videoconferências, dentre outros recursos de informática.

Apresentando um caráter tecnocrático, a modalidade do ensino EaD começou a ter participação em programas como o PROUNI, principalmente nos cursos de nível superior das áreas de tecnologia oferecidos por universidades e faculdades isoladas, com aplicação de

disciplinas semipresenciais nos cursos regulares de ensino superior. Não obstante, é possível compreender que esta modalidade de ensino passa ser implantada principalmente por agências de financiamento internacionais, com vistas a flexibilizar e contribuir para a formação acelerada de profissionais adultos/as, estudantes, professores/as da rede oficial sem formação superior, além de ampliar a oferta de vagas no sistema privado. Isto é, conforme a afirmação de Kuenzer (2005, p.14-15), inaugura-se um processo massificado de inclusão excludente, principalmente no âmbito das ações institucionais e pedagógicas.

No que diz respeito ao desenvolvimento do material didático pedagógico na modalidade EaD, a composição docente passou a ser formada por especialistas egressos de universidades públicas para atuação no sistema privado, de modo a estimular a perspectiva produtivista de textos e a formação em conteúdos específicos. Segundo as análises de Segenreich (2009, p.06), o material didático do curso seguiu os mesmos padrões das linhas de produções fabris a partir do apoio de recursos e paradigmas tecnológicos.

Nessa perspectiva, Calderón (2000, p.64) afirma que na década de 1980 inaugurou-se a era das universidades mercantis ou das novas universidades. Nesse período, foram criadas dez universidades mercantis e uma universidade pública na cidade de São Paulo entre 1988 e 1997. Contrariando os modelos tradicionais de ensino, os modelos mais recentes aproximavam-se dos ideais do mercado e pela dualidade estrutural presentes entre os diversos tipos de redes de ensino e classes sociais em que eram adotados.

Sob forte influência da ideologia do mercado e do investimento no capital humano enquanto força de trabalho imprescindível nas relações de produção capitalistas, o significado social da universidade fora esvaziado do seu ideal ontológico. O que era para ser um espaço de construção de conhecimentos universais e de qualidade passou a atender a um único objetivo central: contribuir para a formação profissional.

As transformações das instituições de ensino superior no Brasil não podem reduzir o seu significado ontológico e de formação humana a ponto de limitá-la a um mero recurso do mercado. Logo, Saviani realiza análises que possibilitam refletir sobre o processo histórico de reconstrução do desenvolvimento da educação no decorrer dos anos.

Considerando que é pela história que nós nos formamos homens; que é por ela que nós nos conhecemos e ascendemos à plena consciência do que somos; que pelo estudo do que fomos no passado descobrimos ao mesmo tempo o que somos no presente ao mesmo tempo o que no presente e que podemos vir a ser no futuro, o conhecimento histórico emerge como uma necessidade vital de todo ser humano (Saviani, 2008, p. 151).

Nessa perspectiva, a universidade precisa ser pensada no atual contexto a partir dos avanços dos recursos tecnológicos e pelas adversidades impostas na sociabilidade contemporânea, mas sem perder de vista o seu verdadeiro significado em construir um espaço de defesa do conhecimento crítico e científico com vistas à formação de sujeitos intelectualmente ricos.

Não se trata de adequar o ensino superior brasileiro aos impasses e desafios impostos pela atual conjuntura, mas em fortalecer as lutas de resistência contra as determinações contraditórias provocadas pela necropolítica, pela concentração de poder e do seu projeto de expulsão ao invés de garantir a inclusão das classes populares urbanas nos diversos espaços das universidades públicas. Ao mesmo tempo, faz-se necessário investir na promoção de políticas públicas efetivas, a fim de assegurar com que a educação formal seja ofertada com qualidade e capaz de contribuir para o acesso à Educação Superior pública.

A democratização do acesso, permanência e conclusão do ensino superior precisa ser garantida, e para que esse movimento se fortaleça cada vez mais, torna-se imprescindível tornar os espaços da Educação Superior mais inclusivos e diversificados sócio-étnico-culturalmente, de modo com que jovens das classes populares urbanas, rurais e periféricas também possam ter acesso a melhores condições e oportunidades para construírem novos conhecimentos e saberes científicos de cunho crítico e propositivo, e fazerem jus aos seus direitos historicamente conquistados.

O atual contexto econômico, político, social, cultural, ambiental e sanitário influenciou e ainda influencia diretamente a manutenção das relações contraditórias de força e poder que são alimentadas pelo poder ideológico do metabolismo antissocial do sistema capitalista contemporâneo, que visa garantir a manutenção da ordem social e a contenção de qualquer expressão ou enfrentamento do seu poder de persuasão, principalmente quando organizados por movimentos sociais articulados a movimentos estudantis. É possível compreender que essa reação autoritária também se estende à Política de Educação, pois enquanto política social, esta encontra-se imersa a um conjunto de interesses antagônicos e divergentes que compreendem um plano individualista ao invés de fortalecer as organizações coletivas.

Alvo de reações políticas, econômicas e ideológicas, tal política tende a ser fortemente influenciada por princípios conversadores e moralizadores, manifestados pela reação do modelo do Estado Mínimo para os direitos sociais e políticas públicas, e máximo para o mercado e o setor privado. Logo, no que diz respeito ao papel do Estado no contexto brasileiro:

Tradicionalmente, em nosso país, o Estado tem sido o último a responder diretamente pelas atenções sociais. Neste campo, tem prevalecido o princípio da subsidiariedade entre o estatal e o privado, em que o Estado transfere para a sociedade as responsabilidades maiores, restringindo-se à execução de ações emergenciais. Para tanto, tem utilizado da estratégia da delegação, manipulando subsídios, subvenções e isenções por meio do mecanismo de convênios e atribuição de certificados, numa pretensa relação de parceria ou de co-produção de serviços sob o financiamento estatal (Mestriner, 2008, p.21).

Dito isto, é possível indicar que as intervenções do estado na Política de Educação apresenta como objetivo central garantir a manutenção do trabalho assalariado, marcado por relações de concessão e contenção de direitos e políticas públicas diante das reivindicações da ordem social vigente, fazendo com que o orçamento público apenas contribua para a reprodução do movimento do capital financeiro e da força de trabalho.

O compromisso para com a qualidade do ensino não é algo recente, mas constitui parte de um momento histórico que se intensificou devido às influências dos sistemas capitalistas industrializados, principalmente porque o agravamento das expressões da questão social e das suas desigualdades intensificadas pelos regimes dos mercados globais tendem a atacar cada vez mais os setores populares mais pobres, excluindo-os dos diversos espaços de acesso à alfabetização e das demais políticas sociais.

As necessidades de expansão da sociedade capitalista fez com que o governo e o empresariado investissem recursos econômicos, políticos, acadêmicos e internacionais para reduzir a taxa de analfabetismo devido à emergência das novas demandas sobre os padrões de consumo, o que contribuiria para o crescimento lucrativo dos setores produtivos. Embora o índice de analfabetismo tenha sido reduzido no país, os problemas com as avaliações das competências previstas para cada ano escolar continuaram a ameaçar os sistemas escolares brasileiros. Diante dos dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2001 a 2014 o Brasil apresentou uma queda no número de analfabetos, com 4,3 pontos percentuais. O percentual de analfabetismo apresentado por brasileiros com 15 anos ou mais correspondeu um pouco mais de oito por cento (8,3%), o que indica que houve uma redução com 2,5 milhões de pessoas analfabetas a menos em relação ao ano de 2001.

O ensino médio não garante a formação de pessoas em quantidade suficiente para contribuir com a expansão do ensino superior. Dessa forma, faz-se necessário antes resolver os impasses e desafios que afetam esse nível de ensino. Dentre os seus principais desafios, pode-se indicar a precarização da formação de professores/as, o desinteresse pela metodologia

de ensino adotada, o aumento da desistência, a infraestrutura precária da maioria das redes de ensino, além do baixo nível de aprendizagem.

Aliás, pode-se indicar como retrocesso histórico a realização da reforma do Ensino Médio conforme estabelecido na Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 e implantada durante a gestão do governo Temer, sendo responsável por retirar a obrigatoriedade do ensino de disciplinas das ciências sociais, como a Sociologia, Arte, Filosofia e Educação Física, de modo a cercear o desenvolvimento do pensamento crítico, além dos fortes ataques que foram acentuados durante o governo Bolsonaro sobre a educação popular de Paulo Freire e dos demais profissionais que apresentam como metodologia de ensino e aprendizagem a perspectiva da educação emancipatória.

Destarte, faz-se necessário investir na escolarização formal para a garantia de maior qualidade no processo de formação de egressos do ensino médio, de modo a expandir as oportunidades de formação científica para a construção de conhecimentos críticos e emancipatórios para resistir contra os processos seletivos excludentes adotados pelas instituições de ensino superior que tornam evidente o elevado índice de déficit educacional.

As ações e os movimentos de luta para o rompimento dos padrões de dominação neoliberal e ultraconservadora na ordem vigente não devem ser organizadas exclusivamente pela sociedade brasileira. Ainda que a construção de um novo significado social para as universidades brasileiras exija resistir aos projetos reacionários implantados no cenário contemporâneo pela ordem do capital, a construção de um novo projeto de universidade que atenda aos reais interesses e as necessidades materiais e humanas de uma sociabilidade independente e emancipada somente será possível de ser alcançada se construirmos novas bases para a implementação de uma universidade pública socialmente referenciada e ofertada enquanto um direito social, ao invés de constituir um privilégio restrito a uma elite intelectual predominante.

3. A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL DO GOVERNO BOLSONARO SOBRE AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19

O cenário contemporâneo tem sido fortemente marcado pelo crescimento do movimento de desvalorização do ensino superior público e pela ascensão ao modelo de gestão privada da política neoliberal. Historicamente, a corrente ideológica do neoliberalismo pode ser analisada a partir dos anos 1970 na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, e principalmente a partir do processo de liberalização das trocas mercantis e do movimento de capitais.

Em concordância com Gil (2002), a conjuntura atual no contexto de globalização também revela um forte movimento de expansão dos padrões de racionalização, flexibilização das relações de trabalho e da consequente redução do papel do Estado diante da hegemonia do setor privado e da sua regulamentação mínima. Inclusive, as organizações internacionais podem ser apreendidas enquanto polos indispensáveis de reprodução dos padrões de dominação neoliberal nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Logo, esses organismos tendem a colocar em curso um conjunto de (contra) reformas no âmbito da educação, de modo a organizá-la de acordo com os ditames e exigências impostas pelo mercado, seja para gestão ou financiamento das políticas públicas, com o intuito de conferir maior lucratividade para os setores privados.

No âmbito das universidades públicas esse cenário se torna ainda mais grave, principalmente por se tratar de importantes instituições representativas para a articulação de lutas e forças de resistência contra a hegemonia neoliberal dominante. Ao mesmo tempo, é notório que todas as Etapas e Níveis da educação também sofreram com as renúncias do governo Bolsonaro e com a crescente descentralização e redução dos investimentos para a promoção de políticas públicas educacionais.

Observamos em curso a intervenção de grupos empresariais organizados que intervêm no âmbito do mercado para fortalecer os meios de produção e assegurar a obtenção de maior lucratividade. O reflexos de tais medidas adotadas atingem diretamente a manutenção das instituições de ensino superior, que precisam ser pensadas não enquanto polos mercantis de formação massificada, mas enquanto instituições sociais comprometidas com a defesa e reafirmação da democratização do ensino, do conhecimento científico e em prol da construção da autonomia universitária.

Ao analisar as raízes sócio-históricas do desenvolvimento e expansão da política neoliberal e da sua corrente ideológica, observa-se que o seu ideário precisa ser analisado

enquanto um conjunto de ideais que possuem fundamentos políticos e econômicos responsáveis pela manutenção da intervenção mínima do estado na economia.

Em relação ao cenário brasileiro, observa-se que as primeiras intervenções neoliberais começaram a ganhar força no país durante a gestão do governo Collor de Melo (1990-1992), embora a sua corrente política e econômica tenha se fortalecido durante o governo FHC (1995-2002). O período Collor também marcou o momento de abertura do país ao projeto neoliberal com as suas medidas privatistas e autoritárias, sendo a única opção possível para a burguesia naquele período, haja vista as ameaças de Luiz Inácio Lula da Silva e de Leonel Brizola em relação aos escândalos de corrupção e ao processo de impeachment do seu governo, o que levou a necessidade de se articular outra candidatura para as eleições de 1994, o que levou FHC à candidatura e vitória no primeiro turno.

Os governos Lula e Dilma (2003 a 2016) deram um importante passo para o processo de democratização da Educação Superior no país a partir da implementação dos programas de acesso/permanência e bolsas de estudo mencionadas anteriormente, embora apresentassem problemas de interiorização dos interesses privados, a exemplo dos programas FIES e PROUNI, que seguiam uma lógica de financiamento que favoreciam os interesses privados, conferindo às instituições particulares, conforme apresentado por Aguiar (2016), quantias de recursos elevadas com maior segurança jurídica para a defesa dos seus interesses.

Ao analisar o impeachment de Dilma, quando o seu vice- presidente Michel Temer assumiu o cargo entre 2016 e 2018, houve a implementação do Novo Regime Fiscal (NRF) que acabou contribuindo para a desvalorização e o sucateamento acelerado em médio prazo de serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança. Em 2017, ao avaliar a eficiência dos gastos públicos no Brasil, o Banco Mundial indicou a necessidade de redução de despesas no âmbito das instituições de ensino superior com a justificativa de que estas dispõem de serviços regressivos e insuficientes para atender as demandas do mercado. Nesse sentido, observa-se que um conjunto de medidas de contingenciamento dos gastos públicos e ataques persuasivos da ideologia neoliberal começaram a provocar questionamentos a respeito da legitimidade das instituições de ensino superior e dos agentes que a compõem.

A partir disto, é preciso compreender que o processo de impeachment representou um verdadeiro retrocesso no que concerne à democracia brasileira, podendo ser apreendido enquanto um golpe parlamentar-jurídico-midiático, responsável por atacar diretamente os direitos e conquistas da classe trabalhadora a partir da adoção de medidas de arrocho salarial, perseguições declaradas aos servidores públicos, sucateamento das instituições públicas e, conseqüentemente a desvalorização do ensino público, crítico e socialmente referenciado. O

avanço das políticas neoliberais no país apenas contribuiu para o ataque direto a vidas que possuem classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade predominantes, e que destruíram os direitos trabalhistas a partir da implementação da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, responsável por legitimar a terceirização irrestrita sem contribuir para a queda do quadro de desemprego no país.

Diante das análises de Casara (2020, p.143), Bolsonaro (2018-2022) começou a ter uma imagem ideológica construída em cima de um personagem que se representava para a população brasileira uma figura heroica, ou seja, como uma espécie de mito que contribuiria para a defesa dos valores morais e conservadores do cristianismo, do modelo de família heteropatriarcal-racista-capitalista, além de incentivar a militarização da vida humana e da adoção de princípios meritocráticos, individualistas e autoritários em todo o seu governo. Os ataques da sua gestão reacionária também alcançaram o âmbito das ciências humanas e sociais, resultando na precarização das condições objetivas e subjetivas de acesso e permanência em todas as Etapas e Níveis das redes de ensino e nas universidades públicas. Esses ataques possuem como escopo a reprodução de ideais e valores que contribuem tão somente para a manutenção do sistema econômico vigente, como também para indicar a formação de uma massa acrítica em relação ao cenário de extrema pobreza, racismo, machismo e LGBTfobia.

Diante do atual cenário político, econômico, social, ambiental e sanitário do país, observa-se que a educação passou a ser considerada como o principal pólo de formação de cidadãos/ãs trabalhadores/as do futuro, sem considerar as suas necessidades objetivas e as determinações contraditórias existentes no presente contexto brasileiro, fato esse que apenas contribui para a intensificação da divisão entre classe dominante e classe dominada. Logo, a educação passa a sofrer cada vez mais pelas imposições da lei do mercado, conforme alertado por Dermeval Saviani (2019):

[...] Diante do mote do “Estado mínimo” passa-se a considerar a “decadência da escola pública” como resultado da incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso advoga-se, também na educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado. Essas proclamações ditas neoliberais continuam sendo difundidas na conjuntura atual, acentuando o entendimento de que o Estado atravessa uma crise profunda com perspectivas sombrias para a educação pública e para a própria democracia. (Saviani, 2019, p.286).

Nessa perspectiva de análise, na medida em que a educação se torna responsabilidade do setor privado, a consolidação das bases democráticas do ensino público se tornam cada vez mais frágeis, o que impossibilita a promoção do direito de todos/as/es ao acesso e

permanência à educação crítica e universal. Dessa forma, a função social das universidades públicas não pode ser desvalorizada em relação às contribuições que as suas instituições proporcionam para a sociedade, principalmente no que concerne ao desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão que são fundamentais para a construção de conhecimentos científicos e tecnológicos indispensáveis para o desenvolvimento do país.

No âmbito das universidades federais, também existem sérias implicações da ideologia neoconservadora, que ascendeu a partir do golpe de 2016 com a influência da pós-modernidade e que intensificaram-se durante a gestão do governo Bolsonaro. Além de ter sido alvo de cortes dos investimentos públicos, as universidades federais também foram influenciadas pelo cerceamento do pensamento crítico, o que levou à consequente desvalorização dos conhecimentos construídos no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. Não obstante, é notório que essas instituições têm se deparado cotidianamente com inúmeros desafios para atenderem os seus principais objetivos, como o atendimento qualificado às demandas sociais, políticas, científicas e tecnológicas voltadas para a formação qualificada de profissionais nas diversas áreas do conhecimento.

As universidades públicas precisam ser apreendidas enquanto instituições capazes de cultivar espaços de produção e trocas de saberes, principalmente de saberes científicos, críticos, plurais e democráticos. Contudo, presenciamos a realização de ações nesses espaços que seguem as normativas estabelecidas por aqueles que ocupam o lugar de poder e decisão, com o intuito de atender os interesses conservadores em detrimento das reivindicações da sociedade.

De maneira geral, observa-se que as bases que fundamentaram o conservadorismo se contrapõem às conquistas no período da Revolução Francesa (1789). Segundo Netto (2011), o ideário conservador pode ser interpretado como um movimento político e intelectual antiburguês, que surge no processo de transição do modelo de sociabilidade feudal para o modelo de sociabilidade do capital. A sua emergência pode ser identificada a partir do desenvolvimento das forças produtivas responsáveis por contestar, durante a Revolução Industrial do século XVIII, a estrutura social e econômica do feudalismo. Logo, o conservadorismo deve ser analisado como uma corrente filosófica aristocrática em oposição à Revolução Francesa do século XIX e das suas transformações estruturais durante o avanço das forças produtivas.

Conforme indicado por Souza e Oliveira (2018, p. 03), com o fim do regime feudal e a partir da consolidação das relações de produção capitalista, a burguesia interrompeu os seus movimentos de luta e passou a apresentar um caráter antirrevolucionário, com o objetivo de

conter e silenciar as demandas e aspirações do proletariado. No que concerne ao pensamento conservador clássico, as suas intervenções atendiam os interesses da classe dominante burguesa, priorizando a defesa de princípios arcaicos em oposição à democracia e justiça social. Já em relação à gênese de um novo ideário conservador, a sua estrutura de poder passou a ser regida pela defesa dos valores da família, autoridades, religião, propriedade privada e dentre outros princípios que controlam a manutenção da ordem social vigente.

Nesse sentido, o cenário contemporâneo foi influenciado por uma forte tendência reacionária e ideológica antidemocrática, principalmente por meio do fortalecimento da classe burguesa dominante e do atual modo de produção capitalista em curso. Consequentemente, os movimentos sociais de luta e resistência que se organizaram em defesa para a construção de uma nova ordem social foram caracterizados como grupos que incentivam a desordem e atacam a moral e os bons costumes.

Ao comparar com a realidade contemporânea, é notório que tais impactos também recaíram sobre os espaços das universidades públicas, sendo caracterizadas como espaços de alienação e de incentivo à balbúrdia, conforme afirmado pelo ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub durante o governo neoconservador e antirepublicano de Bolsonaro, e que inclusive foi utilizado como forma de ameaçar a redução dos investimentos públicos nas universidades. Este discurso propagado pelo ministro da época fazia referência à redução de trinta por cento das verbas destinadas para a manutenção das universidades federais UnB, UF e UFBA. Também apoiava a cobrança de mensalidades nas universidades federais e a realização de cortes nos programas de inclusão social.

No que concerne às bases do pensamento neoconservador, este pode ser considerado como uma forma dominante de apologia conversadora de ordem capitalista que se opõe à implantação de um modelo de Estado Social em defesa de direitos sociais e políticas públicas. Trata-se de uma corrente ideológica que intervêm em defesa da sociedade do mercado, incentivando a intervenção do Estado para reprimir qualquer forma de oposição aos modelos tradicionais e à ordem social vigente (Barroco, 2015).

Somada às determinações reacionárias do pensamento neoconservador, também existe outro aspecto determinante que constitui parte central do movimento contraditório do ideário neoliberal: as influências da ideologia pós-moderna. De acordo com Barroco (2015), esta ideologia pode ser analisada como um movimento de fragmentação, moralização, instabilidade, competição, imediatismo e naturalização das desigualdades sociais. Digo, a pós-modernidade é influenciada por juízos de valores individualistas, desconsiderando a realidade social em que os indivíduos estão inseridos, o que contribui para a moralização da

questão social e militarização da vida cotidiana. Todas as ações do Estado estariam condicionadas a assegurar o disciplinamento e a contenção das classes populares urbanas e periféricas com vistas à obtenção de maior lucratividade, exploração do trabalho e a mínima - se não inexistente - garantia de direitos sociais.

O próximo tópico fornecerá maiores subsídios teóricos que permitirão analisar e compreender as principais influências da dimensão ideológica do neoconservadorismo e os impactos da pós-modernidade durante o governo reacionário de Bolsonaro no Brasil ante a um contexto de profunda crise econômica, política, social, ambiental e sanitária acentuada pela pandemia da Covid-19, e que influenciaram diretamente as condições objetivas de acesso e permanência de jovens das classes populares urbanas nos espaços das universidades públicas.

O cenário inaugurado nesse contexto é caótico, a humanidade passou a sofrer com as consequências do metalismo antissocial do sistema capitalista que se alimenta de vidas humanas, e que prioriza a economia de mercado com vistas à ascensão da barbárie. Serão as ações articuladas pelos movimentos sociais de lutas e resistências os principais motores de mobilização para a reversão desse quadro.

3.1 Panorama das Principais Medidas Adotadas pela Gestão do Governo Bolsonaro no Âmbito das Universidades Públicas no Contexto Pandêmico da Covid-19 no Brasil

O ano de 2020 no Brasil foi surpreendido pela emergência de um vírus que apresentou fortes riscos de contaminação, e que cuja expansão alcançou proporções que saíram do controle dos/as profissionais que atuam na área da saúde. Somadas às determinações contraditórias intensificadas pela política genocida do governo federal, observa-se que o subfinanciamento, a falta de coordenação nacional e os poucos investimentos no âmbito da saúde pública para o fornecimento de equipamentos médico-hospitalares destinados ao atendimento da população contaminada pelo vírus da Covid-19 apenas acentuaram as desigualdades sociais e a crise sanitária no país.

Durante as eleições de 2018, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro defendeu em sua campanha presidencial o slogan intitulado: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. A partir de uma análise sócio-histórica, é possível compreender que ao utilizar essa frase como um dos ideais indispensáveis para o “progresso” da nação, ele fazia uma alusão ao mito

medieval do herói branco, buscando garantir a manutenção da civilização, a promoção da cristianização, resgatar as raízes da colonização e suas ações de violência, escravidão e exploração.

Por outro lado, ao defender os pressupostos do colonialismo para legitimar a violência e a exploração em nome de um Deus cristão, o ex-presidente também buscou resgatar os valores tradicionais da família cristã, fundamentados em um modelo arcaico de hierarquia social que excluía a diversidade das expressões religiosas e exaltava a estrutura do heteropatriarcado. Dessa forma, sua gestão reproduziu uma visão profundamente desumana, contribuindo para a produção e reprodução de discursos de ódio direcionados aos pobres, mulheres, negros/as, indígenas, à comunidade LGBTQIAPN+ e às pessoas com deficiência.

Consequentemente, esse cenário instalado na realidade brasileira contribuiu diretamente para o fortalecimento do que ficou conhecido como a “bancada BBB”, composta por deputados ligados à polícia militar, aos esquadrões da morte, às milícias privadas, grandes proprietários de terras, criadores de gado e neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos (Lowy, 2016 *apud* Mustafa, 2019).

Frente às análises realizadas por Teer, Reis e Gonzaga (2021), no âmbito da educação brasileira:

A pandemia desmascarou como as políticas neoliberais desmontaram a educação pública ofertada às classes populares. A escola pública [...] mostrou-se inapta em virtude do desmonte e da não qualificação das estruturas físicas, como o acesso à rede de transmissão de dados, o acesso [...] aos equipamentos necessários à educação remota, a falta de formação os professores nas tecnologias digitais e de concepções epistemológicas e pedagógicas que proporcionassem a interação entre estudantes e professores da melhor forma possível. (Teer, Reis, Gonzaga, 2021, p.92).

Portanto, é possível considerar que a crise sanitária também contribuiu para a expansão sem precedentes da crise econômica, política, social, ambiental e sanitária. Esse conjunto de crises também têm afetado diretamente as nações, principalmente os países da periferia inseridos nas relações hierárquicas, como é o caso do Brasil, haja vista que a maioria da população brasileira luta diariamente para sobreviver com menos de um salário mínimo, sob condições vexatórias e insalubres de moradia que afetam a garantia da sua saúde e do seu bem-estar social. Ademais, enfrentam diariamente, altas taxas de desemprego frente a um sistema de poder que se oculta ideologicamente nas relações hierárquicas de dominação e de concentração de riquezas produzidas socialmente. Por outro lado, também é possível indicar que esse mesmo sistema ideológico de dominação se opõe aos avanços da ciência para o

combate do novo coronavírus, ataca perversamente as ações políticas e sociais da saúde pública na efetivação de políticas de proteção social e, em contrapartida, coloca em prática a necropolítica, pois prioriza a economia e a eficácia do mercado acima de vidas humanas.

Apesar do ascenso de lutas democráticas e dos movimentos sociais, que apontavam condições políticas e uma base de legitimidade forte para a realização de reformas efetivas, muitas contratendências se interpuseram a essa possibilidade, os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e violência. (Behring; Boschetti, 2008, p. 147).

Diante dessas considerações, observa-se que o século XXI encontra-se imerso aos interesses do Estado da morte e de uma crescente guerra cultural que avança sem precedentes. A ideologia neoliberal organizou-se de maneira inteligente e de forma estratégica a partir da adoção de políticas de contenção e de controle das classes populares urbanas que sofrem diariamente com a violação dos seus direitos, não apenas sociais mas também humanos, e que foram historicamente conquistados pela organização e mobilização dos movimentos sociais por meio das lutas políticas e da articulação popular.

Com o passar dos anos, nos deparamos com o fortalecimento da hegemonia do capital e com ações do Estado cada vez mais limitadas no que concerne ao cumprimento das suas responsabilidades públicas. Logo, o papel do Estado passa a ser transferido para as entidades filantrópicas e o terceiro setor, formado por organizações da sociedade civil, uma vez que se este se exime do seu papel público em assegurar a promoção dos direitos sociais. De maneira organizada, a política neoliberal do (des) governo de Jair Messias Bolsonaro também incentivou a implementação de políticas privatistas e reducionistas ao fomentar parcerias público-privado por meio da terceirização dos serviços públicos responsáveis pela maior parte da corrupção durante a pandemia.

Nessa perspectiva, o Estado assume na realidade contemporânea um caráter de mediador para assegurar a liberdade de mercado e contribuir com o processo de acumulação e reprodução ampliada do capital, tendo em vista garantir a implantação dos seus sistemas de dominação econômica, sistemas esses presentes em nossa realidade e que podem ser facilmente encontrados na palma das nossas mãos por meio de equipamentos eletrônicos, como por exemplo, os telefones celulares. Consequentemente, nos deparamos com uma nova era sustentada pela ideologia neoliberal: trata-se da era da digitalização que passou a ser divulgada em todos os espaços de ensino, principalmente no âmbito do Ensino Superior público, ou seja, a era ideológica da “educação digital”.

Com o intuito de fortalecer a implantação de políticas de repressão e de disciplinamento, é notório que a apartação social, a uberização do trabalho e o descarte do ser social recusam as bases para a promoção da emancipação humana. A era da digitalização contribui para o desmonte das políticas de seguridade social e do financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) em nome de um sistema econômico que atende as necessidades de poucos/as para garantir a manutenção das relações de exploração da classe trabalhadora, além de naturalizar as consequências provocadas pela Covid-19, uma vez que as suas desigualdades atingem de forma violenta e desigual um perfil sócio-étnico-cultural predominante formado por uma grande maioria concentrada nas periferias urbanas do país. Nesse sentido, a maioria da população que vive nesses espaços se expõem de maneira frequente aos riscos de contaminação pelo vírus devido à necessidade de ajudar a família e garantir condições mínimas de sobrevivência.

Desde o período antecedente à pandemia da Covid-19, observa-se que as políticas de proteção social já vinham sofrendo fortes impactos provocados pela gestão ultraneoliberal a partir dos seus mecanismos financeiros de apropriação do fundo público brasileiro, podendo ser exemplificadas pela “Emenda Constitucional nº 95 de 2016, responsável por congelar por vinte anos os gastos primários do governo e pela Emenda Constitucional nº 93 de 2016, ao prever a desvinculação de trinta por cento dos recursos que deveriam ser constitucionalmente investidos nas políticas de seguridade social (saúde, assistência e previdência social) e nas políticas sociais em geral como a educação” (Brasil, 2016).

Essa realidade desumana passou a fazer parte do cotidiano de milhares de jovens em todo o país, principalmente por precisarem interromper os seus estudos ou até mesmo trancar os cursos em andamento no ensino superior para começar a trabalhar e ajudar a família. As condições de acesso e de permanência estudantil nas universidades públicas também foram atacadas de maneira violenta e desumana, privilegiando um perfil minoritário de estudantes formado por uma elite branca. Por outro lado, existe um outro perfil predominante de estudantes que ingressaram no mercado de trabalho informal, precário, intermitente e terceirizado, isto é, do trabalho morto que se faz cada vez mais presente em nossa realidade com o seu instrumento tecnológico- científico- informacional.

A única alternativa encontrada para que a maioria dos/as jovens das classes populares urbanas continuassem com os estudos consistiu na adesão à modalidade EaD, coberto pelo manto ideológico do ensino remoto, conforme previsto pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 343, de 17 de março de 2020, ao autorizar a substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto durante a pandemia da Covid-19. Nessa perspectiva, indo

contra aos princípios que sustentam o tripé da universidade formado pelo Ensino, Pesquisa e Extensão, o EaD representou um verdadeiro ataque à ciência, à construção do conhecimento crítico e, sobretudo, da educação e do seu papel político nas universidades públicas.

Dessa forma, o significado da educação brasileira apresentou um viés fortemente determinista, configurando-se como uma mercadoria indispensável para o processo de reestruturação do capital e principalmente para o avanço do projeto de contrarreforma em curso no âmbito do ensino superior. Não obstante, esse projeto de contrarreforma também ameaçou a autonomia das universidades, conforme disposto no Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, desconsiderando a realidade social dos grupos historicamente marginalizados, tornando-os reféns do movimento de exclusão dos seus segmentos sociais dos diversos espaços das universidades.

Outra expressão do projeto de contrarreforma no país no âmbito da Educação Superior diz respeito ao projeto “Future-se”, conhecido como Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras. De acordo com Filho e Farage (2019, p. 41), esse projeto representa um dos maiores ataques provocados pela gestão ultraneoliberal à Educação Superior brasileira, tendo como objetivo implementar as suas estratégias de controle sobre as classes populares urbanas, reafirmar a autonomia financeira e administrativa das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), estabelecer parcerias com organizações sociais e estimular a captação de recursos próprios. Nessa perspectiva, as consequências provocadas por essas medidas também refletiram sobre as condições de trabalho da categoria docente, resultando na redução dos seus salários, no esgotamento físico e mental, da precarização da infraestrutura das instituições de ensino superior e dos seus equipamentos e recursos tecnológicos.

Ao traçar um panorama acerca dos principais desafios contemporâneos acentuados pela pandemia da Covid-19 no âmbito da Educação Superior pública brasileira, é possível compreender que esta tornou-se alvo da produção de conhecimentos subalternizados e dependentes das parcerias público-privado. Além disso, observa-se a adoção de medidas cada vez mais paliativas que ocultam as desigualdades sociais no país, principalmente no que corresponde às condições objetivas de acesso e permanência às universidades públicas a partir da consequente defasagem tecnológica generalizada e pela falsa ideia da meritocracia, coberta pela ideologia neoliberal voltada para a construção de uma escola de conhecimentos para ricos e de expulsão dos mais pobres dos diversos espaços do sistema educacional.

Por meio da intersecção entre as categorias classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade, torna-se imprescindível denunciar a invisibilidade e o silenciamento das

principais pautas identitárias presentes nos espaços das universidades, marcadas principalmente pelo não reconhecimento das lutas históricas de mulheres, de negros/as, dos povos indígenas, pessoas com deficiência e da comunidade LGBTQIAPN+, e que desafiam a construção de uma universidade mais inclusiva e diversificada socio-étnico-culturalmente.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários (Iamamoto, 2000, p.17).

Dessa forma, a educação e o seu papel político precisam ser apreendidos enquanto um importante instrumento de luta e resistência capaz de emancipar segmentos submetidos a condições violentas de opressão, e que são cristalizados no interior das relações de desigualdades do sistema de poder da ideologia neoliberal. Uma das consequências que esta política tem provocado nas últimas décadas no âmbito da educação e das demais políticas sociais pode ser analisada a partir do movimento de expansão do estado de exceção e pela adoção de políticas fascistas durante a gestão do governo Bolsonaro, uma vez que são responsáveis por ameaçar a construção e defesa do Estado Democrático de Direito.

De acordo com Gramsci (2004, p.46), o fascismo pode ser apreendido como “[...] a tentativa de resolver problemas da produção e da troca por meio de rajadas de metralhadoras e tiros de pistolas”. Este pensamento também precisa ser situado enquanto expressão política de um pequeno grupo denominado como “pequena burguesia”, e que contribuiu para a reprodução ampliada de ações da força bélica que ameaçam a tomada de poder por grupos militares, principalmente a partir do aporte de discursos de ódio que buscam assegurar a manutenção de seu poder.

Em consonância com Marx (2020), a pequena burguesia não define uma burguesia de pequeno porte, mas uma parcela de sociedade que possui características divergentes e contraditórias. Nesse sentido, a pequena burguesia tende a situar o pensamento fascista enquanto agente contra revolucionário, e que não pode ser desassociado da crise do capital. No que concerne à relação entre estado e fascismo, Gramsci (2004) afirma que esta contribuiria, com a ascensão do movimento fascista a partir da organização política e técnica de transferência das ações repressivas do estado ao aparato privado do fascismo. Em outras palavras, o fascismo não é democrático. Esta ideologia se relaciona diretamente com o estado de exceção, principalmente ao tentar desarticular o Estado de Direito e a realização de debates com fundamentação crítica.

O ponto de partida das ações fascistas ocorre, segundo Stanley (2018), por meio da reprodução de discursos do medo, a fim de assumir uma posição de mito no interior das relações de poder. No âmbito da política, o mítico tende a evocar os seus princípios centrais, influenciados pela ideologia fascista, como o autoritarismo, as relações hierárquicas, a pureza e a luta. Não obstante, as expressões desse movimento de mitologia estiveram presentes em toda a gestão e organização política de Bolsonaro, principalmente por meio da distorção da linguagem e da veracidade dos fatos, com intuito de atacar a construção do conhecimento crítico. Leitão (2019) analisa a influência desse movimento sobre os setores do inconsciente da classe média, de modo a produzir uma linguagem divina para a manutenção da ordem social vigente e dos valores da moral e dos bons costumes, principalmente sobre os estratos sociais mais pobres.

Consequentemente, inaugura-se um movimento de reafirmação de anti-intelectualismo, responsável por atacar diretamente as universidades e os sistemas educacionais que poderiam contrapor a sua corrente ideológica, e que se alimenta por teorias da conspiração e de falsas notícias para a manutenção do seu sistema de poder contraditório (Stanley, 2018, p.7).

A educação crítica, universal e laica ameaça o fascismo, e por esse motivo esta tende a ser apresentada para a sociedade como algo violento, opressivo e que desafia os valores morais e os bons costumes. Durante o governo do ex-presidente Bolsonaro, observa-se que em vários momentos os seus discursos de ódio atacavam as escolas e universidades públicas, denunciadas enquanto fonte de doutrinação, principalmente por sempre abrirem espaços para inclusão de grupos minoritários, por promover debates e estudos de gênero, raça/etnia, sexualidade e por questionar o modelo de família hetero-patriarcal-racista-capitalista.

Não é preciso fazer muitos esforços para compreender que as medidas implantadas pelo governo no período de 2019 e 2022 apenas revelaram um planejamento educacional que se opunha aos princípios democráticos previstos pela Constituição Federal de 1988. Dentre as principais medidas adotadas, ficou evidente que os interesses do Estado buscavam somente financiar um modelo de educação limitado e restrito à mera execução de atividades profissionais para solucionar problemas cotidianos imediatos, esvaziando-se, assim, do seu poder emancipatório. Esse movimento de manipulação ideológica da consciência apenas contribuiu para a crescente precarização da educação no país, em especial pelos cortes do orçamento público para o seu financiamento, assim como pelo controle ideológico dos espaços universitários.

De acordo com os estudos e reflexões realizados por Saviani e Duarte (2012), a Educação Superior possui um importante papel e responsabilidade no processo de emancipação social. Trata-se de contribuir para a construção de relações humanitárias e do desenvolvimento-crítico-social, a fim de que os sujeitos coletivos sejam capazes de participar dos processos de tomada da consciência social no âmbito das decisões do Estado. Entretanto, o modelo educacional construído nos últimos anos apenas intensificou um processo de formação hegemônica, reducionista e profissionalizante pautada na lógica mercantil. Dessa forma, o plano de estado para educação caminha em desencontro dos objetivos reais da educação, isso porque o seu modelo ainda sofre com as ameaças e os ataques de ações reacionárias sobre os indivíduos, cientistas, intelectuais, escolas, universidades, espaços públicos culturais e dentre outras instituições de resistência às ameaças do obscurantismo beligerante. Esse movimento foi difundido no período da ditadura civil-militar e pode ser caracterizado pela perspectiva da neutralidade e situada no âmbito escolar pela sua influência tecnicista.

O obscurantismo beligerante é analisado, de acordo com Duarte (2016), enquanto um fenômeno presente em diversos países, podendo ser apreendido como um avanço político e ideológico do movimento da direita, responsável por atacar a razão e o conhecimento crítico com ações agressivas que estão pautadas em posicionamentos ideológicos, reacionários e conservadores. O autor também analisa esse movimento contraditório no processo de ensino e aprendizagem, responsável pela reprodução de uma ideologia de direita que visa controlar a manifestação de pensamentos, comportamentos e ações que supostamente estariam dominadas por grupos denominados como “pestistas” ou “petralhas”. (Duarte, 2016, p.139).

As medidas de viés político-ideológicas implementadas por Bolsonaro no âmbito educacional também ameaçavam a autonomia e o papel do/a educador/a no exercício da sua função, distanciando-se de uma formação de caráter humano e igualitário por meio de posicionamentos públicos e medidas legislativas com interesses contraditórios, podendo ser identificado pelo projeto Escola sem Partido sob forte influência conservadora no Brasil. Os preceitos deste projeto tendem a considerar os/as professores/as enquanto grandes conhecedores/as da filosofia marxista que estariam proferindo uma doutrinação ideológica nas salas de aula. Esse projeto foi criado no ano de 2004 pelo procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, e que ficou desconhecido até 2014, quando Nagib foi chamado por Flávio Bolsonaro para produzir um Projeto de Lei (PL) com as suas ideias (Mattos *et al.*, 2017).

Esse projeto apenas torna evidente o caráter mercantil conferido à educação como uma forma de serviço a ser consumida, principalmente por se tratar de um projeto inspirado no

Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 11 de setembro de 1990), uma vez que seria implementado para proteger os/as estudantes mais vulneráveis na relação entre ensino e aprendizagem.

Embora seja um projeto divulgado como apartidário, é notório que os seus princípios possuem um viés fortemente político e reacionário, formado por defensores ultraconservadores como evangélicos e defensores da ditadura civil-militar. Observa-se que essas polarizações também foram utilizadas como marketing político durante o governo Bolsonaro.

Para Thalyta Karina Correia Chediak (2022), a escolarização desse movimento é regida por três características centrais, responsáveis por retirar a liberdade de expressão da docência no exercício de suas atividades profissionais: o/a professor/a não é educador/a, e por isso precisa limitar-se a transferir um conhecimento neutro; este/a profissional também não poderia realizar discussões sobre a realidade do/a estudante, devendo se restringir à matéria aplicada e, por último, estaria proibido de manifestar valores de qualquer natureza. Esse movimento de cunho fascista oferece canais de denúncia dos/as docentes pelos/as estudantes, a fim de contribuir com a polarização no âmbito educacional que restringe o poder político do Estado, hegemonizados pelo capital financeiro. Desse modo, observa-se um movimento de difusão da pedagogia do medo e da necropolítica, exposta de maneira virtual e em tempo real. Assim, as intervenções do aparelho jurídico do Estado policial direcionaria as suas ações para a defesa da soberania policial com vistas à criminalização da pobreza e dos movimentos sociais (Frigotto, 2017).

A gestão do governo Bolsonaro também apresentava o modo de produção capitalista como um modelo de produção das relações sociais, de modo a resistir contra a influência de outros modelos divergentes ao seu modelo natural vigente, como por exemplo, pela organização socialista. Desse modo, inaugura-se um processo de instrumentalização crescente com o objetivo de atender às necessidades do mercado brasileiro. Tal processo fora estimulado pela equipe de Paulo Renato de Souza durante a sua gestão no Ministério da Educação durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), composto por intelectuais liberais, pelos organismos internacionais e pelo empresariado, a partir do programa “Todos pela Educação”, ou em outras palavras, “todos pela educação que convém ao mercado” (Frigotto, 2017, p.29).

A perspectiva ideológica de educação para o mercado de trabalho pode ser analisada a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), apreendida como um conjunto de políticas públicas adotadas nos anos 1990 pautada no ensino

de habilidades e competências profissionais que atendessem os interesses econômicos do mercado.

A reprodução dos discursos conservadores e direitistas apenas revelam o caráter contraditório do estado de exceção, instrumentalizado pelo obscurantismo beligerante, fundado em interesses políticos moralistas e religiosos.

Durante uma entrevista realizada ao Jornal Metrôpoles no dia 3 de janeiro de 2020, no Palácio da Alvorada, o ex-presidente Bolsonaro criticou severamente o sistema educacional brasileiro e informou que adotaria medidas para resolver o problema do desemprego e da pobreza, com o intuito de “consertar o sistema educacional lixo baseado em Freire”. Logo, o movimento de defesa da educação para o mercado ganhou forças, resultando na consequente desqualificação e precarização do trabalho docente, na precarização do trabalho e no esvaziamento de conteúdos de caráter crítico e científico. De maneira geral, a educação contribuiria tão somente para a formação de uma força de trabalho submetida ideologicamente às determinações contraditórias do sistema capitalista financeiro, acompanhada pelo crescimento exponencial das desigualdades em nível nacional e internacional.

Todas as medidas adotadas pela gestão Bolsonaro favoreceram os interesses das grandes corporações multinacionais e transnacionais, responsáveis pela destruição das pequenas empresas, e com a finalidade última de assegurar maior lucratividade por meio de privatizações no âmbito dos programas e das políticas educacionais pautadas pela “transferência de atividades, provisões e responsabilidades do governo, instituições e organizações públicas para indivíduos e organizações privadas” (Belfield; Levin, 2004, p. 17).

Em relação ao processo de privatização do sistema educacional, este também pode ser identificado pela implantação de (contra)reformas que atendam aos interesses empresariais e internacionais, de modo a silenciar o protagonismo dos movimentos populares e coletivos, assim como a responsabilidade pública do Estado para a efetivação da proteção social e do bem-estar social. De acordo com as análises realizadas pelos autores,

a privatização educativa pode ser feita através de: a) aumento do número e participação de operadores privados; b) aumento da percentagem de financiamento diretamente contribuído pelos utentes do serviço (ou seja, os alunos e respectivas famílias) e diminuindo a contribuição através de subsídios; ou c) aumento da vigilância e escolha das escolas por parte dos pais em detrimento das leis e regulamentações governamentais (Belfield; Levin, 2004, p. 22).

A partir dessas análises, inaugura-se um processo de esvaziamento da educação pública, segundo a qual torna-se cada vez mais ameaçada pelas medidas de terceirização, pela oferta de bolsas estudantis privadas, ensino doméstico e pela concorrência entre escolas e instituições educacionais.

Dessa forma, a educação tende a ser alvo de processos constantes de privatização por apresentar um papel indispensável para a promoção da ascensão social econômica, justificada pelo discurso de que a adoção de um modelo de gestão privado no âmbito do ensino seria mais eficiente ao invés da gestão pública. Nesse sentido, as organizações internacionais tendem a tomar o papel da educação enquanto um mecanismo de controle ideológico dos estratos sociais dos países menos desenvolvidos, com o objetivo de controlar e silenciar as diversas lutas das classes populares em oposição ao seu sistema dominante.

Diante das diversas medidas implantadas pela gestão do governo Bolsonaro no período entre 2019 e 2022, é possível observar que estas possuem um objetivo em comum: assegurar o controle ideológico da sociedade tendo em vista a sua submissão intelectual por meio do aprimoramento da educação enquanto instrumento decisivo para o êxito do capital internacional. Esse processo torna-se possível por meio da implantação do plano de privatização do ensino.

Dentre as principais medidas adotadas pelo Banco Mundial e pelas reformas estruturais do capital para a Educação Superior, pode-se citar a imposição de políticas educacionais e de empréstimos a programas e projetos educativos expressos pela legislação brasileira. Consequentemente, a manutenção das universidades brasileiras sofre com as constantes reduções orçamentárias - principalmente a partir de 2019 - e que dificultam a garantia da inserção social de jovens das classes populares urbanas e periféricas nos diversos espaços do ensino superior público.

A partir das reflexões realizadas até o momento, é possível analisar que as últimas duas décadas foram marcadas por diversas medidas e projetos que sempre atacaram diretamente a educação pública brasileira e a construção do conhecimento científico. O governo do ex-presidente Bolsonaro foi o que mais apresentou cortes nos orçamentos do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MTC).

De acordo com a pesquisa realizada pelo Observatório do Legislativo Brasileiro (OBL), formado pelo núcleo de pesquisa da Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ), e divulgado pelo jornal online JC Notícias em 22 de dezembro de 2022, constatou-se que, nos últimos quatro anos, o MEC teve vinte por cento da sua verba cortada, enquanto o MTC

apresentava quarenta e quatro por cento. No período antecedente ao governo Bolsonaro, o maior corte havia sido durante o governo de Dilma Rousseff (PT), chegando a quinze por cento de cortes no âmbito do MEC. Já em relação ao MTC, o maior percentual de cortes em suas verbas ocorreu no governo de Michel Temer (MDB), alcançando vinte e nove por cento. Em 2022, a educação sofreu com o bloqueio de mais de R\$ 40 bilhões. O orçamento do MEC foi de 566 bilhões e cerca de R\$ 113 bilhões foram cortados para a sua manutenção.

Todos os investimentos realizados no âmbito da educação deveriam ser investidos para a compra de materiais escolares, equipamentos públicos, a realização de reformas nas universidades e redes de ensino públicos, obras em laboratórios e demais despesas obrigatórias, como o pagamento de salários. Segundo a mesma pesquisa, dentre as áreas mais afetadas pelos cortes de seus orçamentos está a Capes, uma vez que esta foi impedida de pagar mais de 200 mil bolsas devido ao decreto presidencial. Foi a partir das constantes pressões e mobilizações populares que o ministro da Educação da época, Victor Godoy, anunciou a liberação de R\$ 460 bilhões para o pagamento das respectivas bolsas. Destarte, ainda no período entre 2019 e 2022, observa-se que os cortes da Capes passaram de nove para vinte e oito por cento durante o governo ultraneoliberal de Bolsonaro.

O pagamento das bolsas de pesquisas são fundamentais para a manutenção da permanência estudantil, principalmente porque estas são responsáveis por assegurar condições mínimas de subsistência do corpo discente. No âmbito da pós-graduação, as bolsas de mestrado possuem valor de R\$ 1,5 mil e as de doutorado, de 2,2 mil, e estas não são reajustadas desde 2013.

Além dessas áreas que sofreram as consequências dos cortes de seus recursos, também é possível citar outras áreas que são responsáveis pela realização de programas de merenda escolar e de materiais didáticos, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sofrendo trinta e dois por cento de cortes em seus recursos, enquanto as universidades federais apresentaram vinte e cinco por cento de cortes.

Já em relação ao valor pago para as despesas com alimentação dos/as discentes, constatou-se que os seus recursos não apresentaram nenhum reajuste desde 2017. Em agosto de 2022, o governo Bolsonaro vetou o seu reajuste alegando que poderia estourar o teto de gastos. No MTC, o CNPq, responsável pelo financiamento de bolsas de pesquisas, também foi um dos órgãos mais afetados com os cortes de seus recursos, apresentando uma média de sessenta e oito por cento das suas receitas canceladas entre 2019 e 2021, conforme apontado pela jornalista Margarida Azevedo no jornal online JC Notícias em 22 de dezembro de 2022.

Ao refletir sobre o constante processo de desvalorização do conhecimento científico, o referido jornal de notícias também divulgou a nota apresentada pelo presidente da Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), Vinícius Soares, onde afirmou que o reajuste das bolsas de pós-graduação não consiste apenas em um questão de justiça para os/as pesquisadores/as do país, mas principalmente para revelar talentos no âmbito da produção científica, de modo a contribuir para o desenvolvimento do país. Atualmente, noventa por cento das pesquisas realizadas no país são realizadas por pesquisadores/as da pós-graduação.

A partir das reflexões realizadas e das análises dos indicadores apresentados, é possível identificar que o saldo apresentado pela gestão do governo Bolsonaro entre 2019 e 2022 apenas contribuiu para a difusão de um modelo de ensino tecnicista e mercantil restrito ao saber ler e escrever, com o intuito de formar uma mão de obra massificada capaz de gerar renda por meio do investimento no próprio capital humano. Essas medidas também possibilitam desvelar o cenário de barbarização do modo de vida e da produção e reprodução das intervenções antidemocráticas que atacam diretamente a defesa de políticas educacionais e das demais políticas sociais no país.

3.2 Neoliberalismo, Educação Superior e a Construção de Pesquisas no Contexto da Pandemia da Covid-19²

Refletir acerca do papel da pesquisa no âmbito das ciências humanas e, sobretudo, da pós-graduação, exige com que, a partir de um recorte sócio histórico, se possa compreender quais os principais impactos provocados pelo ideário neoliberal radicalizado no âmbito da Educação Superior e quais as suas consequências agravadas pelo sucateamento das universidades públicas e pelos desmontes do financiamento no âmbito da pesquisa científica sustentadas pelo atual (des) governo.

A realidade brasileira está marcada por uma grave crise econômica, política, social, ambiental e sanitária, que se intensifica com a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), tendo em vista o quadro da crise estrutural do capital e que cujos reflexos atingem diretamente as condições de vida, de bem-estar e de trabalho das classes populares urbanas do país. Este contexto ainda encontra-se assolado pelo crescimento do desemprego estrutural, pelos cortes

² O item 3.2 foi publicado na **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 22, n. 44, p. 223-236, jul/dez. 2022. ISSN 2238-1856, no artigo intitulado: “Covid-19 e Pós-Graduação: desafios contemporâneos para a construção do conhecimento”.

nos salários, pelas contrarreformas do Estado e da redução de sua responsabilidade pública na garantia de políticas sociais. Acentuadas pela pandemia, o país tem se deparado cotidianamente e de maneira violenta com a destruição dos direitos historicamente conquistados, com a violação dos direitos humanos e, principalmente, com a reprodução ideológica do ideário neoconservador no interior das determinações estruturais e conjunturais da sociedade brasileira.

Conforme reiterado por Ricardo Antunes (2020), a sociedade contemporânea é marcada pela expansão e generalização do metabolismo antissocial do capital, uma vez que este se reproduz independentemente dos impactos sociais, políticos e ambientais, alternando-se entre as ações de produção, destruição e letalidade que são intensificadas com a pandemia no país, fragilizando e desarticulando a organização e a luta dos movimentos sociais. Esse metabolismo antissocial é reafirmado pelo presente (des) governo, organizado por uma gestão genocida, uma vez que a ciência e os avanços das pesquisas no desenvolvimento das vacinas, por exemplo, são desacreditadas e os efeitos da Covid-19 cada vez mais minimizados. Consequentemente, nos deparamos com um vasto cenário de retrocessos, tais como o:

a) negacionismo da pandemia em nome da economia e da garantia da saúde financeira; b) massificação nos principais veículos de comunicação da necessidade de um “esforço de todos” para salvação nacional; c) construção da narrativa de que “estamos no mesmo barco” e “sairemos mais fortes”; d) socorro financeiro emergencial como saída – uma espécie de Band-aid – para classe trabalhadora que é defraudada até o sangue pelo arrocho do sistema capitalista; na verdade, uma medida de injeção de capital no sistema financeiro para “combater a crise do coronavírus (Andrade; Coelho; Prates, 2021, p. 36-37).

Dessa forma, a pandemia expõe a forma em que o sistema capitalista seguia respondendo às suas crises desde os anos 1970, evidenciando, inclusive, que tais crises são constitutivas do capitalismo, e que não se tratam, sobretudo, de fenômenos eventuais. Observamos que o capitalismo começa a configurar mudanças substantivas no interior das relações de trabalho, incorporando avanços tecnológicos, científicos e, em especial, tecnologias de base digital que aceleram a produtividade do trabalho, ampliando a população sobrando com vistas à valorização do mercado.

Diante de tais impactos perversos provocados pela ordem do capital, bem como de suas determinações contraditórias, quais têm sido as suas consequências no campo das universidades e, principalmente, para o processo de construção de conhecimentos no âmbito da graduação e da pós-graduação (*stricto -sensu e lato sensu*)?

Uma das principais estratégias que têm sido adotadas no âmbito da Educação Superior consiste na adoção do ensino remoto, uma vez que os grandes oligopólios privados do ensino superior têm utilizado desta estratégia como forma de implantar o EaD. Mediatizada pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), esta modalidade de ensino está sendo cada vez mais utilizada por instituições de ensino superior públicas e privadas dos cursos de graduação e pós-graduação. Somadas aos desafios inaugurados pelo contexto de pandemia, uma das principais consequências identificadas diz respeito ao elevado índice de trancamento de disciplinas e cursos, seguidas pela crescente evasão, pela ameaça do acesso a um ensino crítico, de qualidade e universal e pelas dificuldades de permanência acentuadas pelas desigualdades sociais na sociedade brasileira.

O atual cenário também tem revelado que as tecnologias digitais não são totalmente dominadas em suas possibilidades, principalmente no que se refere às suas possibilidades didático-pedagógicas. Um dos primeiros desafios a serem enfrentados corresponde ao suporte tecnológico necessário aos/as discentes para a realização das atividades remotas. Outro desafio também diz respeito ao processo de normatização das intervenções realizadas e a formação qualificada de docentes.

No âmbito da categoria de docentes, o contexto de pandemia da Covid-19 representou um verdadeiro desafio jamais vivenciado antes sob as mesmas condições, a partir da utilização de diferentes recursos tecnológicos para a exposição dos conteúdos, de outras linguagens e sob um curto espaço de tempo, o que resulta, consequentemente, na precarização da qualidade dos conteúdos e das aulas ministradas virtualmente. Não obstante, um conjunto de direções estratégicas começaram a ser utilizadas, como o aporte de recursos de mídia e de materiais complementares, como artigos científicos e eventos, cursos e trabalhos com acesso gratuito. Dessa forma, as atividades pedagógicas e as metodologias avaliativas foram repensadas, sem deixar de contemplar os processos de ensino e aprendizagem que não podem ser isolados de uma formação qualificada e contínua.

A partir desses questionamentos, é importante compreender que as intervenções do atual (des) governo neste campo têm resultado, sobretudo, na destruição das pesquisas construídas nos espaços acadêmicos de todo o Brasil, principalmente com os sucessivos cortes do orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), organismo vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e essencial para a manutenção da ciência no país.

Nesse sentido, constata-se que as medidas implantadas impossibilitam com que graduandos/as, pesquisadores/as e profissionais em processo de formação continuada,

desenvolvam, por meio da construção de conhecimentos científicos, a capacidade de apreender a realidade social a partir de uma perspectiva de totalidade, de modo a identificar e a questionar as principais determinações contraditórias que atingem os espaços de construção das universidades, seja no âmbito da graduação ou da pós-graduação.

[...] a forma como é produzida a universidade está intimamente relacionada à maneira pela qual as condições materiais, culturais e até espirituais do homem são produzidas, razão por que a universidade, em sua manifestação concreta, é a expressão '[...] do grau de desenvolvimento da sociedade em seu conjunto; manifesta os seus valores e estimula o desenvolvimento de produtos de acordo com as necessidades dessa mesma sociedade. Enfim, se a instituição universidade é produzida de acordo com o grau de desenvolvimento de uma dada sociedade, então, no caso do Brasil, ela se constrói dentro do projeto capitalista de produção da existência humana dessa sociedade. [...] Em outras palavras, podemos dizer que de 1980 para cá, as cores que pintam os quadros da universidade deste país são as mesmas que colorem a tecnocracia e a modernização acelerada, expressando essa última o desenvolvimento sob a égide do capitalismo. E no bojo dessa relação capital/sociedade e universidade que se encontram os programas de pós-graduação (Saviani, 1992, p. 99).

Sendo o Brasil um país de capitalismo periférico e dependente dos ditames do mercado externo, os investimentos realizados no âmbito da política de educação brasileira e da pós-graduação estão sendo ameaçados. É possível identificar uma redução radical em seu financiamento, destacando-se os sucessivos cortes nas bolsas, tanto de iniciação científica, como também de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Brasil, anunciadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), recusando, assim, novos/as pesquisadores/as e impossibilitando o desenvolvimento de pesquisas, bem como em construções de conhecimentos críticos que são indispensáveis para a defesa da ciência e do conhecimento científico no país.

As bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado também sempre estiveram na mira do governo bolsonarista e negacionista. De acordo com a notícia publicada pelo Jornal G1 Notícias no dia 10 de setembro de 2019,

os cortes em bolsas da Capes vale também para programas de pós-graduação com alta nota de avaliação. O novo corte, anunciado no início de setembro (2), vai atingir 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Brasil a partir de setembro. Procurada pelo G1, a Capes não informou as pesquisas que seriam afetadas porque só tem acesso àquelas que estão ativas. (G1 Notícias *Online*, 2019, n.p.).

Dessa forma, falar acerca do processo de construção da pesquisa no âmbito da pós-graduação também implica em compreendê-la, de acordo com Martinelli (2021), como a forma de se revelar as reivindicações dos sujeitos, a organização de núcleos e a apreensão da

dimensão política em todas as suas ações. Essa construção é processual, não é possível pensá-la de maneira isolada da realidade social, do movimento do real, realizando as suas mediações. O caráter crítico da pesquisa é atribuído por meio do método utilizado e de acordo com o paradigma de seu referencial teórico.

O método, conforme Netto (2016, n. p.) e Martinelli (2021, n. p.) consiste em uma opção política, ao invés de ser determinado como um mero procedimento. Logo, o/a pesquisador/a possui um projeto político, cujo objeto é construído a partir da própria história de vida. Não obstante, o método aspira à totalidade, permite assumir o compromisso ético-político em conferir movimento à teoria, de modo com que os sujeitos participantes da pesquisa e o/a pesquisador/a não desapareçam.

Ao direcionarmos as análises sobre a realidade social, é notório que o regime político também avança sobre a política de educação brasileira, na medida em que as classes dominantes têm implantado, nos últimos anos, um projeto de sociabilidade que priorize a manutenção da ordem vigente, na intensificação das relações de exploração capitalista e no investimento do capital humano de maneira individualizada, a fim de aprofundar o processo de privatização dos diversos setores estratégicos dos países periféricos, apresentando graves ameaças à universidade, à ciência e à pesquisa, somadas às desigualdades e aos expressivos níveis de extrema pobreza.

Nesse sentido, a categoria pobreza passa a ser interpretada pelo Banco Mundial e pelos organismos internacionais como a incapacidade de se alcançar um determinado padrão de vida mínimo, avaliado a partir da capacidade de consumo da população.

Dentre as principais estratégias apresentadas pelo Banco Mundial para o combate da pobreza, observa-se um parco investimento, por parte do governo, em serviços de saúde e de educação voltados para maior investimento no capital humano dos segmentos mais pobres da população, de modo a desenvolver os seus conhecimentos técnicos e potencialidades, com o intuito de fortalecer a lógica concorrencial no mercado de trabalho. Dessa forma, o Estado interviria apenas para transformar pobres incapazes em pessoas capazes e competitivas, fazendo com que esses segmentos sociais buscassem atender às suas necessidades sociais individualmente por meio da venda da sua força de trabalho.

Para mais, os setores lucrativos apropriados pelos interesses do capital buscam desenvolver mecanismos de expansão das fontes de financiamento da pós-graduação, com a emergência de novas tecnologias em busca de inovações, fomentando o investimento no âmbito empresarial e em recursos humanos para atuar em programas nacionais, e propor a associação entre as universidades e as organizações, seja do setor público ou privado. Com

isso, a formação qualificada começa a ser reduzida à realização de pesquisas que atendam, sobretudo, apenas as demandas do setor privado e do setor produtivo em nível industrial, orientados pela perspectiva desenvolvimentista no âmbito da pesquisa e dos cursos de pós-graduação.

A partir das reflexões realizadas, também é preciso entender que as determinações contraditórias impostas pelo cenário vigente não podem ser desvinculadas da história da humanidade, uma vez que são acentuadas por um (des) governo de extrema direita, apresentando retrocessos no âmbito das universidades brasileiras e das políticas educacionais, marcadas por precarizações e irracionalidades.

Tais reflexos também incidem diretamente sobre a formação qualificada de milhares de estudantes no âmbito da Educação Superior, uma vez que estes ataques frontais que ameaçam a construção de pesquisas científicas e dificultam a apreensão crítica da realidade social, da construção de saberes, bem como a formação de sujeitos ontológicos, capazes de desenvolver uma ação investigativa e crítica, a fim de ir além de práticas imediatistas, paternalistas e assistencialistas.

E é a partir desta perspectiva que a luta e a resistência no campo da iniciação científica frente aos ataques neoliberais apresenta um papel indispensável, pois a pesquisa constitui um campo primordial para a reafirmação dos direitos sociais, processo este no qual também se insere o tripé da universidade, formada pelo Ensino, pela Pesquisa e pela Extensão.

Nesse processo de resistência e de luta aos ataques frontais à pesquisa, à universidade e ao conhecimento científico, nos deparamos com a formação de pesquisadores/as influenciados/as pela ignorância, uma vez que o objeto do conhecimento é inesgotável, em constante processo de mutação e transformação. Dessa forma, torna-se indispensável para a construção do conhecimento crítico, a extração das características e das suas principais leis. E nesse quadro de construção de conhecimento, não podemos desconsiderar a luta pela defesa da universidade pública. O seu significado sócio-histórico não pode ser relegado a um ordenamento vazio. Trata-se, segundo Netto (2016, n. p.), do único espaço onde se pode construir pesquisas, do lugar onde temos a chance de nos tornarmos sujeitos ricos, isto é, sujeitos culturalmente formados/as.

Para tanto, é necessário reafirmar a relevância da pesquisa, do conhecimento científico e dos estudos que sofrem um processo contínuo de atualizações tendo em vista a sua dinamicidade, reafirmar a construção coletiva de serviços, programas, projetos em oposição aos desmontes da educação brasileira e contra o sucateamento das universidades públicas.

Destarte, nos deparamos com uma longa jornada de luta e de resistência à ofensiva neoliberal. Seguimos fortalecendo nossas forças políticas pela construção de uma universidade popular, reafirmando o compromisso por uma educação emancipatória, democrática e fundada em valores revolucionários que se opõem às contradições da ideologia neoconservadora e de seu poder de persuasão.

3.3 A Universidade da Tristeza: desafios contemporâneos para a efetivação de políticas públicas estudantis no contexto neoliberal ultrarradical do século XXI

O período de gestão de Jair Messias Bolsonaro apresentou como proposta um plano de governo com o intuito de assegurar o controle ideológico das classes populares urbanas enquanto mecanismo fundamental para implementar um projeto de privatização do ensino ao invés de garantir a sua democratização.

Dentre as principais propostas listadas, observa-se que uma delas defendia que o governo conseguiria alcançar maiores conquistas dispondo da mesma quantidade de recursos, o que apenas revela o caráter obscurantista e direitista dessas propostas, principalmente por contrariarem todas as medidas e ações consideradas de esquerda.

De maneira geral, as análises anteriores deixaram evidente o fato das políticas fascistas adotarem medidas que atacam diretamente as bases de manutenção das universidades públicas, cujas ações são justificadas por considerarem as universidades um espaço de reprodução da “doutrina marxista”. Aqui a ideia de doutrinação possui o sentido de transmitir pensamentos e preceitos de uma determinada corrente de pensamento. Com base nas análises realizadas por Stanley (2018),

Sempre que o fascismo ameaça, seus representantes e facilitadores denunciam as universidades e escolas como fontes de “doutrinação marxista”, o bicho-papão clássico da política fascista. Usada normalmente sem qualquer conexão com Marx ou marxismo, a expressão é empregada na política fascista como uma maneira de difamar a igualdade. É por isso que as universidades que buscam dar algum espaço intelectual às perspectivas marginalizadas, ainda que pequeno, estão sujeitas a denúncias de focos de “marxismo”. (Stanley, 2018, p. 41).

Durante uma entrevista realizada pela Revista Veja no dia 31 de dezembro de 2018, Bolsonaro incentivou, durante os seus discursos de ódio, a necessidade de se combater o “lixo marxista” que está presente nas instituições de ensino, justificado por posicionamentos

religiosos e conversadores que incentivam a adoção de ações de caráter ultranacionalistas que contrariam os princípios constitucionais e a laicidade do Estado. É possível compreender que tais discursos apenas incentivam a reafirmação da onda obscurantista que priva o desenvolvimento de conhecimentos e saberes científicos, além de atacar as ciências da natureza, da filosofia e das artes nos diversos espaços e ambientes educacionais.

Durante o governo de Jair Messias Bolsonaro foi possível identificar o incentivo à independência financeira das universidades na construção de pesquisas científicas, carregando interesses dominantes restritos à mercantilização sem precedentes da educação. Também é possível compreender que o mercado financeiro ainda apresenta um importante poder de decisão sobre o estado de exceção, responsável por incentivar a adoção de um modelo político e econômico neoliberal de dominação vigente (Valim, 2017, p.34 *apud* Chediak, 2022, p.78).

Assim, um dos principais desafios enfrentados na contemporaneidade para assegurar a construção de uma universidade pública de qualidade consiste em desconstruir a sua imagem enquanto um sistema que comercializa serviços no contexto da Organização Mundial do Comércio (OMC), e que cujo papel esteja associado a uma instituição que possui um potencial meramente lucrativo no mercado de serviços educacionais. Conforme disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a educação deve ser reconhecida como direito fundamental ao pleno desenvolvimento da personalidade humana, responsável por fundamentar as bases do Estado Democrático de Direito.

Dentre os diversos ministros conservadores que passaram pelo Ministério da Educação (MEC) no governo Bolsonaro, pode-se citar o patriota, liberal-conservador, cristão e professor por vocação, Ricardo Vélez Rodríguez. De acordo com a notícia online divulgada pelo UOL no dia 31 de janeiro de 2019, o referido ex-ministro da educação ocupou o cargo no período de 01 de janeiro de 2019 a 09 de abril de 2019, e foi responsável pela reafirmação do caráter excludente e de expulsão das classes populares urbanas dos espaços das universidades ao afirmar que a universidade, do ponto de vista das capacidades, “ não é para todos”, e que esta deveria ser destinada somente para uma elite cultural dominante.

Aliás, o ex-ministro também defendeu a necessidade de direcionar maior atenção aos cursos técnicos, uma vez que esses dariam maiores retornos financeiros aos/às jovens em um curto espaço de tempo. Dessa forma, tais pronunciamentos apenas revelam a defesa de elites intelectuais nas universidades e das classes populares urbanas e periféricas como mão de obra barata voltada para a composição de um mercado de trabalho cada vez mais informal e precarizado. No mesmo ano da publicação da notícia, a deputada Erika Kokay comentou em

suas redes sociais que já se passou o tempo em que filhos/as de pedreiros e trabalhadoras domésticas podiam alcançar o título de doutorado no Brasil.

Após ter gerado várias polêmicas com os seus discursos reacionários, Rodríguez foi substituído pelo economista, professor e político brasileiro, Abraham Weintraub, que exerceu o cargo no ministério durante o período de catorze meses. Ao invés de opor aos discursos polêmicos e falaciosos do ministro que o antecedeu, Weintraub contribuiu ainda mais para a sua reprodução e favoreceu o ataque as bases da universidade pública ao anunciar a adoção de medidas de contingenciamento de recursos destinados ao financiamento das universidades e institutos federais de educação, passando a entrar em vigor a partir do Decreto nº 9.742, de 25 de junho de 2019, justificado pela necessidade de redução dos gastos governamentais, responsáveis por ameaçar a manutenção das comunidades acadêmicas. O referido decreto também estabeleceu modelos de controle dos reitores das universidades públicas federais, a fim de limitar a sua autonomia para designar a eleição de vice-reitores, pró-reitores e demais cargos de gestão.

Nesse período, o governo também havia anunciado a reforma da previdência e de cortes orçamentários nas universidades e institutos federais brasileiros, com o objetivo de descentralizar os investimentos das áreas de ciências humanas e sociais como os cursos de Filosofia e Sociologia, e investir somente nas áreas de conhecimento com o retorno imediato ao contribuinte, priorizando, assim, os cursos de veterinária, engenharia e medicina.

A partir das medidas adotadas, é possível indicar que o plano de governo apresentado pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro pautava-se somente numa combinação privilegiada entre educação e mercado financeiro. Além de ferir o princípio constitucional da autonomia das universidades, observa-se que as organizações democráticas, republicanas e o pluralismo político também foram fortemente ameaçados por sua gestão obscurantista, de modo a ferir o poder de autodeterminação na elaboração das normas e na organização de serviços, programas e projetos no âmbito das instituições de ensino superior do país.

De maneira geral, o governo Bolsonaro buscou combater a “ameaça esquerdista”, as “doutrinações nas escolas”, o “marxismo”, o “homossexualismo” e a “ideologia de gênero” em defesa da família heteropatriarcal-cristã-racista-capitalista. Em outros termos, trata-se da difusão de discursos de ódio e de intolerância que visam controlar a construção de conhecimentos nas universidades e nos institutos federais e de pesquisa, a partir da adoção de projetos ultraconservadores de educação nas diversas instâncias políticas que contribuem para a reafirmação da ideologia política e econômica de extrema direita.

O processo de mercantilização da Educação Superior brasileira também precisa ser apreendido enquanto uma fonte de exploração da educação que é considerada como um recurso de valorização do capital, presente principalmente nos países dependentes. O apogeu do mercado educacional data desde a emergência da crise capitalista de 1970, podendo ser caracterizada pelas consequências provocadas pela reestruturação produtiva, mundialização do capital e agudização das ações reacionárias da ideologia liberal.

Indo ao encontro com os princípios e diretrizes obscurantistas do governo do ex-presidente, é notório que os antecedentes históricos da Educação Superior brasileira retornam para a realidade contemporânea ao distribuir as suas atividades entre o Estado, a Igreja Católica e o empresariado, podendo ser interpretada desde a década de 1970 como uma “cultura da crise”, uma vez que a ausência da intervenção estatal não realiza questionamentos sobre os determinantes estruturais da crise do regime de acumulação capitalista. Após a década de 1980, essa cultura contribuiu para a reconstituição da hegemonia burguesa no Brasil, atacando principalmente os movimentos sociais que buscavam consolidar um sistema de proteção social universal (Mota, 1995 *apud* Pereira, 2022, p.110).

Outro fator do governo Bolsonaro que revela o retrocesso histórico no campo dos direitos sociais diz respeito ao projeto neoliberal inaugurado desde os anos 1990, que visa construir uma cultura anti-Estado superestimando os projetos da sociedade civil, como se esta fosse homogênea.

De acordo com as análises de Coutinho (2006), desde o final dos anos 1980, dois projetos societários apresentam concepções antagônicas e estão em constante disputa. O primeiro projeto é o liberal corporativo, segundo o qual o mercado possui espaço máximo na sociedade buscando fortalecer a sua despolitização, reduzindo as ações públicas na área social e que cujas ideias fundamentam-se na ideologia neoliberal. As suas intervenções reforçam a concepção de solidariedade, caridade e filantropia, e direcionam as suas ações para o atendimento de demandas corporativas e não- classistas. Já o segundo projeto consiste na busca pela construção de uma democracia de massas, isto é, de uma concepção política voltada para ampliar a participação política da sociedade e democratizar as ações do Estado por meio de reformas que atendam às necessidades das classes populares urbanas e periféricas, e que contrariam os interesses privados e corporativos com vistas a consolidar um projeto societário amplo, universal e democrático. (Coutinho, 2006 *apud* Pereira, 2022, p.111-112).

Tendo em vista o cenário reacionário de disputa desses dois projetos antagônicos, pode-se afirmar que as universidades públicas foram direcionadas para construir e defender o

padrão de sociedade burguesa no estágio tardio de desenvolvimento capitalista, cujos investimentos públicos devem estimular a eficiência econômica e a coesão cívica. Diversas políticas sociais como a saúde, educação e cultura passaram a serem influenciadas pela noção de publicização, uma vez que são responsáveis por descentralizar para o setor público não-estatal - também compreendida como terceiro setor - a prestação de serviços que não envolvem o poder do Estado, mas que necessitam diretamente do seu apoio.

A participação da sociedade de classes também é velada e os recursos públicos são transferidos para o setor privado, de modo a destruir políticas públicas organizadas pelo princípio da universalidade. Nesse sentido, as universidades são analisadas como atividades não- exclusivas do Estado, abrindo espaço para a desresponsabilização pública estatal no financiamento das instituições públicas, pela inserção da lógica mercantil nos seus espaços e pela expansão do ensino superior por meio do setor privado- mercantil.

Apropriado pelo discurso de justiça social, o Poder Executivo apenas intensificou as intervenções de sucateamento da Educação Superior pública justificadas pelos ajustes fiscais e a contratação precarizada de docentes com salários inferiores e temporários, de modo a não realizar concursos públicos para sua contratação. Ao mesmo tempo, as universidades públicas, caracterizadas como “universidades da tristeza”, passaram a revelar um caráter fortemente empresarial a partir das fundações, de cursos pagos e que ferem a garantia constitucional da gratuidade do acesso e da permanência ao ensino superior público, haja vista o seu movimento de expulsão das classes periféricas dos seus espaços de formação.

Lima (2005, p. 336) explica que a Educação Superior brasileira passou a assentar-se em três pilares importantes para a sua análise no contexto nacional: na flexibilidade, competitividade e avaliação, e sendo conduzidos por cinco princípios gerais: a sua expansão, diversificação, avaliação, supervisão, qualificação e modernização.

No que tange a expansão do setor privado- mercantil brasileiro no âmbito da Educação Superior, pode-se destacar também o Decreto nº 2.306, de 17 de agosto de 1997, responsável por transformar a educação em um serviço possível de ser comercializado. Conforme as reflexões realizadas por Sguissardi (2019):

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, em seu artigo 20, reconhece, embora ainda a contrário senso, a existência de instituições privadas particulares ou com fins lucrativos. Mas é o Decreto nº 2.306, de 17 de agosto de 1997, que, em seu artigo 7º, estabelece a definição legal do que se pode nomear “negócio” da Educação Superior, quando estabelece: “As instituições privadas de ensino, classificadas como particulares em sentido estrito, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime da legislação mercantil, quanto aos encargos fiscais,

parafiscais e trabalhistas, como se comerciais fossem, equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual” (BRASIL, 1997, p. 1). Passados nem dois anos da edição deste Decreto, em 1999, já 48% das mais de mil IES do país tinham conseguido o aval do Cade e se transformado em IES particulares com fins de lucro. (Sguissardi, 2019, p.49- 50).

Até os dias atuais é possível analisar que tais medidas contraditórias apenas reafirmaram a lógica burguesa de se construir um ensino possível a geração do lucro, ou seja, rentável para o empresariado, barato e reprodutor dos seus princípios ideológicos. Somado a essas medidas e fortalecido cada vez mais pelas influências da mídia e das redes sociais, os meios de comunicação em massa têm caminhado em direção à manipulação das massas populares sob o amparo dos interesses do mercado financeiro internacional que tendem a reafirmar os princípios e valores burgueses, o que também reflete diretamente sobre as políticas sociais como a própria Educação Superior pública. A disseminação de informações também passou a moldar pensamentos e a coibir a liberdade de expressão em detrimento de conteúdos informativos, e que são organizados para a defesa de interesses econômicos e partidários do populismo de direita.

O século XXI é fortemente marcado por relações de disputas que têm assegurado maior poder de dominação e subversão da extrema direita em diversos países. Provocando consequências mais radicais sob a realidade brasileira, é possível identificar que a ascensão do populismo direitista presente no programa de governo de Jair Messias Bolsonaro ganhou maior força a partir do ressentimento da população brasileira diante da classe política e das mudanças sociais em curso.

A América Latina também se deparou com o processo de recuperação histórica do regime ditatorial, apreendido enquanto símbolo de um passado que voltou a fazer parte das nossas realidades em termos econômicos, políticos e culturais. A passagem para a ditadura civil-militar não ocorre somente por meio de golpes de Estado ou militares, mas também se torna possível por meios democráticos, em que o governante pode corroer todo o sistema por dentro. Na realidade contemporânea, é notório que o regime democrático fora violentamente esvaziado de seu significado social, e com isso a população passou a criticar os rumos tomados pela política, não se sentindo mais representada pelos partidos políticos, principalmente por serem enxergados enquanto defensores dos interesses privados das elites.

Esses fatores fazem com que lideranças autoritárias comecem a ganhar mais força e voz, de modo com que os seus ideais sejam naturalizados por setores das elites políticas e econômicas locais (Levitsky; Ziblatt 2018 *apud* Mayer, 2023, p. 14). Não obstante, a democracia é transformada em autocracia sob o discurso ideológico de se combater a

corrupção e contribui para a promoção da segurança nacional. Destarte, a crise democrática no país está diretamente vinculada às dificuldades reais em processar demandas sociais de uma sociedade cada vez mais complexa e contraditória.

Ao associar tais aspectos ao modelo de gestão implantado pelo ex-presidente, torna-se evidente o fato de que as elites romperam o pacto com a classe trabalhadora ao acentuar medidas de destruição de seus direitos, do não atendimento às suas necessidades mais elementares e ao abrir espaço para a instauração de um ideário neoliberal ultrarradical. Nesse sentido, inicia-se um movimento de hiper individualização que não só é responsável pelo desmonte das políticas sociais, mas que também exclui os estratos populares urbanos e periféricos do modelo de sociabilidade ideal projetado pela classe dominante. Esse movimento também faz com que os indivíduos não consigam organizar-se politicamente, não se enxerguem enquanto parte de uma sociedade, isto é, de uma comunidade comum, mas tão somente como indivíduos que vivem em competição entre si lutando pela sua sobrevivência.

Consequentemente, o aparato radical dos partidos de direita são naturalizados com base na influência de três aspectos capitalizados por eles: os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001; a crise econômica de 2008 e pela crise migratória ocorrida em 2015. Dessa forma, o racismo, a xenofobia, a imigração, a homofobia e a islamofobia são utilizadas para perseguir e criminalizar imigrantes e outros grupos minoritários (Mudde, 2002 *apud* Mayer, 2023, p.17).

A partir da análise desses fatores, observa-se que o populismo direitista no Brasil foi responsável por implementar diversas medidas de exclusão em defesa de um modelo de sociabilidade harmônica e livre de conflitos diretos a partir da inter-relação entre as correntes de pensamento neoliberais e conservadoras.

Segundo as análises de Enchelstein (2019), o populismo surge como uma alternativa ao modelo fascista do início do século XX, buscando representar os interesses daqueles que não se sentem representados pelos sistemas políticos existentes. Logo, as reações da população contra as elites políticas passaram a ser instrumentalizadas por grupos que buscam destruir o sistema vigente e instaurar um novo regime de governo pautado num perfil sócio-étnico-cultural dominante, ou seja, do homem branco cristão ocidental.

Os grupos partidários dessa vertente atuam em defesa de um regime específico formado por um modelo cultural e totalitário que possuem valores tradicionais em oposição às lutas históricas da população negra, indígenas, comunistas, à comunidade LGBTQIAPN+, ao feminismo, dentre outros setores sociais que influenciam diretamente na construção identitária

do perfil predominante de quem acessa e permanece nos diversos espaços das universidades públicas do país.

Nessa perspectiva, o populismo de direita pode ser igualmente analisado como um populismo radical e reacionário, e que cujo diálogo assume papel indispensável para firmar laços com o seu regime, a fim de construir uma estrutura social que defenda o princípio de segurança para todos os seus membros diante de um contexto heterogêneo. O arsenal reacionário teme sobre o presente e o futuro, buscando recuperar o passado, ou seja, o período em que possuía liberdade para explorar e oprimir qualquer indivíduo contrário aos seus valores e ideais, período esse fortemente marcado durante as eleições presidenciais de 2018 no país.

O marco do movimento Bolsonarista não foi responsável por instaurar a extrema direita no Brasil, mas por fazer da onda conservadora e antipolítica os seus instrumentos de poder ideológico mais valiosos para capitalizar sobre as reações de descontentamento da população brasileira em relação à classe política. O nacionalismo também está diretamente atrelado aos fundamentos da ideologia direitista, principalmente quando são utilizados pautas morais de criminalização da esquerda, em especial por acreditarem na existência de uma sociedade mais harmônica, sem qualquer tipo de disputa ou contradição, considerando as desigualdades sociais enquanto constitutivas da própria espécie e condição humana.

O século XXI ainda vive uma onda oposta da democracia, uma vez que as elites políticas demonstram maior preocupação com a ascensão do mercado financeiro em detrimento da garantia do bem-estar social de toda a população. Acentuado pela crise sanitária da Covid-19 no país, o aumento do número de mortes, doenças, desnutrição, destruição ambiental e dentre outros problemas são enxergados como fatores de menor importância por parte dos extremistas, e que cujos esforços estão concentrados para instaurar um regime de segurança, seja físico (manutenção da ordem vigente) mas também de oposição às transformações e demandas sociais colocadas em pauta.

No âmbito do ensino e aprendizagem, observa-se que tais consequências atingem todos os espaços educacionais, uma vez que buscam cercear o pleno desenvolvimento do pensamento crítico de crianças, adolescentes e jovens a partir das pautas de ordem e de disciplina.

Uma das investidas do governo de Jair Messias Bolsonaro foi implementar ataques constantes à educação e aos educadores, de modo a menosprezar o trabalho até então realizado. Por isso, algumas ações evidenciaram a necessidade de colocar “ordem” no campo educacional brasileiro e uma delas foi materializada na proposta de instituir um programa que priorizasse a atuação das forças de segurança dentro de escolas. (Boutin; Flach, 2003, p.40).

Com o intuito de efetivar esse modelo de escolarização, em 2019 o governo federal de Bolsonaro instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) por meio do Decreto nº 10.004, com o objetivo governamental de resgatar as forças militares enquanto mantenedoras da ordem social e da formação de estudantes. O PECIM foi uma iniciativa do MEC em parceria com o Ministério da Defesa, que buscou implantar 216 Escolas Cívico-Militares (ECIM) até 2023, pautados em valores cívicos e por um modelo de ensino que divide as suas decisões com militares da reserva das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Boutin e Flach (2023, p. 43) evidenciam que o modelo de gestão adotado pelo programa ataca diretamente os parâmetros previstos no artigo 15 da LDB/1996, conferindo aos/as professores/as e gestores somente o papel de executores de tarefas.

Os militares atuarão no apoio à gestão escolar e à gestão educacional, enquanto professores e demais profissionais da educação continuarão responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico. Participarão da iniciativa militares da reserva das Forças Armadas, que serão chamados pelo Ministério da Defesa. Policiais e Bombeiros Militares poderão atuar, caso seja assim definido pelos governos estaduais e do Distrito Federal (Brasil, 2020b, p. 03).

Dessa forma, inicia-se o movimento de incorporação de valores militares na educação pública que atacam a formação da consciência crítica, autônoma e livre, e que cujas ações do Estado estariam concentradas para assegurar o controle social da pobreza com vistas ao disciplinamento de estudantes por meio da pedagogia do medo e do controle.

Contraditoriamente, a presença de militares aposentados em todas as etapas educacionais não contribui para o combate à evasão, repetência e abandono escolar. Cada vez mais é possível identificar que a realidade vivenciada pelas classes populares urbanas e periféricas se tornaram terreno fértil para a implementação de políticas reacionárias voltadas para a militarização do pensamento e da própria vida.

Ou seja, trata-se de colocar em curso o processo desenfreado de disciplinamento da vida e das escolas públicas. O referido programa também contribui para o agravamento da subalternidade da classe trabalhadora, de modo a intensificar um modelo de sociabilidade cada vez mais injusto e desigual. As suas estratégias estão diretamente atreladas ao pensamento conservador, justificadas pela necessidade de se combater a violência em comunidades vulneráveis que não possuem condições para acessar o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, os ideais do programa estão alicerçados na busca pela promoção da ordem e da

disciplina de estudantes, professores/as, profissionais da educação, os quais precisam ser controlados/as para garantir maior aproveitamento educacional. A formação cívica também passou a ser implantada para incentivar a construção de relações de respeito e de hierarquia para a formação cidadã, a fim de resgatar os valores familiares tradicionais.

Ao ampliar a análises para compreender as condições de acesso e permanência de jovens, adultos e idosos nos diversos espaços educacionais, observa-se que o programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA) passou a ser visto como uma preocupação secundária na agenda do MEC durante a gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro no ápice da crise sanitária acentuada pela pandemia da Covid-19. O esvaziamento e a invisibilidade das políticas educacionais estiveram presentes em todo o período governamental de Bolsonaro, embora tenham tentado propor ações no final de sua gestão com interesses meramente eleitorais para contribuir para a sua reeleição.

De acordo com as metas 8, 9 e 10 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, esta modalidade é destinada para estudantes que não conseguiram concluir os seus estudos na idade própria, envolvendo diversas questões de invisibilidade e de negligência das políticas sociais, o que acabou impossibilitando a frequência e a conclusão das Etapas e Níveis de ensino, seja por homens, mulheres, indígenas, quilombolas, população rural, pessoas com deficiência, dentre outras camadas sociais.

A gestão Bolsonarista demonstrou poucos investimentos públicos para o financiamento da educação brasileira, desviando a atenção para as metodologias de ensino aplicadas e a formação de educadores/as. A agenda neoliberal do seu governo permaneceu firme, fazendo com o que a EJA fosse transformada em um exercício prático de invisibilidade por diversas ações de omissões e desmontes no âmbito das políticas públicas de educação. A educação deixou de ser ofertada em condições de igualdade e de equidade desde o período anterior à pandemia da Covid-19 no país. O que era para ser uma ferramenta de sobrevivência humana e política para a reafirmação dos direitos humanos e sociais passou a ser apropriado enquanto um projeto de subordinação política, econômica, social e cultural das camadas populares.

A modalidade EJA deixou de ser apreendida historicamente como um importante recurso comprometido com o desenvolvimento social e de reparação dos índices de evasão escolar. Nesse sentido, de acordo com as reflexões apresentadas por Gadotti (2013) sobre a EJA, é possível indicar que:

A educação, independentemente da idade, é um direito social e humano. Muitos jovens e adultos de hoje viram esse direito negado na chamada “idade própria” e negar uma nova oportunidade a eles é negar-lhes, pela segunda vez, o direito à

educação. O analfabetismo de jovens e adultos é uma deformação social inaceitável, produzida pela desigualdade econômica, social e cultural. Há ainda um agravante neste caso: muitos programas de alfabetização ainda não atendem às necessidades específicas de cada segmento da população: indígenas, negros, mulheres, deficientes, campo, etc, não levando em conta as culturas e as linguagens locais. No caso dos indígenas, por exemplo, para tornar a EJA realmente eficaz na construção de uma sociedade multiétnica e pluralista, seria absolutamente necessária a alfabetização multicultural bilingue. (Gadotti, 2013, p. 19-20).

Contraditoriamente, o governo Bolsonaro provocou várias consequências para esta modalidade de ensino e aprendizagem a partir do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, responsável pela dissolução da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), segundo a qual estava instalada a Diretoria de Políticas de EJA. Logo, a falta de implantação de políticas públicas efetivas e os poucos recursos destinados para a composição do orçamento educacional tornaram esta modalidade quase escassa, restando ao corpo estudantil a participação no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA).

O cenário pandêmico abriu espaço para uma série de retrocessos no campo dos direitos humanos e sociais, caminhando principalmente em direção à privatização da educação pela agenda neoliberal ultraradical. Um dos aspectos que podem ser elucidados nesse contexto diz respeito à desarticulação de estratégias e ações entre os municípios, estados e o Distrito Federal, haja vista a adoção de políticas negacionistas que impossibilitam a compreensão de todas as particularidades de vida dos/as estudantes da EJA. Ademais, nos deparamos com a falta de incentivo à construção de um currículo de ensino que tenha maior participação de toda a comunidade escolar com vistas à formação continuada de professores/as para a reafirmação de um modelo de educação integral e efetivo.

O compromisso ético e político de atenção às diversidades sócio-étnico-culturais que constroem o perfil predominante de quem acessa, permanece e conclui as etapas de ensino estão fadadas ao esquecimento. Mais uma vez, adultos e idosos são deixados em segundo plano, perdendo o direito de acesso à educação e não sendo enxergados/as/es como sujeitos de direitos. De acordo com o Dossiê da EJA (2022), foi possível identificar que, no dia 8 de fevereiro de 2022 - durante o período eleitoral - o governo anunciou o Decreto Presidencial nº 10.959, segundo o qual recupera o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), alinhando-o à Política Nacional de Alfabetização (PNA), que previa o apoio técnico e financeiro do governo federal (programa esse que sofria anteriormente com diversas medidas de contenção de gastos que afetam o seu financiamento). (Rodrigues; Oliveira, 2023, p. 214).

Nessa perspectiva, diversos desafios ainda refletem diretamente sobre as condições de acesso desse público estudantil às universidades públicas após a conclusão da EJA, em especial no que concerne à aquisição do conhecimento, como por exemplo, as responsabilidades de cuidado com a família, a conciliação dos estudos com o trabalho (que na maioria das vezes são precários e integrais), as dificuldades de conseguir se deslocar até a instituição de ensino, dentre outros desafios.

A partir das reflexões realizadas, torna-se evidente que a agenda da educação brasileira apresenta um forte retrocesso histórico sob a influência de uma elite dominante ultraradical que ameaça a educação crítica, os direitos humanos e sociais, as conquistas trabalhistas e silencia o protagonismo dos movimentos sociais. Esse retrocesso busca recuperar as bases de um modelo educacional moral e cívico, principalmente na Educação Básica, como censurar professores/as nas salas de aula, monitorar os conteúdos dos materiais didáticos para a aplicação do Enem - principalmente de todo material bibliográfico que analisa o saldo deixado pela ditadura civil-militar no país - além de atingir o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma vez que passaram a sofrer com o seu desfinanciamento a partir das medidas de privatização implantadas.

Desse modo, o caráter ontológico do significado social da educação brasileira no ápice do governo Bolsonarista são atacados por ações que esvaziam o princípio educativo de sua apreensão emancipatória, de modo a abrir espaço para a consolidação de processos de aprendizagens escassos e descontinuados, de modo que fragiliza-se os mecanismos de democratização tecnológicas e científicas no país. O saldo deixado pelo governo no âmbito da educação brasileira apenas tornou evidente o processo de esvaziamento dos programas e projetos que inviabilizam e excluem diversos/as estudantes das agendas governamentais e da participação no mapeamento de políticas públicas educacionais socialmente referenciadas.

Todos os elementos teóricos e as análises apresentadas apenas reforçam a busca pela manutenção de uma estrutura social injusta, desigual e dividida por interesses antagônicos sustentados pelas relações de conformidade e subserviência. A agenda política implantada pelo período Bolsonarista esteve atrelada ao pensamento conservador de defesa da família tradicional e da religião em oposição à esquerda e com forte viés militarista e de armamento da população.

As questões ideológicas acentuam a divisão social para além da condição de classe, a fim de assegurar a manutenção da ordem. Nesse contexto, a ideia de ordem possui um sentido harmônico que ignora a própria realidade contraditória, uma vez que a desigualdade social e a exploração de classe são fundamentais para a manutenção do sistema capitalista. As políticas

educacionais passaram a ser alvos das reações conservadoras que ferem o desenvolvimento de uma formação integral e de qualidade, e observamos que cada vez mais crianças, adolescentes e jovens encontram-se submetidos às imposições do pensamento autocrático burguês. Ou seja, impõe-se uma concepção de vida e de mundo que não corresponde àquela manifestada na realidade vivida pelos indivíduos, fator esse que dificulta o rompimento com as injustiças e desigualdades presentes na sociedade contemporânea.

Ao mesmo tempo, adota-se um princípio de hierarquização e individualização no interior das relações sociais com forte viés segmentador e organizador, principalmente nos espaços educacionais, de modo a manter o controle sobre as massas conforme os interesses privados do populismo direitista. Essas consequências colocam igualmente em risco a autonomia didática, administrativa e pedagógica de estudantes, professores/as e gestores/as das redes de ensino.

O significado social da educação, responsável por conduzir à liberdade humana, é colocada em risco. O marco da gestão do governo de Jair Messias Bolsonaro demonstra que o alcance da liberdade não é possível em uma sociedade marcada pela divisão social, opressão, autoritarismo, controle e cerceamento do pensamento crítico, implicando diretamente sob as condições de acesso e permanência em todas as Etapas e Níveis da educação no país.

Ao analisar especificamente a realidade das redes de ensino e das instituições de ensino superior públicas e privadas, é notório que a hegemonia do pensamento conservador da extrema direita segue avançando, alcançando todos esses espaços por meio de sua difusão cultural e ideológica. A submissão e o disciplinamento passaram a moldar as relações sociais em direção a outra forma de sociabilidade cada vez mais impedida de se desenvolver e de formar sujeitos intelectuais.

A universidade da tristeza se tornou parte da realidade de milhares de jovens pelo país, abrindo espaço para a difusão da pedagogia do medo e do controle, tornando hegemônica no interior da educação brasileira os valores morais, militares e autoritários, e que são utilizados enquanto pilares fundamentais para a sustentação de um modelo de ensino conformista e precarizado em todo o território nacional.

O ideário neoliberal presente na agenda do governo federal entre 2018 e 2023 utilizou, de acordo com Mendes (2021) de diversos instrumentos de manipulação ideológica que fortaleceram as bases para a sua ascensão política:

[...] o discurso de combate à corrupção e ao terrorismo, *fake news*, desconhecimento político de parte da população, discurso da política autoritária como forma enérgica de resolver problemas que assolam a população, contestação de resultados eleitorais,

desmerecimento dos oponentes, encorajamento da violência, propostas de restrições de liberdade civis e descarte dos opositores. (Mendes, *et. al.*, 2021, p.03).

Ademais, urge a necessidade de se construir de forma articulada um novo currículo educacional capaz de atender as reivindicações e necessidades em direção ao alcance da emancipação humana e política de toda a sociedade, incentivando a construção do pensamento popular, da interculturalidade, de uma formação e capacitação continuada e, principalmente, de metodologias pedagógicas que correspondam às particularidades de vida e das realidades vivenciadas por milhares de estudantes que lutam diariamente para acessar, permanecer e concluir as diversas Etapas e Níveis de ensino.

A luta não terminou, ainda há uma longa jornada repleta de embates e desafios que precisam ser enfrentados. Defender uma formação qualificada, livre, plural e emancipatória onde estudantes possam comandar a própria vida e o futuro da sociedade precisa ser diária. Mas para que essa formação seja efetiva, é preciso garantir que haja “uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não uma escola de escravidão e de orientação mecânica”. (Gramsci, 2004e, p.75).

4. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ESTUDANTIL NOS ESPAÇOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

As reflexões e análises tecidas pela presente pesquisa contribuíram, até o momento, para indicar que as universidades públicas brasileiras têm sofrido nas últimas décadas as piores consequências acentuadas pela agenda neoliberal ultrarradical e negacionista, e que foi responsável por expandir um movimento contraditório que, ao invés de contribuir para o aumento das condições de acesso e permanência às universidades públicas, fez com que estudantes das periferias urbanas fossem expulsos desses espaços, fator esse que representa uma forte violação de seus direitos sociais.

A privação do direito de acesso à educação e o agravamento das desigualdades sociais transformaram-se no mecanismo ideal para o avanço da extrema direita, tornando a perspectiva empresarial, organizacional e a segurança como valores indispensáveis para o movimento do seu metabolismo antissocial.

Não somente a identidade estudantil passa a ser modelada para padronizar o perfil predominante de quem acessa e permanece nos espaços das universidades, mas também a própria imagem construída sobre as universidades públicas foram alvo de ataques e discursos falaciosos responsáveis por produzir e reproduzir informações desconexas da realidade contemporânea. Segundo as considerações de Giolo (2020, p.31), houve várias publicações nos meios de comunicação e nas redes sociais realizadas, por exemplo, pelo ensaísta, polemista e ideólogo brasileiro, Olavo de Carvalho, que fez com que as universidades públicas fossem apreendidas enquanto espaços impróprios, desqualificados e de formação comunista: “universidades, no Brasil, são, em primeiro lugar, pontos de distribuição de drogas. Em segundo, locais de suruba. A propaganda comunopetista fica só em terceiro lugar”.

A reprodução ampliada de discursos conservadores e reacionários como esses fazem com que as ideologias direitistas sejam capazes de fortalecer movimentos e posições políticas reacionárias, de modo a coibir o protagonismo de processos organizativos, sociais e emancipatórios. O pensamento conservador tende a alcançar de maneira mais rápida e fácil todos os estratos sociais com discursos convincentes que reafirmam a defesa de uma sociedade individualista, anti-humanidade, tradicional e que se torna incapaz de identificar as contradições sociais existentes em seu próprio meio, de modo a naturalizar as suas desigualdades.

Trata-se da apologia do sistema capitalista que atua para destruir as bases do Estado Social, responsável pela privatização dos serviços e políticas públicas fazendo com que o Estado intervenha somente contra as contestações à ordem vigente. É sobre esse cenário caótico que o papel das universidades passa a deparar-se com a ideologia pós-moderna, a influência neopositivista, além do ideário neoconservador que ataca a construção do pensamento científico e crítico, naturaliza as desigualdades, subjetiviza a história e transfere a existência de conflitos para o campo imaginário, facilitando a resignação e o pessimismo diante da realidade. (Barroco, 2015, p. 633 *apud* Mari; Thiengo; Melo, 2023, p. 255).

Os ataques às universidades protagonizados pela agenda direitista também alcançaram a categoria de docentes. Um exemplo notório desse processo pode ser exemplificado pelo dia 13 de maio de 2019, quando um biólogo e professor da UnB, Marcelo Hermes Lima, criou uma nova associação chamada Docentes pela Liberdade (DPL), formado por professores e profissionais de diversas áreas do conhecimento, designados como apartidários e com o objetivo de atuar para recuperar a verdadeira identidade da educação brasileira. As ações articuladas pela associação pretendiam atacar a hegemonia da esquerda e interromper a perseguição ideológica, principalmente no âmbito das ciências humanas e sociais.

Somado a esses retrocessos históricos no âmbito da Educação Superior, também é possível identificar em curso um movimento de americanização perversa das universidades públicas a partir do aumento do financiamento de empresas privadas e empreendedoras da educação que apresentam, dentre as suas principais características, um movimento de destruição das instituições e dos serviços públicos, tanto no que diz respeito à sua autonomia, gestão financeira e ao planejamento didático-pedagógico. Dessa forma, o pensamento conservador e a influência fascista e nazista na agenda direitista encontram no solo brasileiro condições propícias para a sua reprodução ampliada em todas as esferas da vida econômica, política, social e humana;

Diante de tantos retrocessos que assolam a realidade brasileira, alguns questionamentos são pertinentes para fomentar as discussões apresentadas até o momento. Qual tem sido o papel do Estado brasileiro, reconhecido constitucionalmente enquanto Estado Democrático de Direito, na efetivação dos direitos e dos deveres previstos pela Constituição Federal de 1988? O mesmo tem assumido a responsabilidade de assegurar recursos públicos para o financiamento de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito dos direitos sociais e, em especial, na Educação Superior? Qual tem sido o escopo das universidades brasileiras diante de uma ordem capitalista que apenas carrega a pretensão de formar e

capacitar estudantes para a formação de uma mão de obra barata em prol do desenvolvimento econômico do país ao invés de serem capazes de desenvolver análises críticas e propositivas?

Com o intuito de analisar as principais transformações sobre as universidades públicas e a realidade social dos/as jovens no cenário contemporâneo, a presente pesquisa apresenta um recorte temporal entre os anos de 2020 e 2021, principalmente por ser um período em que os impactos da crise econômica, política, social, ambiental e sanitária, acentuadas pelo novo coronavírus (Covid-19) tornaram-se ainda mais expressivas sob as condições de vida dos/as jovens e de seus familiares das classes populares urbanas, e que influenciaram diretamente as condições de permanência desse segmento social na Educação Superior pública.

Apesar de muitas universidades terem garantido a ampliação do direito de acesso de estudantes negros/as, indígenas e dos setores sociais oriundos das redes de ensino públicas, ainda é possível identificar uma oferta insuficiente de programas governamentais que possibilitem assegurar a permanência estudantil ao ingressar no ensino superior, com a realização de orientações acadêmicas, a participação de estudantes que trabalham nas atividades organizadas pelo tripé da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), além de fomentar a participação popular no enfrentamento dos elevados índices de exclusão, evasão e abandono escolar.

Ao refletir sobre os desafios existentes, pode-se indicar que a educação popular possui um papel fundamental para se enfrentar o atual modelo de educação padronizado e homogêneo, com o intuito de construir um novo paradigma de educação e sistema de ensino que permita com que os/as discentes sejam reconhecidos/as/es como sujeitos indispensáveis de todas as etapas e processos educativos, além de possibilitar com que educadores/as possam se educar nesse processo dialético.

O papel da educação popular com vistas à sua democratização possibilita a construção de uma consciência crítica, assegurando com que as massas populares se tornem sujeitos criadores de sua própria história. Vale destacar que a orientação do trabalho desenvolvido pela educação popular busca superar um modelo de educação bancária que enxerga estudantes como depósitos de conhecimentos, responsável por reduzir as suas capacidades a uma atitude passiva que reforça um caráter autoritário e assistencialista. De acordo com Paulo Freire (1984, p.69): “seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”. Dessa forma, a educação popular reafirma o compromisso ético e político com a educação libertadora e com a dimensão democrática fundada numa ação revolucionária em oposição ao discurso ideológico direitista que oculta a veracidade dos fatos.

A problemática central denunciada pela presente pesquisa fundamenta-se a partir do aporte teórico dos conceitos da consubstancialidade e coextensividade, uma vez que permitem compreender que a dinâmica complexa das desigualdades no acesso e na permanência estudantil, enraizadas nas estruturas da sociedade capitalista, atinge de maneira desigual milhares de estudantes mulheres, negros/as, povos indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, a comunidade LGBTQIA+ e dentre outros segmentos sociais.

Destarte, é preciso avançar no processo de planejamento e implantação de serviços, programas e projetos no âmbito da Educação Superior pública por meio da expansão da assistência aos/às discentes com a oferta de bolsas de permanência estudantil, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas científicas, além de construir mecanismos articulados de participação e controle social junto ao movimento estudantil.

4.1 Percurso Metodológico do Desenvolvimento da Pesquisa

O processo de elaboração e organização de todas as etapas da presente pesquisa foi pautado nas reflexões teóricas principais: a defesa da universidade pública socialmente referenciada, a construção da identidade estudantil e a necessária articulação intersetorial entre as políticas públicas e os movimentos estudantis em defesa da permanência estudantil nas universidades públicas.

Ancorado ao referencial crítico e crítico- dialético, buscou-se conhecer melhor a realidade, as expectativas e os principais desafios enfrentados pelos/as jovens que ingressaram na Educação Superior pública, de modo a compreender a sua relação direta com o tripé da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), o processo de formação da identidade estudantil e as determinações contraditórias do mundo do trabalho contemporâneo ante aos impactos e consequências agravadas pela pandemia da Covid-19.

No segundo momento, realizamos estudos para identificar as políticas educacionais de permanência estudantil enquanto dever do Estado na garantia de oportunidades de acesso, permanência e conclusão no âmbito da Educação Superior com vistas à construção de uma universidade pública de qualidade, laica, gratuita e socialmente referenciada.

A presente pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamentou todas as análises e reflexões teóricas por meio do desenvolvimento da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica coloca o/a pesquisador/a em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, fator este que possibilitou uma análise

aprofundada de pesquisas ou manipulação de informações sobre a Educação Superior no Brasil para que se possa desconstruir e construir novos conceitos direcionados ao papel e o significado social da educação na sociedade brasileira.

Com o objetivo de contribuir para a fundamentação metodológica, a abordagem qualitativa enquanto principal componente do processo desta pesquisa, segundo Godoy (1995, p. 21): “[...] não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”, além de garantir a interpretação de fenômenos em observação, aplicando técnicas para análises exploratórias do objeto pesquisado e de seus significados por meio do caráter subjetivo do/a pesquisador/a.

A pesquisa de campo é uma etapa da metodologia científica de pesquisa que realiza interpretações, análises e observações de fenômenos que ocorrem em determinados cenários e ambientes. Seguindo estas considerações, foi realizada uma pesquisa de campo dividida em duas partes principais.

A primeira parte consistiu na aplicação de questionários semiestruturados por meio da disponibilização de formulários *online*, com o intuito de refletir como os impactos e as consequências provocadas pela Covid-19 atingiram e ainda atingem direta e indiretamente as suas condições de permanência na universidade. Os questionários *online* foram respondidos por dez discentes que cursam o terceiro e o quarto ano do ensino superior na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca- SP, do curso de Serviço Social dos períodos diurno e noturno, a fim de conhecer a sua realidade, as expectativas e os principais desafios enfrentados para permanecer nos espaços da universidade, além de analisar a sua relação direta com as atividades complementares que constituem o tripé da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão). O convite para a participação da pesquisa de campo foi realizado por meio de divulgação nas salas de aula, nos grupos de estudantes criados no aplicativo *WhatsApp* e via e-mail.

Nesse sentido, foram adotados alguns critérios para a participação e seleção das respostas apresentadas pelos/as participantes da pesquisa de campo, de modo a atender o objetivo central apresentado pelo objeto e pela problemática da presente pesquisa.

O primeiro critério adotado para escolher o terceiro e quarto ano de graduação para a aplicação dos questionários *online* corresponde ao fato de que estes/as discentes vivenciaram a fase inicial da emergência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil enquanto estavam na universidade, e que cujos impactos provocaram graves transformações sob as suas condições de vida, nas suas relações com familiares e amigos/as, na manutenção

da sua saúde mental, além da suspensão das aulas presenciais e na consequente adesão ao ensino à distância - coberto pelo manto ideológico do ensino remoto.

O segundo critério utilizado para a participação dos/as discentes na pesquisa consiste em selecionar estudantes que são da permanência estudantil, atentando-se ao respeito e no aceite ao convite para a pesquisa de campo e, principalmente, pela identificação do/a discente com o tema proposto pela pesquisa.

O último critério adotado para selecionar as respostas que contribuíram para a reflexão teórica desenvolvida consistiu na seleção das respostas que foram ao encontro com a problemática central apresentada, ou seja, que permitiram identificar qual o perfil predominante dos/as jovens que conseguiram permanecer na universidade pública diante os desafios do contexto de crise estrutural e sanitária acentuada pela pandemia da Covid-19.

Para maior fundamentação das reflexões propostas, o principal referencial teórico utilizado para a análise das respostas da pesquisa de campo corresponde na identificação das categorias da dialética (totalidade, contradição, historicidade e mediação), e que foram indispensáveis para compreender de que forma determinadas relações complexas, como os desafios contemporâneos para a promoção do direito à permanência estudantil na universidade pública, se particularizam na realidade e no meio social vivenciado por estudantes das classes populares urbanas.

Na segunda parte da pesquisa de campo, foi organizado um roteiro para a realização de entrevista com uma discente que estuda em outra instituição de ensino superior pública do Estado de São Paulo no município de Franca/SP, do curso de Gestão de Recursos Humanos³. Foi adotado como instrumento de registro das respostas um dispositivo de gravação de áudio para melhor apreensão de todas as informações e depoimentos compartilhados. No total, foram realizadas quatorze perguntas objetivas, com o intuito de analisar os principais desafios enfrentados pela discente para permanecer na Educação Superior no contexto da pandemia da Covid-19, tendo em vista os impactos das políticas neoliberais sobre as suas condições de vida.

Desse modo, assumimos o compromisso ético em promover a devolutiva dos resultados obtidos aos/às participantes da pesquisa de campo, a fim de fornecer subsídios capazes de apresentar alternativas que contribuam para a transformação de sua realidade social.

³ Nesta etapa não foram adotados nenhum critério específico para a seleção da instituição de ensino superior, da discente ou curso em que a entrevista seria realizada. A participante entrevistada identificou-se com o tema de estudo abordado e desejou participar da pesquisa de campo com o intuito de compartilhar as suas vivências e principais dilemas para permanecer na graduação.

[...] a preocupação com o retorno social e alcance social de nossas produções refere-se a uma intenção de fazer o caminho de volta, isto é retornar à realidade que sustentou a produção de conhecimento e mobilizar ações que transformem esta realidade, seus sujeitos e a própria profissão, alargando seus horizontes e potencializando seus objetivos, suas competências e habilidades profissionais. Bourguignon (2005, p.213).

Todas as etapas e procedimentos metodológicos adotados na presente investigação possibilitam refletir o significado social das universidades públicas no país no contexto de pandemia da Covid-19, tendo em vista seu descaso, elaborar propostas interventivas no âmbito das políticas educacionais de permanência estudantil para assegurar maior qualidade de ensino aos/às jovens das classes populares urbanas, tendo em vista os desafios de acesso e permanência, para que se possam combater o movimento de expulsão desse segmento social dos diversos espaços das universidades.

Dado o exposto, o presente projeto de pesquisa, em consonância com a resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, presa pelo respeito à diversidade, pelos valores culturais, sociais, morais e religiosos dos/as participantes, renunciando a qualquer manifestação de discriminação, preconceito ou constrangimento que poderiam ser identificadas em cada etapa da presente pesquisa, atentando-se aos possíveis riscos e vulnerabilidades aos/às participantes.

No que concerne aos referenciais teóricos da presente pesquisa, estes corroboram com a discussão metodológica presente no método de Marx (2008), cuja categoria central do seu pensamento consiste na perspectiva da totalidade. Segundo Martinelli (2019, s.p.), o método aspira à totalidade, podendo ser apreendido como uma opção política e não simplesmente como um determinado procedimento. O/a pesquisador/a possui um importante papel político, cujo objeto da pesquisa é construído a partir da história de vida inserida em uma determinada realidade social. De acordo com Netto (2011, s.p.), o conhecimento teórico em Marx parte da reprodução ideal do movimento real de um determinado conhecimento, isto é, parte da aparência imediata do objeto proposto.

Nesse sentido, a presente pesquisa possui como objeto central analisar as condições de permanência do/a jovem na universidade pública no contexto da pandemia da Covid-19, tendo em vista os impactos das políticas neoliberais sobre as suas condições de vida.

Em todo o processo da realização da pesquisa de campo, buscou-se garantir uma comunicação pacífica na relação entre o pesquisador e o/a participante da pesquisa, atentando-se aos procedimentos metodológicos adotados para o processo de apreensão de suas realidades, considerando, sobretudo, o consentimento cedido para o fornecimento de

informações, assim como de sua confidencialidade e proteção de identidade quando solicitado.

4.2 Análise do Perfil Predominante dos/as Jovens que permaneceram nas Universidades Públicas no contexto pandêmico

Durante a gestão do governo Lula de 2010, com a finalidade de expandir e melhorar as condições de permanência estudantil no âmbito das universidades públicas federais brasileiras, foi criado a partir do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executado no MEC. De acordo com o seu Artigo 3º, o programa deve ser implementado de forma articulada com as atividades propostas pelo tripé universitário (Ensino, Pesquisa e Extensão), com o objetivo de atender discentes regularmente matriculados/as/es em cursos de graduação presencial em instituições federais de ensino superior, a partir da oferta dos seguintes subsídios: “moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (Brasil, 2010).

No que concerne à política de assistência estudantil oferecida pela UNESP - Campus de Franca/SP, são disponibilizados cerca de nove auxílios estudantis para os/as discentes da graduação, a fim de contribuir com a sua permanência estudantil e fortalecer a relação com as atividades complementares de Ensino, Pesquisa e Extensão. Dentre os principais auxílios e subsídios ⁴ oferecidos pela universidade, pode-se elencar:

- **Auxílio Financeiro I** (subsídio ao/à discente de graduação para que consiga realizar o curso em que foi matriculado, nos casos de alta vulnerabilidade, recebendo o valor mensal de R\$ 500,00 com período de vigência de até 12 meses);
- **Auxílio Financeiro II** (subsídio ao/à discente de graduação para que consiga realizar o curso em que foi matriculado, nos casos de alta vulnerabilidade, recebendo o valor mensal de R\$ 400,00 com período de vigência de até 12 meses);

⁴ A relação apresentada dos auxílios e benefícios oferecidos aos/as discentes pela UNESP Campus de Franca/SP foram disponibilizados pelo Núcleo Técnico de Apoio ao Estudante na página online da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca. (UNESP, 2023).

- **Subsídio Alimentação** (subsídio financeiro concedido aos/às discentes contemplados com qualquer modalidade de auxílio de permanência estudantil, recebendo o valor mensal de R\$ 300,00 com vigência de até 12 meses);
- **Moradia Estudantil** (moradia destinada à permanência no campus pelos/as discentes de graduação, presente em doze Unidades Universitárias (Araraquara, Araçatuba, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Instituto de Artes (SP), São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Rio Claro);
- **Auxílio Especial** (subsídio financeiro concedido aos/às discentes com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, Art 5º, § 1º, I e II, e/ou doenças graves e que apresente vulnerabilidade socioeconômica, recebendo o valor mensal de R\$ 500,00);
- **Auxílio Provisório** (subsídio financeiro no valor de R\$ 500,00 para ingressantes que estão em situações de extrema vulnerabilidade socioeconômica, no período compreendido entre a matrícula e o resultado final do Processo Seletivo, desde que justificado pelo Núcleo ou Comissão Local de Permanência Estudantil);
- **Auxílio Estágio** (subsídio financeiro no valor de R\$ 500,00 destinado para discentes que realizam Estágio Curricular Obrigatório não remunerado, quando o estágio não puder ser realizado no município sede da universidade);
- **Auxílio Transporte** (concedido para discentes contemplados com a Moradia Estudantil e que apresentam dificuldades para locomoção até a Unidade Universitária. É fornecido um Cartão Escolar com o benefício de cinquenta por cento (50%) de desconto do valor da tarifa vigente na compra do passe);
- **Restaurante Universitário (RU)** (fornecimento de quinhentos refeições/dia em dez Unidades Universitárias: Araraquara, Assis, Bauru, Franca, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto).
- **Bolsa de Enfrentamento à Precariedade Menstrual** (atenção à saúde física e emocional de discentes que menstruam, possibilitando o acesso a absorventes e coletores menstruais. São oferecidas trinta e quatro bolsas no valor de R\$700,00 e vigência de 12 meses).

A partir dessas considerações, o processo de apreensão das informações e interpretação dos resultados obtidos na pesquisa de campo partiu das condições socio-étnico-culturais dos/as jovens em relação à sua realidade e ao meio social em que estão inseridos/as/es, além das suas condições objetivas de permanência na universidade e dos desafios de acesso aos referidos auxílios e subsídios oferecidos pela política de assistência estudantil, principalmente a partir da pandemia da Covid-19.

Com o intuito de prezar pela integridade dos/as participantes da pesquisa de campo e pela responsabilidade ética para a análise das respostas enviadas, utilizamos nomes fictícios para apresentar as falas dos/as alunos/as/es que contribuíram com a presente investigação, de modo a resguardar e respeitar a sua confidencialidade. Nesse intuito, adotamos os seguintes nomes fictícios para compartilhar os resultados e análises obtidos com a pesquisa de campo: Amanda, Beatriz, Carol, Daniel, Erick, Felipe, Fabiana, Gabriela, Gustavo, Isabelly e Jaine.

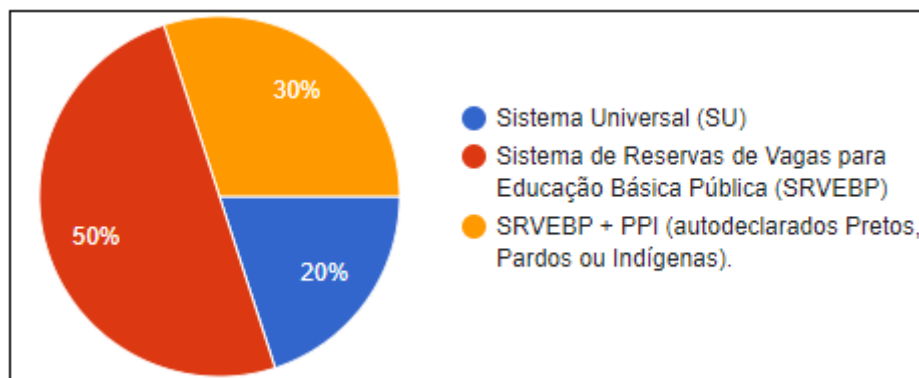
No que concerne ao perfil dos/as discentes que participaram da pesquisa, a idade dos/as participantes apresenta como faixa etária predominante 20 a 23 anos, sendo oitenta por cento (80%) do sexo feminino (cisgênero) e somente vinte por cento (20%) do sexo masculino (cisgênero). No que concerne à orientação afetiva sexual, cinquenta por cento (50%) se identificam como heterossexuais, quarenta por cento (40%) bissexuais e dez por cento (10%) homossexuais. Em relação ao pertencimento étnico-racial⁵, trinta por cento (30%) são pretos, vinte por cento (20%) pardos e cinquenta por cento (50%) brancos. Nenhum/a participante que participou da pesquisa de campo informou possuir algum tipo de deficiência⁶.

No que se refere à forma de ingresso na universidade no período em que prestaram o vestibular, é possível observar que as políticas de cotas foram fundamentais para o acesso desses/as discentes na universidade pública, conforme indicado pelo Gráfico I:

⁵ A presente investigação utilizou as terminologias aplicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a classificação de raça/etnia.

⁶ A classificação de deficiência foi organizada com base no Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os tipos de deficiência: deficiência física, auditiva, visual, mental (atualmente intelectual, função cognitiva e múltipla, correspondente à associação de mais de um tipo de deficiência).

Gráfico I - Forma de Ingresso na Universidade durante a realização do Vestibular

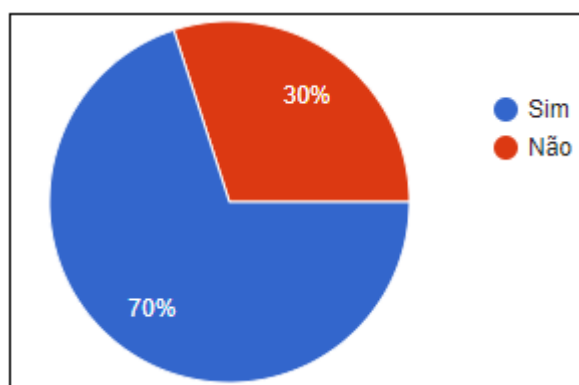


Fonte: Criado por Rafael Gonçalves dos Santos (2023).

As informações apresentadas pelo Gráfico I permitem identificar que a maioria dos/as discentes do curso de Serviço Social que participaram da pesquisa ingressaram no curso por meio do Sistema de Reservas de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP) - correspondendo a cinquenta por cento (50%) - e pelo SRVEBP + PPI (autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas), sendo trinta por cento (30%) das respostas registradas. Do total apurado, apenas vinte por cento (20%) dos/as discentes ingressaram por meio do Sistema Universal (SU).

Um fator importante obtido durante a pesquisa de campo consistiu nos desafios que esses/as discentes apresentaram para conseguirem se manter na graduação. De acordo com o Gráfico II, setenta por cento (70%) dos/as discentes precisaram mudar de cidade para realizarem o curso, enquanto somente trinta por cento (30%) indicaram não ter precisado planejar a sua forma de moradia por já residirem no município onde o Campus está localizado:

Gráfico II - Relação de Discentes que Precisaram Mudar de Cidade para realizar a Graduação na UNESP Campus de Franca/SP



Fonte: Criado por Rafael Gonçalves dos Santos (2023).

Apresentando dificuldades financeiras para permanecer na universidade, este indicador também possibilita compreender que a maioria dos/as discentes da pesquisa - oitenta por cento (80%) - são usuários da política de assistência estudantil oferecida pelo Campus. Dentre os auxílios listados anteriormente e que foram organizados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), foi possível identificar que os benefícios mais utilizados pela/as discentes acompanham a seguinte ordem: oitenta e sete por cento (87%) possuem auxílio socioeconômico I e II; aproximadamente sessenta e três por cento (62,5%) subsídio alimentação e cerca de treze por cento (12,5%) auxílio aluguel. Nenhum outro auxílio e/ou bolsa foi selecionado durante a pesquisa de campo.

Ao questionarmos sobre a efetividade da política de permanência estudantil e a necessidade de aplicação de melhorias para torná-la acessível a todo corpo estudantil, foi possível constatar várias opiniões em comum que alertam para a necessidade de aumentar o valor e o número da oferta das bolsas para o atendimento de toda demanda estudantil, além de tornar o processo seletivo menos burocrático.

Foi possível compreender que a política de permanência estudantil apresenta uma divisão de opiniões ⁷no que concerne ao atendimento das expectativas dos/as discentes. De acordo com a opinião da discente Amanda, ela reitera a urgência da revisão “dos métodos de seletividade e das etapas de concessão de bolsas que cada vez mais estão burocratizadas”. A discente Beatriz também afirma que seria necessário existir “um sistema menos burocrático, porque se pede uma documentação gigantesca que acaba dificultando esse processo. Além de muita vezes, o valor não ser suficiente”. Compreendendo que a política de assistência estudantil precisa atuar numa perspectiva interdisciplinar enquanto política social de acesso e permanência nas universidades, a discente Fabiana afirma que “a permanência precisava ir acompanhando de qualidade com a assistente social e não somente quando faz o processo seletivo pra conseguir o auxílio. Eu vejo um distanciamento com essa política.” A discente Carol nos alerta para que “ela seja abrangente como política pública e atenda a todos que dela requererem, além de ser contínua e condizente com os custos de vida do universitário”. Logo, os auxílios concedidos ao corpo estudantil também precisam ser suficientes para o atendimento das suas necessidades socioeconômicas. O discente Daniel apresentou algumas críticas sobre o processo de concessão dos auxílios: “Que chegue a todos os alunos, e tenha auxílio o suficiente para todos, não acredito que há uma avaliação adequada nesse processo, muitas coisas estão erradas”.

No tocante ao perfil de discentes que passaram a ingressar ao mundo do trabalho, o Gráfico III indica que setenta por cento (70%) dos/as discentes passaram a trabalhar em decorrência dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19, enquanto trinta por cento (30%) já trabalharam antes da emergência da pandemia.

Gráfico III - Relação de Discentes que começaram a Trabalhar em decorrência da Pandemia da Covid-19

⁷ Todas as opiniões e comentários realizados pelos discentes foram apresentados com os respectivos nomes fictícios e acompanhados entre aspas.



Fonte: Criado por Rafael Gonçalves dos Santos (2023).

No que diz respeito às relações dos/as discentes com as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da universidade, após o retorno às atividades presenciais, noventa por cento (90%) dos/as discentes indicaram conseguir voltar a participar de algum grupo de estudos e pesquisas ou de extensão. Entretanto, o fomento à pesquisa científica ainda é muito baixo nos espaços acadêmicos. No total das respostas analisadas, constatou-se que sessenta por cento (60%) dos/as discentes não possuem bolsa de iniciação científica, enquanto somente quarenta por cento (40%) indicaram possuir bolsa PIBIC no âmbito da CNPq.

Para compreendermos de maneira aprofundada como as expressões de preconceito e/ou discriminação ocorrem nos espaços acadêmicos, cinquenta por cento (50%) dos/as discentes indicaram não ter sofrido ou presenciado algum tipo de preconceito e/ou discriminação por classe, raça/etnia, gênero e/ou sexualidade. Um dado curioso indicou que a maioria dos/as discentes que selecionaram esta opção são cisgêneros e brancos/as. Por outro lado, trinta por cento (30%) afirmaram já ter presenciado e/ou terem sido vítimas de algum tipo de preconceito e/ou discriminação na universidade, e vinte por cento (20%) preferiram não responder. Embora tenham preferido não responder essa questão, alguns comentários importantes foram registrados pelas discentes.

A discente Fabiana comentou que “dentro da universidade é algo mais 'velado', estrutural... Fora nas festas é ‘mais visível’”. Já a discente Gabriela sente que “dentro da universidade, embora seja um lugar que na teoria seria de acolhimento, existe muito cancelamento dos próprios alunos”. Ao alimentar o sentimento de que o espaço acadêmico não contribui para a sua permanência, a discente Isabelly acrescenta: “percebo certo desafeto

quando falo a respeito da permanência, não sei explicar o comportamento, mas me deixa como se estivesse num lugar que não fosse para mim”.

Ao perguntarmos se os/as discentes se sentiam representados/as/es na universidade em que estudam, sessenta por cento (60%) indicaram não se sentirem representados/as/es, enquanto somente quarenta por cento (40%) afirmaram que se sentem representados/as/es em seu espaço acadêmico. Durante todas as reflexões teóricas realizadas na presente dissertação, procurou-se demonstrar que a agenda neoliberal tem implementado um projeto negacionista e reacionários de privatização da Educação Superior, com o objetivo de construir uma universidade que privilegie um perfil estudantil específico, ou seja, estudantes da elite branca dominante, e que expulsa dos diversos espaços acadêmicos a grande maioria dos/as estudantes das classes populares urbanas e periféricas.

Esses elementos também podem ser identificados nas próprias palavras dos/as discentes que sofrem diariamente com as consequências desse movimento contraditório. A discente Amanda acrescenta que “sendo uma pessoa negra e de permanência estudantil, é difícil de existir dentro dessa universidade classista e branca”. O discente Daniel também chamou a atenção para um fator que ainda é muito recorrente no âmbito da Educação Superior pública: “a universidade pública não é um espaço para o jovem ou adulto que trabalha e/ou tem família, não há condições para que possamos nos manter”. A discente Beatriz apresentou a seguinte opinião: “a maioria dos professores (a), tudo branca. Não tive uma professora mulher negra, além do mais a maioria dos nossos usuários (Serviço Social), são pessoas negras”. O discente Felipe acrescentou: “só me sinto representado quando estou com os meus, os mesmos que usam da permanência”. Com o intuito de complementar os comentários realizados, o discente Erick também afirmou que “embora tentem ocultar essa questão, é notório que ainda há um perfil predominante de quem consegue participar ativamente de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, principalmente em horários comerciais onde estudantes que trabalham não conseguem”.

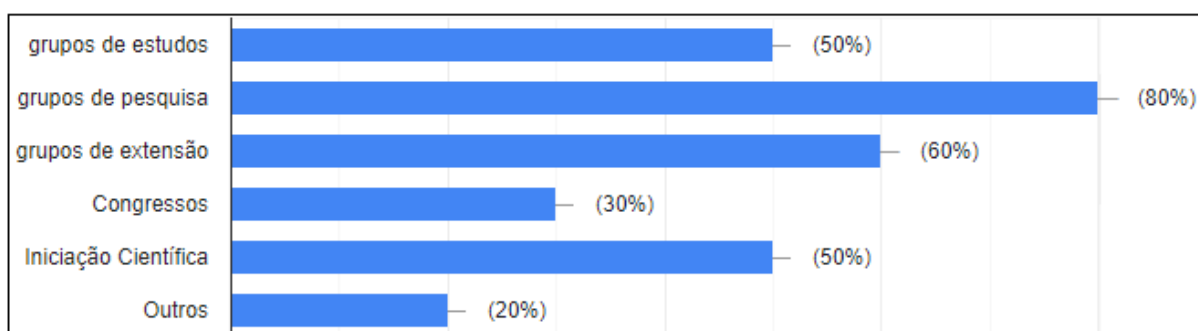
Os depoimentos e comentários realizados pelos/as discentes apenas evidenciam as diversas expressões da estrutura heteropatriarcal-racista-capitalista presente nos espaços das universidades, e que atingem de maneira desigual a mulheres, negros/as, indígenas, a comunidade LGBTQIAPN+ e dentre outros segmentos sociais, conforme elucidado durante todas as reflexões apresentadas nas seções desta dissertação.

Ao analisar a participação dos/as discentes nas atividades que constituem o tripé da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), pedimos para que os/as discentes avaliassem a

sua participação ativa no espaço acadêmico, selecionando as atividades que conseguem participar.

De acordo com os resultados do Gráfico IV, cinquenta por cento (50%) dos/as discentes participam de grupos de estudos, oitenta por cento (80%) em grupos de pesquisa; sessenta por cento (60%) em grupos de extensão; trinta por cento (30%) em congressos; cinquenta por cento (50%) em atividades no âmbito da iniciação científica e vinte por cento (20%) em outras atividades complementares.

Gráfico IV - Nível de Participação Discente nas Atividades Complementares



Fonte: Criado por Rafael Gonçalves dos Santos (2023).

Ao questionar aos/as discentes se possuem alguma dificuldade para participar dessas atividades complementares, foi possível identificar que noventa por cento (90%) dos/as discentes possuem alguma dificuldade para conseguir participar com frequência de alguma atividade de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Um dos fatores mais recorrentes apresentado pelos/as discentes diz respeito à disponibilidade de tempo hábil para participação nas referidas atividades. A discente

Fabiana comentou que “algumas acontecem no horário das aulas e por isto não é possível acompanhar”. Por apresentar dificuldades e críticas ao meio de transporte da cidade, o discente Felipe acrescentou: “não consigo estar presente na Unesp o tempo todo para participar das reuniões, pois moro longe e ônibus pra Unesp é péssimo”. Vários/as discentes também chamaram a atenção para a sobrecarga de demandas que a graduação possui, aos horários em que as atividades são realizadas - o que impossibilita a participação de discentes que trabalham - e para os perigos existentes próximo ao Campus, com riscos de assaltos e violências frequentes.

Com o intuito de compreender os principais impactos provocados pela pandemia da Covid-19 sobre as condições objetivas e subjetivas de permanência dos/as discentes na universidade pública em que estudam, elaboramos uma métrica de avaliação, organizada em uma escala de zero a dez pontos, dividida por estágios de satisfação, sendo: zero (nenhuma); um, dois e três (pouca); quatro, cinco e seis (razoável); sete, oito e nove (média) e dez (totalmente), a fim de analisar de que forma o cenário pandêmico afetou diretamente a permanência na graduação, a manutenção da saúde mental e as condições de aprendizagem a partir da adesão às aulas remotas e da consequente adequação das metodologias de ensino.

Nessa perspectiva, pedimos para que os/as discentes selecionassem, numa escala de zero a dez, o quanto a pandemia da Covid-19 afetou as suas condições de permanência na universidade. Do total apurado, dez por cento (10%) indicaram que foram pouco afetados/as/es; trinta por cento (30%) foram razoavelmente afetados/as/es e sessenta por cento (60%) totalmente afetados/as/es pelo cenário pandêmico. Ao questionarmos quais os fatores poderiam ter afetado diretamente as condições de permanência na universidade, a maioria dos/as discentes indicaram como principais fatores responsáveis: necessidades financeiras, adesão ao ensino remoto e situações de desemprego. A discente Jaine complementou indicando como principais fatores: “dinheiro, trabalho, estresse, sobrecarga, familiares sem emprego”.

Para aprofundar as reflexões sobre esses aspectos, pedimos que os/as discentes indicassem, numa escala de zero a dez, o quanto a pandemia da Covid-19 afetou a saúde mental para conseguirem prosseguir com a graduação diante do contexto de crise econômica, política, social, ambiental, cultural e sanitária. Dentre as respostas registradas, vinte por cento (20%) indicaram que a sua saúde mental foi razoavelmente afetada; cinquenta por cento (50%) informaram ter sido afetada de forma média, enquanto trinta por cento (30%) afirmaram que a sua saúde mental fora totalmente afetada.

Em relação aos principais fatores provocados pelo cenário pandêmico que afetaram a manutenção da saúde mental dos/as discentes durante o período de adesão às aulas remotas, observa-se que a maioria das opiniões dos/as discentes indicaram como fatores determinantes: crises de ansiedade, estresse, depressão e morte de familiares contaminados pelo vírus da Covid-19. O discente Gustavo classificou como principais aspectos: “o contexto, as demandas de atividades, além de ambientes não apropriados na nossa casa para estudar. Além da família etc...”. No que diz respeito à realidade social vivenciada pelos/as discentes, a discente Isabelly comentou: “dificuldades para me concentrar e estudar em casa, além de não possuir espaços adequados com escrivaninha para apoiar o material”.

Dentro da mesma escala avaliativa de zero a dez pontos, pedimos que os/as discentes avaliassem o nível de satisfação em relação às aulas remotas realizadas na graduação entre os anos de 2020 e 2021 - período marcado pela emergência e expansão da pandemia da Covid-19 no Brasil e de maior agravamento das expressões da questão social. Do total das avaliações registradas, vinte por cento (20%) dos/as discentes não possuem nenhuma satisfação com as aulas remotas (atribuindo a nota zero); trinta por cento (30%) avaliaram as aulas remotas com a nota 1 (pouca satisfação); dez por cento (10%) avaliaram com a nota 4 (avaliação razoável), trinta por cento (30%) atribuíram a nota 5 (avaliação razoável) e dez por cento (10%) avaliaram com a nota 6 (avaliação razoável) as aulas realizadas na plataforma *online* durante o período pandêmico.

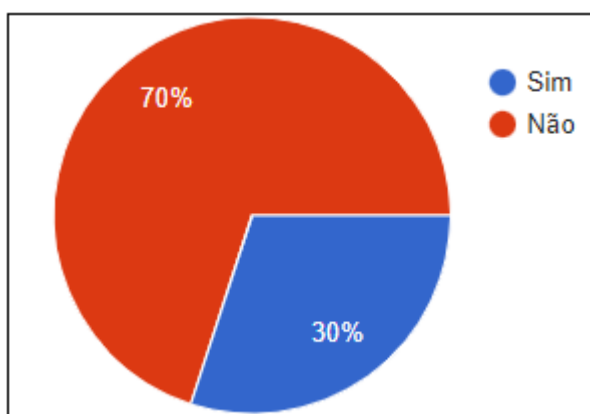
Os principais motivos indicados para justificar as notas baixas atribuídas às disciplinas envolvem diversas questões estruturais e, principalmente, as consequências provocadas pelo modelo de ensino precário inspirado no formato EaD. A discente Jaine registrou a sua indignação: “Minha decepção com as aulas é no sentido de todas as críticas que podemos fazer do ensino a distância num curso como Serviço Social, as aulas não eram tão dinâmicas e participativas quanto estão sendo agora no presencial. Mas acredito que ocorreu o que poderia ser feito na conjuntura que vivemos na pandemia”.

O discente Daniel acrescentou: “acho EaD péssimo, fora que estava acontecendo muita coisa no mundo externo que fazia com que a última preocupação fosse a aula”. A discente Gabriela também afirmou: “eu não consegui aprender nada, por não conseguir adaptar no meio pandêmico, onde perdi famílias próximas e quase perdi o meu pai”. O discente Erick também apresentou algumas críticas ao modelo de ensino remoto: “aulas exaustivas, carga horária reduzida e metodologias de ensino que precisam ser revisadas - exemplo: tivemos muitas aulas com exposição de slides em grande volume e sem aprofundamento teórico, limitando-se somente na leitura dos mesmos”.

Outros/as discentes também indicaram a ausência de métodos e dinâmicas de ensino adequadas ao cenário pandêmico, a precarização da aplicação dos conteúdos, a perda da qualidade do ensino e do contato presencial com os espaços da universidade, embora tenham reconhecido que era o único formato possível de ser adotado durante o período de isolamento social.

Embora a maioria dos/as discentes afirmaram possuir aparelhos eletrônicos e acesso à internet - noventa por cento (90%) das respostas registradas - para estudar e acompanhar as aulas remotas, o Gráfico V revela que mais da metade dos/as discentes - setenta por cento (70%) - não possuíam em suas residências espaços adequados para estudar e participar das aulas e atividades *online*, enquanto somente trinta por cento (30%) informaram possuir espaços adequados para a realização das atividades remotas do seu curso.

Gráfico V - Questão: Durante a pandemia, você possuía espaço e condições adequadas em sua residência para estudar e participar das aulas *online*?



Fonte: Criado por Rafael Gonçalves dos Santos (2023).

Os principais aspectos que influenciaram a precarização das condições dos/as discentes para realizarem as atividades remotas dizem respeito à falta de espaços nas residências para apoio do material, ambientes inadequados e/ou insalubres e problemas familiares. A discente Fabiana realizou o seguinte comentário: “moro com muitas pessoas em casa e sempre havia momentos que não havia internet e privacidade para acompanhar as aulas”. Já a discente Carol acrescentou: “eu tinha que cuidar da minha vó, fazer almoço e

tudo mais e ficava meio complicado acompanhar, pelo menos ao vivo”. O discente Erick também apresentou algumas dificuldades: “excesso de barulho e pessoas em casa, sem espaço específico para estudar, muitos estímulos atrapalhando o estudo”.

Na segunda parte da pesquisa de campo, foi organizado um roteiro com vinte perguntas objetivas para a realização de entrevista com uma discente do terceiro período do curso de Gestão de Recursos Humanos em uma instituição de Ensino Superior pública no município de Franca/SP. Nesta etapa de análise e compartilhamento dos depoimentos apreendidos, foi utilizado o nome fictício “Solange” para proteger a identidade da discente.

Solange é mulher, possui trinta e sete anos de idade, preta, heterossexual (cisgênero), é mãe de dois adolescentes, casada e não possui nenhum tipo de deficiência. Atualmente, Solange trabalha integralmente em uma empresa privada e precisa conciliar o trabalho com as tarefas domiciliares e os estudos no período noturno. A discente reforça que, por ter sido mãe muito jovem, precisou trabalhar muito cedo para suprir as necessidades familiares, priorizando o trabalho e mais tarde os seus estudos. Atualmente, como os seus filhos cresceram, Solange conseguiu retomar os estudos, mas ainda enfrenta diversas dificuldades para conseguir conciliá-lo com a sua jornada de trabalho. Em relação aos impactos provocados pela pandemia da Covid-19, Solange declarou que: “com a pandemia, foi muito difícil nos manter porque a condição social que eu tinha era diferente da que eu tenho agora. Eu tive um estabelecimento comercial que precisei fechar por conta da crise, o que me levou a precisar voltar a trabalhar para outras pessoas.”

Com o objetivo de analisar a forma com a discente participou do processo seletivo para ingressar no ensino superior e os principais desafios enfrentados para permanecer na Educação Superior pública, principalmente durante a pandemia da Covid-19 no período de 2020 a 2022, ela relatou que: “Para entrar na faculdade, utilizei a política de cota racial e também, como era durante a pandemia, a minha faculdade selecionou os estudantes por meio do histórico escolar do Ensino Médio porque não havia como fazer o vestibular por conta da falta de estruturas adequadas. Então analisaram todas as notas do histórico do Ensino Médio para organizar a classificação dos alunos”.

Ao perguntarmos se na instituição de Ensino Superior em que Solange estuda existe alguma política de assistência e permanência estudantil, a discente respondeu: “Não existe nenhum tipo de política que possa ajudar as pessoas a permanecerem na faculdade”. Para garantir a permanência estudantil, a discente alerta que: “É complicado falar sobre necessidades, porque cada estudante possui uma necessidade diferente. Por ser uma faculdade pública, do Estado, que não tem nenhum custo mensal, vejo que a questão

financeira é algo que mais pesa, principalmente na questão de transporte e no fornecimento de materiais de estudo. Eu acho muito importante que haja bolsas e auxílios socioeconômicos, porque nem todo mundo tem condições de trabalhar ou de estar trabalhando naquele momento. O que sempre colocamos em primeiro lugar é a alimentação, porque uma pessoa que não está bem alimentada não possuirá condições de prosseguir com os seus estudos. E às vezes também existem conflitos de horários de trabalho que fazem com que as pessoas tenham que escolher entre trabalhar para comer ou estudar. Dessa forma, qual vai ser a prioridade dela? Com certeza será de trabalhar para garantir a sua alimentação. Os auxílios, portanto, seriam muito importantes, principalmente porque muitas famílias não apoiam os seus filhos nos estudos, porque consideram o trabalho algo mais importante do que estudar, em especial, pessoas pretas que sempre são desfavorecidas nesses espaços da educação”.

No que diz respeito às condições para a participação das atividades complementares em sua graduação, Solange declarou: “eu participava de um Diretório Acadêmico, mas como estava conflitando com os horários de trabalho e de transporte - ônibus ou carona para chegar na faculdade - precisei deixar a atividade, mas fiquei à disposição para ajudar quando há alguma organização de evento, buscando estar sempre presente quando possível. Eu queria muito poder participar ativamente”.

Ao perguntarmos se Solange já presenciou ou foi vítima de algum tipo de preconceito e/ou discriminação na instituição de ensino superior em que estuda, ela realizou o seguinte comentário: “Eu nunca sofri, mas uma pessoa de convívio na minha sala sofreu e se sentiu constrangida. Ela possui deficiência visual, e por isso, ela precisa de uma tutora em alguns momentos, como na realização de provas e no acompanhamento de algumas matérias específicas. A aluna se sentiu prejudicada na realização de uma avaliação devido a forma com a professora responsável pela aplicação se portou em relação a ela, se sentindo hostilizada. Além disso, na realização de algumas atividades, a tutora não estava presente para auxiliar a aluna, e por isso ela acabou sendo responsabilizada pelo atraso na entrega da tarefa sem que fosse dada a devida atenção às suas necessidades. Todas as pessoas de uma minoria apresentam dificuldades, uma pessoa com algum tipo de deficiência possui limitações. E quando essa pessoa entra numa universidade, ela ingressa sendo uma pessoa diferente e, principalmente, é enxergada como sendo diferente [...] A instituição carece de infraestrutura e materiais didático- pedagógicos adequados. Como estudamos no segundo andar, a aluna com deficiência visual precisa descer para ir ao banheiro, sem existir nenhuma

rampa de acesso ou indicação no chão. Problemas com esses são um grande desafio para quem vivencia essa realidade”.

Durante a entrevista, Solange comentou que não se sente representada em sua faculdade: “Eu creio que, enquanto sendo uma mulher, preta e de trinta e sete anos - porque a faixa etária universitária predominante varia entre 20 e 21 anos de idade - isso influencia bastante. Em toda a minha graduação, não tive nenhuma professora preta que me representasse. Não existe nenhum ponto de representatividade dentro da minha faculdade. A maioria das pessoas que estão nesses espaços são brancas. Olhando de maneira ampla, no Brasil, a maioria das pessoas são negras, e essa parcela é a maioria da população carcerária. Na faculdade, a maioria das pessoas pretas podem ser encontradas somente nas áreas de serviço, como segurança e limpeza, mas em cargos na secretaria, docência e diretoria, elas praticamente não existem”.

Ao perguntarmos se a pandemia teria afetado a permanência de Solange na faculdade, a discente apresentou a seguinte opinião: “A pandemia afetou a nossa turma bastante. Muitas pessoas não tinham acesso à *internet*, computadores em suas casas, além da necessidade de cuidarem dos seus filhos. Isso levou muitas pessoas a interromperem ou até mesmo saírem do curso durante a pandemia”. Solange também alegou que a pandemia afetou a sua saúde mental: “No início foi complicado, principalmente por não saber ao certo quais cuidados seriam precisos tomar e por ver muitas pessoas morrerem. Eu e os meus familiares fomos contaminados pela Covid-19, fiquei com muito medo de perder o meu irmão. Então todos nós nos sentimos muito fragilizados nesse período”.

Perguntamos se Solange pensou em abandonar o seu curso em decorrência de alguma necessidade ou problema pessoal. Ela informou que: “embora tenha sido difícil, não pensei em abandonar por ser algo fortemente firmado na minha cabeça, porque se trata de algo que eu já deveria ter feito antes, mas devido às minhas condições financeiras e necessidades, precisei interromper. E eu só sigo firme porque se trata de uma faculdade pública, porque se eu precisasse pagar o meu curso, eu teria que parar de estudar por questões financeiras”.

No que concerne à adesão às aulas remotas, Solange informou que: “Nessa questão, a faculdade teve um cuidado de preparar uma plataforma específica para estudos. Não se tratava de aulas via *Google Meet*, mas de uma plataforma didática adaptada para todas as atividades. Entretanto, como nem todos os alunos tinham acesso a um computador, eu vejo que estudar pelo celular foi algo horrível e prejudicial”.

Ainda em relação às aulas remotas, perguntamos se Solange possuía espaços e condições adequadas em sua residência para estudar e participar das aulas *online*. A discente comentou que: “O espaço era improvisado e adaptado, mas ficava próximo à TV da sala, o que acabava influenciando na minha concentração, então eu precisava pedir para que fizessem silêncio e que diminuíssem o volume da TV. Por isso, eu prefiro estar presente na sala de aula”.

Por último, pedimos para que Solange comentasse o que ela acredita que seja necessário para que a universidade se torne um espaço inclusivo e diversificado no aspecto social, cultural e étnico/racial. De acordo com a discente, “as pessoas precisam começar a enxergar o outro de maneira diferente, porque a maioria não possui empatia. Os grupos minoritários estão cada vez mais fadados ao esquecimento. Se a faculdade precisa ser inclusiva, então ela também precisa olhar para cada necessidade existente. Por exemplo, se possuímos em nossas faculdades pessoas com deficiência, precisamos analisar quais os tipos de deficiência elas possuem e, portanto, quais as suas particularidades, pois as necessidades de uma pessoa com deficiência auditiva não é a mesma de uma pessoa com deficiência visual ou que possui alguma limitação física. Por outro lado, olhando para a minha realidade, eu sendo uma mulher preta, mãe, que estudou a vida toda em escola pública e com quase quarenta anos de idade, também preciso que olhem quais são as minhas necessidades. Eu tenho filhos, trabalho, tarefas domésticas etc. Então nessas condições, por exemplo, seria interessante passar um trabalho com prazo de dois dias para fazer a entrega no meio de semana? Qual será o tempo que precisarei me dedicar para realizar o trabalho? Ele seria realizado na madrugada? Para que depois, ainda na madrugada, eu precise acordar para ir trabalhar?”.

A discente também nos alerta para uma questão muito importante no que diz respeito ao trabalho multidisciplinar e à realização de mediações para compreendermos como as relações complexas se particularizam em cada realidade social: “É muito importante que a universidade olhe e entenda o público que ela está atendendo. Esse seria um dos primeiros passos para que a permanência pudesse ser efetivada nas universidades. Caso contrário, ela tenderá somente a excluir ao invés de incluir esses segmentos sociais. Quando falamos que a faculdade já é diversa por possuir pessoas mais velhas, brancos, pretos e pessoas com deficiência, por exemplo, nós deixamos de olhar para as suas particularidades e necessidades para que de fato se sintam incluídas nesses espaços. Na minha faculdade, por exemplo, não há profissionais de Serviço Social e Psicologia para contribuir com a assistência estudantil,

restando somente à coordenação que, infelizmente, não conseguem atender todas as demandas estudantis, fazendo com que os estudantes desistissem do seu curso”.

A partir dos dados e opiniões apresentadas pelos/as discentes durante a aplicação dos questionários semiestruturados e no desenvolvimento da pesquisa de campo, faz-se necessário salientar que a política de assistência estudantil precisa ser apreendida enquanto política pública indispensável para a defesa do direito de acesso, permanência e conclusão da graduação em todas as instituições de ensino superior pública no país.

É possível compreender que diversas demandas e necessidades foram intensificadas durante o quadro de crise estrutural e sanitária da Covid-19, principalmente quando analisadas no âmbito das realidades e condições de vida dos/as discentes das camadas populares urbanas. Nesse sentido, a assistência estudantil apresenta um papel central nos diversos espaços das universidades, em especial, por oferecerem condições básicas indispensáveis para a participação das atividades acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão, além da formação e capacitação qualificada.

4.3 Dar Visibilidade aos/às Invisíveis: direções sociais e estratégicas para tornar as universidades públicas mais inclusivas e diversificadas sócio-étnico-culturalmente

Os resultados e os depoimentos compartilhados pelos/as discentes nos permitem tecer algumas considerações e questionamentos necessários para a defesa da universidade pública e socialmente referenciada. Durante as divulgações nas salas de aula e, a partir das participações no preenchimento dos questionários *online*, não foi possível identificar nenhum/a discente com faixa etária superior a 30 anos de idade ou que tenham participado da modalidade EJA. Ao mesmo tempo, não foi possível identificar no curso nenhuma discente travesti para poder compartilhar a sua experiência vivenciada na universidade. Nem mesmo foi possível encontrar discentes com deficiência, povos indígenas e quilombolas. Assim, é possível concluir que a comunidade acadêmica ainda possui um perfil

socio-étnico-cultural predominante de discentes que conseguem acessar, permanecer e concluir a Educação Superior pública.

No curso de Serviço Social da UNESP Campus de Franca/SP onde foi realizada a pesquisa de campo, foi possível constatar que a maioria dos/as discentes eram brancos/as e cisgêneros, e que esses/as discentes foram o mesmo perfil estudantil que indicaram não ter vivenciado nenhum tipo de preconceito e/ou discriminação por classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade, além de se sentirem representado/as nos espaços da universidade em que estudam.

A partir dessas análises, é importante que tais reflexões sejam apreendidas no centro da relação existente entre os conceitos de consubstancialidade e coextensividade, uma vez que permitem compreender a forma como a dinâmica complexa e contraditória das ações de violência e de repressão reproduzidas pelo aparelho do Estado, pelas matrizes religiosas e pela sociedade civil atingem desigualmente mulheres, negros/as, indígena, quilombolas, pessoas com deficiência e a comunidade LGBTQIAPN+.

Nessa perspectiva, é importante que haja uma apreensão crítica acerca das estruturas que reproduzem as desigualdades demarcadas por um sistema capitalista que reproduz e naturaliza discursos preconceituosos, discriminatórios e de fundamentalismos religiosos que fragilizam as bases de sustentação da laicidade do poder público. Para tanto, a análise dos reflexos das desigualdades sociais não eliminam a sua dimensão individual, mas estas estão diretamente condicionadas às categorias de classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade.

Tais fatores são indispensáveis para o entendimento de que a influência das estruturas do cis-heteropatriarcado e do racismo estrutural não são originárias de um plano ideal, mas historicamente construídas no interior do sistema capitalista de produção e exploração ampliada. Com base no aporte teórico da teoria social de Marx, as desigualdades sociais podem ser analisadas por meio das relações antagônicas existentes entre as classes sociais, sobretudo, pela contradição entre capital e trabalho.

Um dos desafios para o marxismo tem sido o de incorporar a complexidade e as dimensões de conflitos que foram surgindo com a modernidade, gerando diversidade de sujeitos políticos e conformando manifestações variadas de subjetividade e interesses, com dimensões políticas específicas. (Araújo, 2000, p. 70).

As transformações sócio-históricas no campo econômico, político, social e cultural revelam que as relações de produção e exploração intensificaram e ganharam novos contornos na atual conjuntura societária, uma vez que a realidade brasileira contemporânea

encontra-se dominada por um neofascismo que se alimenta de vidas humanas e que estabelece relações hierárquicas de poder e de exploração por uma elite econômica ocidental, branca, heterossexual e cisgênero. Nessa perspectiva, as categorias de classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade não podem ser apreendidas de maneira isolada, principalmente por estarem dialeticamente indissociáveis entre si.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, conforme disposto em seu Artigo 204, a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, apresentando como objetivo principal a redução das desigualdades sociais em busca por maior acesso, permanência e qualidade do ensino. Entretanto, ainda existem vários desafios a serem enfrentados para a análise e planejamento de políticas públicas destinadas à promoção do direito à Educação Superior pública, universal, de qualidade, laica, que respeite a diversidade e que seja capaz de construir espaços de maior representatividade para reafirmação da identidade estudantil.

Sem a efetivação do direito de acesso às políticas de assistência estudantil, tudo o que é público tende a torna-se privado e, somadas a esses desafios, o cenário pandêmico da Covid-19 contribuiu para esse processo de privatização por meio da suspensão das aulas presenciais, fazendo inclusive com que os restaurantes universitários fossem fechados.

A crise sanitária também fez com que os auxílios estudantis se tornassem ainda mais seletivos e com valores insuficientes para atender todas as necessidades dos/as discentes, principalmente em relação às despesas relativas à moradia, alimentação, saúde, transporte e materiais didáticos para prosseguirem com os estudos na graduação.

Dentre os principais desafios mencionados, observa-se que, no que concerne à promoção da saúde dos/as discentes e de toda a comunidade estudantil, ainda existem muitas demandas por atendimento e agendamento de consultas nos hospitais universitários que sofrem com a precarização dos seus serviços. Além disso, a comunidade acadêmica tem manifestado a falta e/ou insuficiência de psicólogos/as para atendimento da saúde mental e de assistentes sociais que atuam no âmbito da política de permanência estudantil de discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Outro desafio enfrentado principalmente pelos/as discentes diz respeito ao aumento da aplicação de tarifas dos transportes públicos coletivos, responsáveis por limitar a oferta de passagens suficientes para os/as estudantes e que acabam restringindo os meios de acesso à cidade e a participação efetiva das atividades complementares realizadas pela universidade em que estudam.

Os resultados analisados da pesquisa de campo também tornaram evidente que, com a adoção do ensino remoto e o incentivo à adesão do EaD pelos grandes oligopólios privados do ensino superior, a realidade e o meio social dos/as discentes foram marcadas por relações de desigualdade para a sua permanência na universidade, principalmente em decorrência da falta de recursos financeiros, acesso à *internet*, espaços e estruturas adequadas em suas residências para conseguirem estudar e concluir o ano letivo. Somados a esses fatores, é notório que as constantes crises de ansiedade, estresse, depressão, a falta de metodologias adequadas para ministrar as disciplinas e a precarização do ensino resultaram, no auge da pandemia da Covid-19, no aumento do número de evasão e repetência em todas as Etapas e Níveis da educação.

Em relação à Educação Superior pública, o cenário pandêmico instalado na sociedade brasileira apenas contribuiu para que as instituições de ensino superior privadas tornassem mais atrativas, fator este responsável por causar maior endividamento dos/as discentes em relação aos custos com as mensalidades dos seus respectivos cursos, além da implementação de metodologias de ensino defasadas que carecem de fundamentação teórica e reflexiva, sem dialogar com os/as discentes para a construção coletiva do conhecimento crítico.

A ameaça privatista do ensino superior também afetou estudantes inseridos no mundo do trabalho, haja vista que as consequências agravadas pela crise econômica e sanitária da Covid-19 apenas intensificaram as relações de exploração do capital humano por meio de trabalhos informais, esporádicos, temporários, desprotegidos e com baixos salários.

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de analisar os principais impasses enfrentados pelas discentes que são mães e que chegam a enfrentar uma tripla jornada de trabalho, o que torna ainda mais difícil a garantia da sua permanência na universidade. Muitas instituições de Educação Superior, sejam públicas ou privadas, não possuem ou dispõe de creches suficientes para atender toda a comunidade acadêmica em período integral. Por essa razão, é importante que os auxílios concedidos pelo PNAES não excluam esse perfil estudantil, mas que seja capaz de atender às necessidades das discentes que possuem filhos/as.

A moradia estudantil também tem apresentado diversas barreiras para a garantia da permanência estudantil para todo o corpo discente que precisa mudar de cidade para cursar a graduação, principalmente devido à expansão das especulações imobiliárias que fazem com que as cidades apresentem maiores custos de vida e do recorrente desfinanciamento das políticas públicas que foram intensificadas durante o período pandêmico.

De acordo as análises de Bravo e Costa (2012, p. 137), por envolver a capacidade de mobilização dos recursos arrecadados pelo Estado e possuir relevância na articulação das políticas sociais, o fundo público passa a ser apropriado enquanto instrumento indispensável para a reprodução ampliada do capital e de seus padrões de acumulação, configurando-se enquanto espaço de disputa política.

O processo de organização, planejamento e gestão das universidades não podem deixar de atender às necessidades presentes no âmbito da política de assistência estudantil, especialmente no que concerne ao controle do orçamento destinado para a sua manutenção, com o intuito de conferir maior transparência em relação aos gastos públicos no âmbito das instituições de ensino superior públicas.

Mas para que medidas como essas possam ser atendidas de maneira efetiva, é importante que o protagonismo dos movimentos estudantis e das organizações coletivas estejam articulados para a defesa de uma universidade que caminhe contra o movimento de expulsão de discentes das classes populares urbanas que ainda está em curso nas instituições do país. É a luta da organização coletiva estudantil, dos/as profissionais que atuam na educação e da classe trabalhadora que será capaz de fornecer insumos para o enfrentamento das ameaças de sucateamento, desmonte e mercantilização sem precedentes da Educação Superior pública no país.

Se as universidades públicas são construídas pela classe trabalhadora, então a essa classe social os seus serviços também precisam ser ofertados. As etapas de acesso aos espaços das universidades já apresentam um marco de desigualdade alarmante, uma vez que os/as estudantes que desejam ingressar na universidade precisam passar pelo funil social de caráter elitista e excludente dos vestibulares. Esse processo seletivo constitui um dos instrumentos centrais que constroem o perfil predominante de quem acessa a Educação Superior pública, principalmente pelo fato dos/as estudantes das periferias urbanas não terem acesso à educação de qualidade e em condições de igualdade em toda a sua trajetória escolar.

Nesse sentido, não podemos nos conformar com o quadro de contrarreformas e dos retrocessos históricos no âmbito da educação no país. É importante que haja maior investimento do orçamento público para a implementação de políticas públicas, de modo a reafirmar o seu papel intersetorial na garantia de maior qualidade em todas as Etapas e Níveis da educação nas redes públicas de ensino.

Com o objetivo de contribuir para a defesa do direito à educação nas redes públicas de educação básica e para a promoção do bem-estar social de professores/as, estudantes,

familiares, direção e toda a equipe técnica, foi apresentado o projeto de regularização da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que propõe com que as redes públicas de educação básica contem com serviços de psicologia e serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais no âmbito dos estados e municípios, de forma integrada e qualificada

De acordo com os indicadores sociais publicados no dia 28 de janeiro de 2021 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no ano de 2019, cerca de 2,1 milhões de estudantes foram reprovados/as no país, mais de 620 mil abandonaram as instituições de ensino e mais de 6 milhões apresentavam distorção de idade e série. Durante a pandemia da Covid-19 e a partir da adoção de medidas de isolamento social, observa-se que esse grupo de estudantes enfrentaram as maiores dificuldades para permanecerem nas escolas, fato este responsável por agravar ainda mais desigualdades no país. Em 2020, mais de 5,5 milhões de crianças e adolescentes não tiveram condições para realizar as atividades escolares em decorrência da falta de espaços adequados em suas residências para estudar, dificuldades financeiras e suspensão das atividades escolares por período indeterminado

As ações interdisciplinares de psicólogos/as e assistentes sociais nas redes de ensino possuem um importante papel e responsabilidade social para o fortalecimento das condições de permanência na educação e para a defesa do bem-estar social de toda a comunidade escolar. O trabalho realizado pelas equipes multiprofissionais também contribuem para a manutenção da saúde mental, o desenvolvimento da criatividade e das relações interpessoais, a construção de espaços educacionais mais plurais e inclusivos, além do incentivo à capacitação e formação continuada de todo o quadro de profissionais da educação.

Medidas como essas são imprescindíveis para que todas as Etapas e Níveis de ensino sejam de qualidade e em condições de igualdade para toda a comunidade escolar, de modo a incentivar a participação popular nos diversos espaços da educação. Concomitantemente, o processo participativo também deve ser apreendido enquanto um processo educativo, capaz de organizar e mobilizar a classe trabalhadora na construção de sua hegemonia, cuja dimensão educativa encontra-se articulada à perspectiva coletiva de classe social.

No âmbito da Educação Superior, faz-se necessário avançar na luta pela reafirmação de um projeto de universidade popular e democrático e que seja capaz de assegurar políticas públicas, principalmente políticas de cotas e de ações afirmativas que atendam todas as necessidades e reivindicações de discentes das camadas populares com vistas à transformação social no país. Trata-se, de maneira geral, do trabalho coletivo para construir

e consolidar um projeto de educação política, social e cultural, com a participação dos diversos movimentos e organizações coletivas de resistência do país.

Diante das reflexões realizadas, é possível compreender que a política de cotas consiste em uma importante política pública para reparação histórica das desigualdades de acesso nas instituições de Educação Superior pública do país. Recentemente, a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) apresentou um Projeto de Lei ⁸ para a implementação nas Universidades Federais de cotas para travestis e transexuais, a fim de ampliar as oportunidades de acesso na universidade por esse segmento social.

A deputada salienta que, mesmo representando dois por cento (2%) da sociedade brasileira, travestis e transexuais correspondem apenas a faixa de 0,1% e 0,3% das pessoas que conseguem acessar as Universidades Federais. O referido Projeto de Lei atua para combater as contradições históricas que atingem as condições de vida desse segmento social, principalmente por ainda fazerem parte das estatísticas e dos indicadores associados à prostituição, violência e morte. A implementação da medida para a conquista do diploma universitário representa um importante progresso para que travestis e transexuais saiam das ruas e realizem o sonho de independência econômica e empregabilidade.

Atuando em articulação com diversas organizações⁹, coletivos estudantis trans (graduação e pós-graduação) e movimentos trans e travestis da sociedade civil, o projeto também estabelece medidas que contribuem para a defesa e reafirmação da identidade, acesso, permanência e inclusão desses grupos nos espaços acadêmicos. A parlamentar afirmou que a medida é semelhante à Lei de Cotas Raciais que está em vigor desde 2012 e que prevê a reserva de cinquenta por cento (50%) das vagas para pessoas autodeclaradas pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de redes de ensino públicas. É preciso enfatizar que as políticas de cotas e as ações afirmativas contribuem significativamente para a reversão do quadro de universidades desiguais, seletivas e focalizadas. Pode-se identificar que diversas iniciativas passaram a ser adotadas com o objetivo de implantar políticas públicas no âmbito da Educação Superior pública,

⁸ O Projeto de Lei foi apresentado ao Congresso Nacional pela deputada no dia 18 de julho de 2023. A medida propõe a reserva de cinco por cento (5%) das vagas em Universidades Federais e demais instituições federais de ensino superior para o acesso de pessoas trans e travestis. (CARTACAPITAL ONLINE, 2023).

⁹ Dentre as organizações que participaram na elaboração do referido Projeto de Lei, pode-se citar: Equi – empregabilidade trans e LGBQIA+, Grupo de Estudos em Direito e Sexualidade – FDUSP, Núcleo de Consciência TRANS Unicamp, Trans Enem Poa, Rede de Estudantes Trans e Travestis Organizadas da UERJ, Coletivo Intertransvestigênera Xica Manicongo da USP, Coletivo Transpassando, Conselho LGBT de Fortaleza, Revista Estudos Transviades, Coletivo LGBTQIAPN+ Dandara dos Santos, Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, Corpos Trans da USP, Coletivo TransUFBA, Rede Transvestis UFFianas e DCE UFF Fernando Santa Cruz. (CARTACAPITAL ONLINE, 2023).

interpretadas enquanto instrumentos de democratização de acesso, permanência e conclusão para a conquista do diploma universitário.

Não obstante, em meio a alguns avanços e conquistas históricas, ainda nos deparamos com constantes retrocessos e discursos falaciosos que atacam diretamente o papel de educadores/as e o significado social da educação no Brasil, abrindo espaço para a disseminação da cultura do fracasso escolar.

Além disso, os/as profissionais da educação e, especialmente a profissão docente, também precisam voltar a serem valorizados, principalmente pelo fato do Brasil apresentar diversos impasses nas contratações de docentes, com regimes fragmentados, suspensão de concursos públicos, condições precárias de trabalho e baixos salários.

Durante a participação em um evento a favor do porte de armas, o deputado federal, Eduardo Bolsonaro (PL- SP), comparou o trabalho de professores/as a traficantes de drogas, reiterando a doutrinação nas instituições de ensino no país como algo mais grave do que o aliciamento para o tráfico¹⁰. Após as repercussões causadas pelo pronunciamento do deputado, o ministro da Justiça, Flávio Dino, determinou que a Polícia Federal analise o discurso para identificar a existência de crimes, apologias a atos criminosos ou incitações. Trata-se de um discurso falacioso que alimenta o pensamento ideológico da extrema direita ao atacar a construção de conhecimentos críticos dos/as profissionais da educação, a fim de cercear a liberdade de expressão e pensamento que ameaçam o regime neoliberal.

Conforme divulgado no site da Revista Terra *Online* no dia 20 de abril de 2023, o regime neoliberal também avançou no âmbito da Educação Superior pública com diversas medidas de congelamento do orçamento público durante os últimos anos, porém os cortes nas universidades alcançaram um nível alarmante durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), que em 2022 chegou a bloquear mais de R\$ 3 bilhões dos recursos financeiros destinados à manutenção das universidades públicas. Os sucessivos cortes no orçamento afetaram gravemente docentes, discentes, pesquisadores/as, a oferta de bolsas de estudo e o próprio funcionamento das instituições.

No mês de outubro de 2022, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) apresentou uma carta assinada em conjunto com os

¹⁰ O discurso ocorreu em Brasília-DF, durante um ato na Esplanada dos Ministérios, no dia 9 de julho de 2023. O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) informou que irá ingressar com uma representação no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados contra o deputado Eduardo Bolsonaro. (CNN BRASIL, 2023).

reitores indicando que o bloqueio realizado pelo governo federal de mais de R\$ 320 milhões colocava todo o funcionamento das instituições de ensino superior públicas em risco.

Medidas como essas que foram implantadas pela gestão do governo direitista demonstram que a educação fora fortemente negligenciada e apropriada enquanto um instrumento de guerra cultural e ideológico, marcada principalmente pela crise na oferta de serviços públicos, casos de corrupção e trocas constantes de ministros em um período de crise sanitária que exigia a adoção de medidas imediatas para o país.

Ainda de acordo com a Revista Terra *Online*, contrariando as medidas de congelamento do orçamento público destinados ao ensino superior público, o ministro da educação do atual governo do presidente Lula (PT), Camilo Santana, divulgou no mês de abril de 2023 que o governo federal irá destinar R\$2,44 bilhões para o orçamento de universidades e institutos federais. Durante uma reunião realizada em Brasília/DF com as reitoras e reitores das instituições federais, o ministro afirmou que estão avançando na reconstrução do ministério, recompondo as estruturas orçamentárias e as políticas do país. Conforme o pronunciamento do referido ministro da educação,

"Temos o enorme desafio de melhorar a qualidade e formação inicial dos professores do ensino básico, melhorar a qualidade de aprendizagem na questão da coletividade, do acompanhamento e da autorização dos cursos de ensino superior do nosso País, sejam públicos ou privados". (Terra *Online*, 2023, n.p.).

As principais medidas a serem adotadas pelo atual governo no âmbito da educação brasileira estabelecem, dentre outras prioridades, a necessária reconstrução dos espaços de participação social nas deliberações das políticas de educação, a compra de livros e materiais didáticos suficientes para o atendimento da demanda estudantil, a retomada de políticas para a primeira infância, projetos de alfabetização, alimentação escolar ¹¹e valorização dos/as profissionais da educação. Além dessas ações contribuírem para a qualidade na conclusão de todas as Etapas e Níveis da educação pública, observa-se que, no âmbito da Educação Superior pública, serão realizados projetos de revisão das bolsas de pesquisas, além da inclusão e acessibilidade de grupos historicamente excluídos dos espaços das universidades.

Outro aspecto crucial para a reversão das disparidades de ensino e aprendizagem anunciado pelo novo governo na área da educação diz respeito à necessidade de organização

¹¹ O Brasil sofre diariamente com o aprofundamento das desigualdades, retornando para o mapa da fome. A oferta da merenda escolar no ensino fundamental e médio consiste em um importante programa de segurança alimentar. Portanto, as ações de cortes no orçamento destinado à merenda escolar precisam ser revisadas com urgência para que esse cenário possa ser revertido, afirmam especialistas. (BBC News Brasil São Paulo, 2022).

da coordenação nacional para recuperação do nível de aprendizagem devido a sua precarização ocasionada pelo fechamento das escolas durante a pandemia.

Segundo a publicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o perfil estudantil mais prejudicado pela crise sanitária da Covid-19 foram os/as estudantes que estavam na etapa de alfabetização. Em setembro de 2022, o canal de reportagem do jornal O Globo informou que o número de crianças que ainda não sabiam ler e escrever no final do segundo ano do ensino fundamental saltou de quinze por cento (15%) em 2019 para trinta e quatro por cento (34%) em 2021.

A nova gestão do governo Lula também enfrentará vários desafios com o Novo Ensino Médio e o novo Enem - anteriormente apresentado pelo (ex) governo direitista de Jair Messias Bolsonaro em março de 2022, que também precisarão ser revisados, principalmente no que diz respeito às matrizes de referência para a elaboração de novos modelos de provas a serem aplicados. Dessa forma, o referido exame possui um importante papel social na vida dos/as estudantes, principalmente para conseguirem conquistar uma vaga em universidades públicas. Assim, a questão do Enem ultrapassa os limites impostos pela educação brasileira, podendo ser igualmente apreendida enquanto uma questão social.

A participação social deve, portanto, recuperar a centralidade do seu papel político nas etapas de elaboração das políticas de educação na nova gestão federal. Em 2019, diversos comitês e comissões foram extintos, como o Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o aperfeiçoamento de conselhos em funcionamento, como o Conselho de Acompanhamento e de Controle Social do Fundeb, além da criação de novos conselhos, a exemplo do Conselho Consultivo de Regulação, Avaliação e Supervisão da Educação Superior. (BBC News Brasil São Paulo, 2022, n.p.).

Além disso, é necessário que o Fórum Nacional de Educação (FNE) seja um espaço de construção de diálogo e elaboração de propostas efetivas para a promoção de políticas educacionais, a coordenação das conferências de educação e apresentação de ações para o desenvolvimento do novo Plano Nacional de Educação 2025-2034.

Essas medidas precisam ser acompanhadas pela recomposição do orçamento público para o seu financiamento, a fim de combater o movimento de expulsão de jovens das classes populares urbanas das universidades e recuperar o seu interesse pela Educação Superior pública. Conforme divulgado pela jornalista Thais Carrança no dia 28 de dezembro de 2022 por meio do jornal BBC News Brasil São Paulo, o número de inscrições para a realização do

Enem - principal forma de ingresso ao ensino superior - tem caído cada vez mais nos últimos anos, caindo de 8,6 milhões em 2016 para 3,4 milhões em 2022.

Segundo o estudo realizado pelo IBGE sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, observa-se que o número de estudantes pretos e pardos inscritos para o Enem também foi reduzido, caindo de cinquenta e oito por cento (58%) em 2019 para aproximadamente cinquenta e dois por cento (52%) em 2021.

O reajuste das bolsas de pesquisa científica também precisa ser priorizado no âmbito da política de Educação Superior, com o intuito de fomentar a produção do conhecimento e assegurar melhores condições de permanência estudantil. De acordo com a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), desde 2013 as bolsas de pesquisa não sofreram reajustes, com valores pagos de R\$ 1.500,00 (mestrado) e R\$ 2.200,00 (doutorado), quando na verdade deveriam atualizar os valores pagos que variam entre R\$ 2.600,00 (mestrado) e R\$ 3.800,00 (doutorado).

Nessa perspectiva, a valorização da produção de pesquisas científicas no país precisa ser priorizada pelos investimentos públicos, de modo a incentivar a abertura de espaços mais inclusivos, diversificados e plurais no âmbito da educação brasileira. Contudo, “o discurso ideológico nos ameaça a anestesiarm nossas mentes, confunde as nossas curiosidades, distorce a compreensão dos fatos e dos acontecimentos ao nosso redor” (Freire, 1996, p.132). Não podemos nos calar. É preciso lutar contra o projeto reacionário da atual ordem social, haja vista a existência de um regime democrático frágil e de uma sociedade esfacelada, unida irônica e perversamente pela descrença da perspectiva de coletividade.

A partir da perspectiva de totalidade, urge a necessidade de fortalecer o protagonismo estudantil e os movimentos coletivos de luta e defesa das universidades que têm sido atingidas pelas consequências da crise econômica, política, social, ambiental e sanitária, intensificada pela agudização das expressões da questão social, e que caminhe em defesa dos direitos humanos e sociais historicamente conquistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os últimos anos foram marcados por uma intensidade de retrocessos sob a realidade social. As medidas e ações implementadas pelas políticas neoliberais nas diferentes dimensões da vida humana e na educação precisam ser analisadas no centro das relações sociais e antagônicas marcadas pelo espraiamento da necropolítica sob a ordem política, econômica, social, cultural, ambiental e sanitária do Brasil.

Os estudos e críticas tecidos em todo o desenvolvimento da presente dissertação de Mestrado foram orientados pela perspectiva da totalidade, segundo a qual possibilitou sair do campo de análise imediato, isto é, superficial, e alcançando o campo das mediações, capazes de apreender as estruturas responsáveis por gerarem tais processos antagônicos e contraditórios do estágio atual de desenvolvimento, reprodução e exploração do sistema capitalista contemporâneo. Os debates e discussões realizadas em toda a trajetória acadêmica possibilitaram compreender que, historicamente, a realidade brasileira passou a ser apropriada enquanto terreno fértil de ascensão da extrema direita, sustentada agora sob novas bases.

Essas novas bases precisam ser pensadas no centro da questão social, responsável por inserir as classes sociais e os projetos privados do capital no centro de suas expressões mais alarmantes da realidade social. As análises sobre a Educação Superior brasileira indicam que a sua gênese, expansão e papel social foram e continuam sendo regidas por padrões específicos de sociabilidade implantados pela dominação burguesa, principalmente por fazerem uso da força e do poder ideológico para a expansão dos seus interesses privados sob a vida de estudantes, familiares, profissionais da educação, e dentre outras instituições sociais.

Nessa perspectiva, a sociabilidade construída no século XXI possui novas bases de sustentação que se manifestam de diferentes formas, tanto pelas intervenções policiais e militares do Estado da morte quanto pelas exigências por um sistema educacional de qualidade, desde que a sua formação e qualificação sejam rentáveis para o mercado financeiro internacional. Em todas as Etapas e Níveis da educação pública é possível identificar que as principais agências de fomento passaram a impor espaços de produção competitivos e individualistas, seja nas relações de trabalho e na vida social como nas relações educacionais entre docentes, estudantes e familiares, de modo a desarticular espaços coletivos e colaborativos.

No contexto de sucessivos ataques frontais aos direitos humanos e sociais e, principalmente durante o agravamento da crise econômica e sanitária causada pela Covid-19, é notório que o avanço da extrema direita e a difusão da política neoliberal ultrarradical da gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) apenas apresentavam, em todo o seu período de governo, projetos e políticas privatistas que contaram com o apoio do populismo direitista, além das principais frentes dos grupos paramilitares privados, milicianos e fundamentalistas que compõem predominantemente as bancadas no Congresso Nacional e os espaços das instituições de ensino superior do país, além de construir um novo significado social para a Educação Superior pública.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou em novembro de 2022 os dados do Censo da Educação Superior 2021, que confirma a expansão da modalidade do EaD no Brasil. Em 2021, o número de ingressantes em cursos superiores de graduação à distância apresentou um aumento significativo de quatrocentos e setenta e quatro por cento (474%), enquanto o número de ingressantes em cursos presenciais caiu mais de vinte e três por cento (23,4%). Ainda em 2021, durante a pandemia da Covid-19, o acesso ao ensino superior por meio de EaD cresceu mais de sessenta e dois por cento (62,8%). O Censo também divulgou que, nesse período, mais de 1,3 milhão de estudantes concluíram cursos de graduação. Desse total, mais de oitenta e três por cento (83,5%) dos/as estudantes concluíram o curso em instituições de ensino superior privadas, enquanto cerca de dezesseis por cento (16,5%) concluíram em instituições de ensino superior públicas.

Com isso, aproveitando-se dos impactos e consequências agravadas pelo cenário pandêmico em 2020, foi possível observar que a adesão às aulas remotas durante o isolamento social apenas serviu de combustível para que o EaD conseguisse potencializar o velho projeto educacional defendido pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), responsáveis pela popularização da educação sob um viés mercantil, terciário, com formação aligeirada e mediada pela transplantação de conhecimentos e recursos tecnológicos dos países centrais e dominantes.

Nesse sentido, o projeto de educação domiciliar ameaça as bases da educação emancipadora, uma vez que esta pressupõe a necessidade de trocas, relações dialógicas entre os sujeitos em oposição à perspectiva de formação individualista.

Dentre as principais medidas da ideologia ultraliberal implementadas, destacamos além do EaD, o programa Reuni Digital (RD) e o projeto “Future-se” que, além de atacar a qualidade do ensino com o desfinanciamento das políticas públicas educacionais, também

refletiram sobre as condições de trabalho da categoria docente, resultando na redução dos seus salários, na suspensão de concursos públicos, no esgotamento físico e mental, além da precarização da infraestrutura das instituições de ensino superior e dos seus equipamentos e recursos tecnológicos.

Os resultados obtidos pela pesquisa de campo e pelos estudos bibliográficos nos permitem compreender que, para que o atual cenário de desfinanciamento, desmobilização e privatização da Educação Superior pública possa ser revertido com vistas à garantia do acesso, permanência e conclusão qualificada de jovens das periferias urbanas, urge a necessidade de serem elaboradas direções sociais e estratégicas que permitam com que o papel social das universidades façam sentido para classes sociais, e principalmente na vida real da classe trabalhadora. A educação, em todas as suas dimensões emancipadoras, precisa aproximar-se da nossa realidade social e estar presente na vida cotidiana.

No horizonte ainda é possível identificar em curso um conjunto de contrarreformas no âmbito da Educação Superior públicas, privilegiando a formação técnica para inserção de uma mão de obra barata no mercado de trabalho, além do movimento de refuncionalização da responsabilidade pública do Estado e dos crescentes desafios para a recomposição das políticas públicas e dos projetos de educação popular e emancipadora para o país.

Desde a proposta de Reforma do Ensino Médio aprovada pelo governo do ex-presidente Michel Temer em 2017, foi possível analisar que a conclusão da etapa da educação formal representa um dos principais impasses para milhões de estudantes que estudam em redes de ensino público. Dessa forma, milhares de jovens não conseguirão acessar e permanecer nos espaços da Educação Superior pública por não conseguirem concluir o Ensino Médio, que encontra-se agora regido por estruturas de ensino e aprendizagem excludentes, desiguais e violentas. O incentivo à adesão ao ensino técnico tem se tornado um atrativo nos últimos anos, em especial por ser mais rentável ao setor privado ao formar estudantes técnicos que aplicam o que aprendem sem exercitar o pensamento, o engajamento analítico e crítico em determinadas situações cotidianas.

Em outras palavras, trata-se do incentivo ao investimento no próprio capital humano e da difusão de um projeto de Educação Superior fortemente influenciado por elementos e princípios conservadores do projeto Escola Sem Partido e das propostas de implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), com fortes lastros que perpassam a educação básica, implementados em comunidades com propostas militarizadas e homogeneizadoras das camadas urbanas e periféricas do país para a expansão de escolas policiaescas.

O projeto de educação brasileira ainda se encontra imerso nas inesgotáveis relações de disputas entre o modelo de educação mercantil e o projeto de educação que precisa ser construído com e para a classe trabalhadora. Não obstante, nos deparamos com o esvaziamento do sentido da educação, responsável por atacar e destruir o sentimento de desejo e a utopia de conquistar uma vaga na universidade e dispor de condições suficientes para a sua permanência e participação efetiva das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

As análises e as avaliações dos/as discentes que contribuíram para as reflexões apresentadas pelo objeto da presente pesquisa alertam para o fato das universidades terem deixado de ser uma projeção de melhoria da qualidade de vida por meio do poder ideológico de incentivo à não necessidade e ao descarte da possibilidade de formação qualificada no âmbito da Educação Superior pública.

Esta pesquisa se propôs a denunciar as principais medidas implementadas pela gestão do (des) governo Bolsonaro, ao atacar diretamente o protagonismo e a autonomia das instituições de ensino superior públicas, aliadas ao projeto genocida de destruição das políticas públicas por meio da iniciativa privada e pelo capital estrangeiro. No âmbito das universidades brasileiras, foi possível identificar que, historicamente, o seu processo de formação esteve voltado para o atendimento das elites dominantes locais.

Desse modo, compreendemos que o processo de produção capitalista dependente, assim como a sua forma particular da contrarrevolução burguesa também influenciaram diretamente a formação das primeiras universidades públicas brasileiras a partir das necessidades de manutenção da acumulação de renda, de poder e de prestígio. Logo, Florestan Fernandes (1989, p.10) afirma que a oferta da educação nesse contexto encontra-se distante de uma proposta educacional capaz de constituir um meio de emancipação coletiva dos oprimidos e de conquistas de poder pela classe trabalhadora.

No âmbito da educação brasileira, torna-se evidente que os principais alvos dos ataques desumanos e reacionários provocados pela agenda ultraneoliberal bolsonarista são os/as jovens pobres, negros/as, povos indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, a comunidade LGBTQIAPN+ e estudantes das redes de ensino públicas, e que sofrem com os reflexos do mundo do trabalho no contexto de financeirização do capital.

Diante das problemáticas apresentadas, faz-se necessário refletir sobre os limites e possibilidades da Educação Superior pública - atacadas principalmente pelas equipes integrantes do governo bolsonarista e direitista - com o objetivo de caminhar em defesa de um novo projeto de classe, isto é, de um projeto de educação interracial em toda a América Latina e sob a perspectiva emancipadora. Destarte, a educação emancipadora não é possível

na ordem do capital financeiro, pois atua na luta e no enfrentamento deste sistema perverso para o alcance de uma nova sociabilidade.

É importante que as forças de luta e resistência das organizações coletivas e estudantis atuem com a sociedade para a reversão do cenário de expulsão da classe trabalhadora dos espaços das universidades a partir da defesa do seu tripé (Ensino, Pesquisa e Extensão), de modo com que se torne acessível ao invés de excludente, com vistas à reafirmação da educação pública, anticapitalista e por um novo projeto de universidade socialmente referenciado para todos, todas e todes.

O protagonismo dos movimentos sociais e estudantis em articulação com a UNE representa a luta histórica de defesa da identidade estudantil no Brasil e da construção de uma educação gratuita e de qualidade para todos, todas e todes. As transformações na Educação Superior pública ultrapassaram várias fronteiras por meio das ações pela democratização do acesso, com a implantação do Enem e SISU. Mais tarde, foram criadas vagas e cursos superiores noturnos, além da expansão da sua estrutura física com o Reuni, mas a porta de entrada de milhões de estudantes das camadas populares urbanas e periféricas pode ser analisada a partir do PROUNI, FIES e a Lei de Cotas em instituições de ensino superior privadas e federais, destinadas para pessoas historicamente excluídas e expulsas do ambiente acadêmico.

Em última instância de análise, a promoção do direito de acesso e permanência estudantil nas universidades e o seu investimento público não são a causa do déficit fiscal, a maior desigualdade que afeta o nosso país consiste na carga tributária regressiva, responsável por tributar mais quem ganha menos e vice-versa. Com a aprovação do PNE, é preciso defendermos o financiamento previsto por meio de dez por cento (10%) do PIB e os recursos dos *royalties* do petróleo para a promoção da democratização irrestrita da Educação Superior pública no Brasil.

Assim, seguimos atuando arduamente em defesa não somente da permanência estudantil nos espaços das universidades, mas principalmente da centralidade do papel político e emancipador da educação pública brasileira e a construção de uma universidade pública, laica, popular, universal, socialmente referenciada e capaz de reafirmar a identidade estudantil sob uma perspectiva revolucionária!

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO. C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, n.11, p. 65-70. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 25 mai. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Brasília, DF: Presidência da República [2016a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc93.htm Acesso em: 25 mai. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 25 mai. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Cresce o número de matrículas no ensino à distância, aponta Censo da Educação Superior 2021**. [Brasília], 4 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/11/cresce-o-numero-de-matriculas-no-ensino-a-distancia-aponta-censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Reforma do Ensino Médio, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968.** Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP). Brasília, DF, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15537.htm. Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. Lei. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 09 ago. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Bolsa Permanência - Apresentação.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>. Acesso em: 15 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Panorama Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 8 abr. 2022.

BRASIL. Programa Nacional das Escolas Cívicas Militares. **Cartilha de orientação.** MEC: Brasília, 2020b. Disponível em: https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/cartilha_orientacao_04092019.pdf. Acesso em: 03 jun. 2023.

Bolsonaro diz que vai combater ‘lixo marxista’ nas escolas. **Revista Veja Online,** 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-vai-combater-lixo-marxista-nas-escolas>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BATTINI, O. **A pesquisa nas ciências sociais:** desafios e perspectivas. Revista Emancipação. Ano 3, n. 1, Ponta Grossa: Editora UEPG, 2003.

BOURGUIGNON, J. A. **A Particularidade Histórica da Pesquisa no Serviço Social**. 2005. 340 f. Tese (Doutorado em serviço social). Faculdade de serviço social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BARROCO, M. L.S. Não Passarão! Ofensiva neoconservador e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, São Paulo, Dez, 2015. p. 623-636.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social, fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROS, A. S. X. **Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades**. Educ. Soc., vol. 36, (131), jun. 2015.

BRAVO, M. I. S. CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan/mar. 2012.

BOUTIN, A. C. B. D.; FLACH, S. F. Disciplina, ordem e pensamento aprisionado: a lógica das escolas cívico-militares. *In*: Elenice Parise Foltran; Marli de Fátima Rodrigues (Org.). **Efeito Bolsonaro na educação: análise crítica**. Ponta Grossa: ZH4, 2023, p. 34-53.

Bandeira da União Nacional dos Estudantes. *UNE Online*, 2023. Disponível em: <https://www.une.org.br/a-une/bandeiras/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CHAUI, M. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

COSTA, M. **Cadernos Espinosanos: estudos sobre o século XXI**. Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 37, p. 147 - 170, 2017.

CISNE, M; MARA, S. M. S. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018; v.8.

CARVALHO, C. H. de A. O Prouni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação e Sociedade**, vol. 27, n. 96 – Especial: 979-1000. Out. 2006.

CARVALHO, T. K. P. de, ANASTÁCIO, P. R. de S., MARTINS, M. I. de A., & SILVA, H. H. (2020). Desigualdades sociais e escolares: perspectivas de ingresso no Ensino Superior por estudantes da EJA. **Revista Educar Mais**, 4(3), 591–605.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica: o Ensino Superior na República Populista**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1989.

COUTINHO, C. N. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo: Cortez, 2006.

CALDERÓN, A. I. **Democracia local e participação popular: a Lei Orgânica paulistana e os novos mecanismos de participação popular em questão**. Imprensa: São Paulo, Cortez, 2000.

CHEDIAK, T. K. C. **O Estado de Exceção e o Estado Democrático de Direito para além das Aparências: uma análise das políticas do ensino superior público do governo Bolsonaro**. Porto Velho, RO, 2022.

Cultura do fracasso escolar afeta milhões de estudantes e desigualdade se agrava na pandemia. **UNICEF Brasil**, 2021. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/cultura-do-fracasso-escolar-afeta-milhoes-de-estudantes-e-desigualdade-se-agrava-na-pandemia>. Acesso em: 4 nov. 2021.

CARRANÇA, T. 10 medidas emergenciais para educação que Lula deve adotar no início do mandato. **BBC News Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64105495>. Acesso em : 21 jul. 2023.

FERRARI, A. T. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw –Hill do Brasil, 1982, p.2.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1975.

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez & Editores Associados, 1989.

FERNANDES, F. A **revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, F. Discurso de Florestan na Maria Antônia. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 29, p. 8-13, mar/maio 1996.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FARAGE, E; GONÇALVES FILHO, A. **Educação Superior Pública e o Future-se: o projeto do capital em tempos de ascensão da extrema direita**. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45210>. Acesso em: 27 maio 2021.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro EPSJV/Editora UFRJ, 2010. 388 p.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa - tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GADOTTI, M. **Trabalho e Educação numa Perspectiva Emancipatória**. Florianópolis: II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica Democratização, emancipação e sustentabilidade, 2012.

GADOTTI, M. Educação de Adultos como Direito Humano. **EJA em Debate**, Florianópolis, Ano 2, n. 2. Jul. 2013. Disponível em <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA> Acesso em: 04 jun. 2023.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34, 1999.

GRAMSCI, A. Homens ou Máquinas? *In*: GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004e. p. 73 - 76.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 2**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 4**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUERRA, Y. D. A pós-graduação em serviço social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p. 125-158, jul./dez. 2011.

GUSSO, H. L. et al. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educ. Soc.** Campinas, v. 41, 2020.

GIOLO, J. **O future-se sem futuro**. *In*: GIOLO, J.; LEHER, R; SGUISSARDI, V. Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de Educação Superior e sua sujeição ao mercado. - São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020. p. 15-101.

GIOLO, J.; LEHER, R; SGUISSARDI, V. **Future-se**: ataque à autonomia das instituições federais de Educação Superior e sua sujeição ao mercado. - São Carlos, SP : Diagrama Editorial, 2020.

HERMIDA, J. F.; LIRA, J. S. **Políticas Educacionais em Tempos de Golpe**: entrevista com Dermeval Saviani. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, nº. 144, p.779-794, jul.-set., 2018.

HARVEY, D. **Condições Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

História Oral na Pesquisa em Serviço Social com Rodrigo Diniz e Maria Lúcia Martinelli. YouTube, 5 mai. 2020, 1:29 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vhgi_VyfOJQ. Acesso em: 5 mai. 2020.

INTRODUÇÃO AO MÉTODO DE MARX com JOSÉ PAULO NETTO - PPGPS/SER/UnB, 19/04/2016. YouTube, 18 mai. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8&list=RDLV2WndNoqRiq8&start_radio=1&rv=2WndNoqRiq8&t=0. Acesso em: 18 ago. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2012**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/204-10899842/19110-analfabetismo-no-pais-cai-de-115-para-87-nos-ultimos-oito-anos>. Acesso em: 12 jun. 2022.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *In*: LOMBARDI, José Claudinei et al. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

KER, J. Governo Lula libera R\$ 2,44 bilhões para o orçamento de universidades e institutos federais. **Terra Online**, 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/governo-lula-libera-r-244-bilhoes-para-o-orcamento-de-universidades-e-institutos-federais,03c858f1c0ba63353943f011fcfc6c6553ydkmfh.html>. Acesso em: 21 jul. 2023.

LUSA, M. G.; MARTINELLI, T.; MORAES, S. A.; ALMEIDA, T. P. A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 536-547, set./dez. 2019.

LIMA, K. R. de S. **Reforma da Educação Superior nos anos de contra-revolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

LIMA, K. R. de S.; MARTINS, A. S. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, L. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 43-67.

LEHER, R. Capitalismo dependiente y educación: propuestas para la problemática universitaria. In: **Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2010. p. 19-93.

LGBTQIAP+: os desafios enfrentados na sociedade e mercado de trabalho. **Conexa Saúde**, 2022. Disponível em: <https://www.conexasaude.com.br/blog/lgbtqiap/#:~:text=O%20que%20significa%20LGBTQIAP%2B%3F&text=LGBTQIAP%2B%20%C3%A9%20uma%20sigla%20que,n%C3%A3o%2Dbin%C3%A1rios%20e%20drag%20queen>. Acesso em: 25 jun. 2022.

LOPES, L. Eduardo Bolsonaro compara professores a traficantes; PF deve analisar fala. **CNN Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/eduardo-bolsonaro-compara-professores-a-trafficantes-pf-deve-analisar-fala/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MINTO, L. W. **A educação da miséria**: particularidade capitalista e Educação Superior no Brasil. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/251175/1/Minto_LaloWatanabe_D.pdf. Acesso em: 27 mai. 2022.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MUDDE, C. **A extrema direita hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOEHLECKE, S.; CATANI, A. M. Reforma e Expansão do Acesso ao Ensino Superior: balanço e proposições. In: Política para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). In:

OLIVEIRA, João F. et al. **Políticas de acesso e expansão da Educação Superior:** concepções e desafios. Brasília: INEP, 2006.

MUSTAFA, P. S. Estado Capitalista brasileiro: análise dos direitos sociais em tempos de ortodoxia neoliberal. **Revista Katálýsis**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, v. 22, n. 1, p. 100-109, 2019.

MARTINELLI, M. L.; LIMA, N. C.; MONTEIRO, A. A.; DINIZ, R. **A história oral na pesquisa em serviço social**. 1. ed. Cortez, 2019.

MAYER, R. O ovo da serpente do século XXI: crise da democracia, neoliberalismo e populismo de direita. In: Elenice Parise Foltran; Marli de Fátima Rodrigues (Org.). **Efeito Bolsonaro na educação: análise crítica**. Ponta Grossa: ZH4, 2023, p. 10-33.

MARI, C. L.; THIENGO, L. C.; MELO, S. D. G. A agenda de estado mínimo e o avanço da extrema direita no Brasil: expressões na Educação Superior. In: Elenice Parise Foltran; Marli de Fátima Rodrigues (Org.). **Efeito Bolsonaro na educação: análise crítica**. Ponta Grossa: ZH4, 2023, p. 248- 268.

MENDES, M. A.; LOUREIRO, C. R. M. J. MOREIRA, J. da R.; CABRAL, R. C. S.; DAMASCENO, A. R. O cenário político que afastou o Brasil de uma jovem democracia em história recente, afetada pelas consequências da pandemia de Covid-19. CASTRO, P. A. de; SILVA, G. C. C. da; SILVA, A. V. da; SILVA, G. da; CAVALCANTI, R. J. de S. (orgs) **Escola em tempos de conexões**. Anais Conedu, Campina Grande: Realize editora, 2022. v. 1.

NOSELLA, P. Compromisso político e competência técnica: vinte anos depois. In: ORSO, P. J. et al. (org.). **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 27-42.

NEVES, L. e FERNANDES, R. Política neoliberal e Educação Superior. In: NEVES, L. (Org.) **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002. p. 21-40.

NETTO, P; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, F. de. A face do horror. In: SILVA Jr., J. e SGUISSARDI, V. **Novas faces da Educação Superior no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999. (prefácio).

PEREIRA, L. D. **Educação e Serviço Social: da Igreja ao empresariado**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico prática**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

QUEIROZ, V. Universidade Brasileira e Fundos Patrimoniais (endowments funds): novos traços do “colonialismo educacional” e “privatismo exaltado”. In: LIMA, Kátia (org.). **Capitalismo Dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 187-207.

RODRIGUES, V.E.R; OLIVEIRA, R. C. Sujeitos invisíveis: A EJA nas ações do governo Jair Bolsonaro. In: Elenice Parise Foltran; Marli de Fátima Rodrigues (Org.). **Efeito Bolsonaro na educação: análise crítica**. Ponta Grossa: ZH4, 2023, p. 203-227.

SEKI, A. K. **Determinações do capital financeiro no Ensino Superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)**. Tese (doutorado) -Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219299>. Acesso em: 27 maio 2022.

SOBRAL, K. M.; SOUSA, N.;JIMENEZ, S. **O movimento da educação para todos e a crítica marxista: notas sobre o marco de ação de Dacar**. Revista Eletrônica Arma da Crítica, Ano 1, n.1, jan. 2009.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES). **Proposta do Andes-SN para a universidade brasileira**. 3. ed. at. e rev. Brasília: Andes-SN, 2003.

SANTOS, R. G.; MORAIS, D.A.B.C.; PIANA, M. C. Covid-19 e Pós-graduação: desafios contemporâneos para a construção do conhecimento. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 22, n. 44, p. 01-15, jul/dez. 2022. ISSN 2238-1856.

SANTOS, R. G.; PIANA, M. C. Dar Visibilidade aos Invisíveis: o mito ideológico da universidade pública “inclusiva” no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. **Anais de Artigos Completos do VII CIDHCoimbra 2022 - Volume 3 / César Augusto R. Nunes et. al.** (org.) [et al.] – Campinas / Jundiaí: Brasília / Edições Brasil, 2023. 434 p.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S.(Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, A. P. dos; CERQUEIRA, E. A. de. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes**. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2009.

SOBRAL, K. M.; SOUSA, N.;JIMENEZ, S. **O movimento da educação para todos e a crítica marxista: notas sobre o marco de ação de Dacar**. Revista Eletrônica Arma da Crítica, Ano 1, n.1, jan. 2009.

SALVADOR, E. **Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil**. Textos & Contextos (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-15, 22 dez. 2020.

SAKURADA, P. K. C. A Ideologia Burguesa na Conformação da Universidade Pública no Brasil. In: Katia Regina de Souza Lima. (Org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes**. 1ed.Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, v. 1, p. 151-164.

SILVA, L.C. Formação Inicial e Continuada nos Institutos Federais: o que está reservado para a educação dos "de baixo" *In*: Katia Regina de Souza Lima. (Org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes**. 1ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, v. 1, p. 229-244.

SILVA, A. V. V.; SANTOS, H. R.; PAULA, R. H. Os desafios enfrentados no processo de ensino e aprendizagem em tempos de pandemia nos cursos de graduação. **Educação como (re) Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos**, Maceió: Congresso Nacional de Educação, 2020.

SILVA, C. Erika Hilton propõe cotas para pessoas trans nas universidades federais: ‘É um resgate da cidadania’. **CartaCapital**, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/erika-hilton-propoe-cotas-para-pessoas-trans-nas-universidades-federais-e-um-resgate-da-cidadania/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil-1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação & Sociedade** 27, 1021-1056, 2006.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 27. ed. Campinas: Autores Associados, 1993. (Polêmicas do nosso tempo).

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. Política Educacional Brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008.

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação: o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, vol. 10, 2020.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TEER, J. V.; REIS, J. T.; GONZAGA, J. L. A.; A EJA na pandemia: iniciativas de educação remota na escola pública e o fracasso da política neoliberal. **EJA em Debate**. Ano 10, n. 18, jul./dez. 2021.

TONET, I. **Educação e formação humana**. Ideação, [S. l.], v. 8, n. 9, p. p. 09–21, 2000. DOI: 10.48075/ri.v8i9.852. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/852>. Acesso em: 21 out. 2022.

Universidade “não é para todos”, mas “somente para algumas pessoas”, diz ministro da educação. **UOL Online**, 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/universidade-nao-e-para-todos-mas-somente-para-algumas-pessoas-diz-ministro-da-educacao/>. Acesso em: 21 mai. 2023.

VALIM, R. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo: Contracorrente, 2017.

VALE, A. A. do. **“As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora”**: a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro. 2011. 325 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação

Humana, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VIANA, S. R. **Rituais de Sofrimento**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011

APÊNDICES

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO COM O TERCEIRO E QUARTO ANO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - UNESP - FRANCA/SP

1.IDADE: _____

2.GÊNERO:

- ☐ Feminino (cisgênero)
- ☐ Masculino (cisgênero)
- ☐ Feminino (transgênero)
- ☐ Masculino (transgênero)
- ☐ Feminino (transexual)
- ☐ Masculino (transexual)
- ☐ Não binário
- ☐ Outros:
- ☐ Não sei responder.

3.RAÇA/ETNIA (A presente investigação utilizou as terminologias usadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a classificação de raça/etnia):

- ☐ Amarela
- ☐ Branca
- ☐ Indígena
- ☐ Preta
- ☐ Parda

4.ORIENTAÇÃO AFETIVA E/OU SEXUAL:

- ☐ Heterossexual
- ☐ Homossexual
- ☐ Bissexual
- ☐ Pansexual
- ☐ Assexual
- ☐ Outros:
- ☐ Prefiro não responder

5. POSSUI DEFICIÊNCIA?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Prefiro não responder

Se sim, qual (is)? Classificação organizada com base no Decreto no 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os tipos de deficiência, categorizados como: deficiência física, auditiva, visual, mental (atualmente intelectual, função cognitiva e múltipla que é a associação de mais de um tipo de deficiência).

6. QUAL FOI A SUA FORMA DE INGRESSO NA UNIVERSIDADE DURANTE A REALIZAÇÃO DO VESTIBULAR?

- ☐ Sistema Universal (SU)
- ☐ Sistema de Reservas de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP)
- ☐ SRVEBP + PPI (autodeclarados Pretos, Pardos ou Indígenas).

7. VOCÊ PRECISOU MUDAR DE CIDADE PARA REALIZAR O SEU CURSO?

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. VOCÊ É DISCENTE DA POLÍTICA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se a resposta foi “SIM”, qual (is) benefícios desta política você possui acesso?

- ☐ Auxílio Socioeconômico.
- ☐ Auxílio Aluguel.
- ☐ Moradia Estudantil.
- ☐ Subsídio Alimentação.

9. A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL VIGENTE ATENDE ÀS SUAS EXPECTATIVAS?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sou discente da permanência estudantil.

10. O QUE VOCÊ ACREDITA QUE SEJA NECESSÁRIO PARA A MELHORIA DA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE QUE ESTUDA?

11. ATUALMENTE VOCÊ TRABALHA?

- ☐ Sim, com registro.
- ☐ Sim, de maneira informal.
- ☐ Não trabalho.
- ☐ Prefiro não responder.

Se a sua resposta foi “SIM”, você começou a trabalhar devido aos impactos provocados pela pandemia?

- ☐ Sim
- ☐ Não, eu já trabalhava antes da pandemia.

12. VOCÊ PARTICIPA REGULARMENTE DE ALGUM GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS OU GRUPO DE EXTENSÃO?

- ☐ Sim
- ☐ Não

13. VOCÊ POSSUI ALGUMA BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se a resposta for “SIM”, informe a agência de fomento: _____

14. VOCÊ JÁ PRESENCIOU E/OU FOI VÍTIMA DE ALGUM TIPO DE PRECONCEITO E/OU DISCRIMINAÇÃO POR CLASSE, RAÇA/ETNIA, GÊNERO E/OU SEXUALIDADE NA SUA UNIVERSIDADE?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Prefiro não responder

Gostaria de realizar algum comentário sobre esta questão?

15. VOCÊ SE SENTE REPRESENTADO/A/E EM SUA UNIVERSIDADE?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Prefiro não responder

Gostaria de realizar algum comentário sobre esta questão?

16. EM RELAÇÃO AO TRIPIÉ DA UNIVERSIDADE (ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO), INDIQUE A SUA PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES REALIZADAS EM SUA UNIVERSIDADE:

- ☐ grupos de estudos
- ☐ grupos de pesquisa
- ☐ grupos de extensão
- ☐ Congressos
- ☐ Iniciação Científica
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

17. EM UMA ESCALA DE 0 A 10, INDIQUE O QUANTO A PANDEMIA DA COVID-19 AFETOU AS SUAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE:

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Nenhuma

Pouca

Razoável

Média

Totalmente

Caso tenha afetado, qual o(os) fator(es) que possa(m) ter afetado as suas condições de permanência na universidade?

18. EM UMA ESCALA DE 0 A 10, INDIQUE O QUANTO A PANDEMIA DA COVID-19 AFETOU A SUA SAÚDE MENTAL:

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Nenhuma

Pouca

Razoável

Média

Totalmente

Caso tenha afetado, qual(is) o(os) fator(es) que possa(m) ter contribuído na manutenção da sua sua saúde mental?

19. EM UMA ESCALA DE 0 A 10, INDIQUE O SEU NÍVEL DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS AULAS REMOTAS REALIZADAS EM SEU CURSO ENTRE O PERÍODO DE 2020 E 2021:

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Insatisfeito/a

Pouco Satisfeito/a

Razoavelmente Satisfeito/a

Satisfeito/a

Totalmente Satisfeito/a

Qual(is) o(os) fator(es) contribuiu(ram) para a avaliação do seu nível de satisfação em relação às aulas remotas?

20. COM A ADESÃO ÀS AULAS REMOTAS, VOCÊ POSSUÍA ESPAÇO E CONDIÇÕES ADEQUADAS EM SUA RESIDÊNCIA PARA ESTUDAR E PARTICIPAR DAS AULAS ONLINE?

☐ Sim

☐ Não

20.1 Se a sua resposta foi "NÃO", qual(is) fator (es) prejudicaram os seus estudos e participações nas aulas online?

21. COM A ADESÃO ÀS AULAS REMOTAS, VOCÊ POSSUÍA ACESSO À INTERNET E À EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS PARA ESTUDAR E PARTICIPAR DAS AULAS ONLINE?

☐ Sim

☐ Não

APÊNDICE II - ROTEIRO DE ENTREVISTA DA PESQUISA DE CAMPO**IDADE:****GÊNERO:****ORIENTAÇÃO AFETIVA E/OU SEXUAL:****PERTENCIMENTO ÉTNICO/RACIAL:****POSSUI DEFICIÊNCIA? () SIM () NÃO () PREFIRO NÃO RESPONDER.****INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR QUE ESTUDA:****CURSO:****PERÍODO:****QUESTÕES**

1. No seu processo seletivo, qual foi a sua forma de ingresso na graduação?
2. Em sua faculdade há alguma política de permanência estudantil? Se sim, você recebe algum auxílio ou benefício?
3. O que você acredita que seja necessário para garantir a permanência estudantil em sua faculdade?
4. Atualmente você trabalha? Se sim, você começou a trabalhar em decorrência dos impactos provocados pela pandemia da Covid-19?
5. Você participa de alguma atividade complementar em sua faculdade, como por exemplo, grupo de estudos, pesquisas, palestras, congressos, dentre outras atividades?
6. Você possui alguma dificuldade para participar dessas atividades complementares realizadas em sua faculdade?
7. Você já presenciou ou foi vítima de algum preconceito e/ou discriminação por classe social, raça/etnia, gênero ou sexualidade nos espaços da sua faculdade? Se sim, gostaria de realizar algum comentário?
8. Você se sente representada em sua faculdade?
9. Você acredita que a pandemia tenha afetado a sua permanência na faculdade?
10. Você acredita que a pandemia tenha afetado a sua saúde mental?

11. Você chegou a pensar em abandonar o seu curso em decorrência de alguma necessidade ou problema particular?
12. Qual a sua opinião em relação às aulas remotas realizadas em seu curso no período entre 2020 e 2021?
13. Com a adesão às aulas remotas, você possuía espaços e condições adequadas em sua residência para estudar e participar das aulas *online*?
14. O que você acredita que seja necessário para que a universidade se torne um espaço inclusivo e diversificado no aspecto social, cultural e étnico/racial?

ANEXOS

ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO CEP FRANCA/SP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação Superior Pública na Mira: desafios contemporâneos para a garantia da permanência estudantil no contexto de pandemia da Covid-19

Pesquisador: RAFAEL GONCALVES DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 64780622.4.0000.5495

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.943.205

Considerações Finais a critério do CEP:

O parecer do relator foi acatado, projeto aprovado. O relatório final deverá ser entregue até a data especificada no cronograma. Que continuem sendo cumpridas as determinações da Resolução CNS 466/12, na realização da pesquisa. É de responsabilidade do pesquisador seguir as normas do Plano de Contingência da UNIFRAN (se for o caso) e normas sanitárias vigentes em função da COVID-19.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2027540.pdf	24/01/2023 20:43:54		Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto corrigido.pdf	28/12/2022 20:39:29	RAFAEL GONCALVES DOS SANTOS	Acelto
Cronograma	cronograma execucao.pdf	28/12/2022 19:28:03	RAFAEL GONCALVES DOS SANTOS	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclecep.pdf	28/12/2022 19:24:44	RAFAEL GONCALVES DOS SANTOS	Acelto
Outros	termocompromissocep.pdf	28/10/2022 19:42:59	RAFAEL GONCALVES DOS SANTOS	Acelto
Outros	termoresultadospublicos.pdf	28/10/2022 19:42:18	RAFAEL GONCALVES DOS SANTOS	Acelto
Folha de Rosto	folharosto.pdf	20/10/2022 08:55:28	RAFAEL GONCALVES DOS SANTOS	Acelto
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracaoinsti.pdf	01/10/2022 16:05:34	RAFAEL GONCALVES DOS SANTOS	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	01/10/2022 15:38:50	RAFAEL GONCALVES DOS SANTOS	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 14 de Março de 2023

Assinado por:**Marisa Afonso de Andrade Brunherotti
(Coordenador(a))****Endereço:** Av. Dr.Armando Salles de Oliveira, 201**Bairro:** Parque Universitário**CEP:** 14.404-600**UF:** SP**Município:** FRANCA**Telefone:** (16)3711-8904**Fax:** (16)3711-8829**E-mail:** cepe@unifran.edu.br

ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

PARTICIPANTE: _____ DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____.
 IDADE: ____ DOCUMENTO DE IDENTIDADE: _____ TIPO: _____ SEXO: M() F().
 ENDEREÇO _____ BAIRRO: _____ CIDADE: _____
 ESTADO: _____ CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informada verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **DAR VISIBILIDADE AOS/ÀS INVISÍVEIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A GARANTIA DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Rafael Gonçalves dos Santos** do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pela **Profa. Dra. Maria Cristina Piana**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Considerando os possíveis riscos que a presente pesquisa pode causar aos/às seus/as participantes, os responsáveis pela pesquisa assumem o compromisso de evitar a reprodução de qualquer situação de risco e/ou constrangimento para com os/as jovens que irão participar da pesquisa de campo, de modo a organizar-se para que os prováveis riscos sejam os mínimos possíveis, guardando a identidade dos/as participantes, a fim de evitar os possíveis danos físicos, psíquicos, morais e intelectuais aos/às participantes da pesquisa. Os responsáveis pela pesquisa também assumirão o compromisso ético frente aos direitos sociais, políticos e culturais, certificando a devolutiva dos resultados obtidos para os/as participantes da pesquisa, com o intuito de contribuir para o processo de construção, publicação e socialização dos resultados da investigação. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação de Mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Estou ciente também de que a pesquisa possui o objetivo de refletir acerca das condições de permanência de jovens das classes populares urbanas ao ensino superior público, a fim de analisar a efetividade das políticas educacionais de assistência estudantil. Fui esclarecida sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, 22 de julho de 2022.

Assinatura da participante

Pesquisador responsável

Nome: Rafael Gonçalves dos Santos
 Endereço: Antônio Mesquita de Oliveira, 335
 Tel: (16) 99304-2144
 E-mail: rafael.goncalves@unesp.br

Professora Orientadora

Nome: Profa.Dra. Maria Cristina Piana
 Endereço: Eufrásia Monteiro Petraglia, 900
 Tel: (17) 98114-9082
 E-mail: cristina.piana@unesp.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
 Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp - Campus de Franca
 Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petraglia - CP 211. CEP: 14409-160 - FRANCA - SP
 Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: comiteetico@franca.unesp.br